

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VIVIANE PEREIRA RIBEIRO OLIVEIRA

**UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS ANTIRRACISTAS  
EM ITUIUTABA NO SÉCULO XX: CULTURAS ESCOLARES  
ENSINANDO O BRASIL E A ÁFRICA**

UBERLÂNDIA/MG  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VIVIANE PEREIRA RIBEIRO OLIVEIRA

**UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS ANTIRRACISTAS  
EM ITUIUTABA NO SÉCULO XX: CULTURAS ESCOLARES  
ENSINANDO O BRASIL E A ÁFRICA**

Dissertação apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de pesquisa:** História e Cultura

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Spin

UBERLÂNDIA/MG  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

- O48h  
2018
- Oliveira, Viviane Pereira Ribeiro, 1980-  
Uma história das práticas educacionais antirracistas em Ituiutaba no século XX : culturas escolares ensinando o Brasil e a África / Viviane Pereira Ribeiro Oliveira. - 2018.  
165 f. : il.
- Orientadora: Ana Paula Spini.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.239>  
Inclui bibliografia.
1. História - Teses. 2. História - Estudo e ensino - Teses. 3. Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino - Teses. 4. Antirracismo - Brasil - Teses. I. Spini, Ana Paula. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO, n.º. 357, PPGHI.

Junto ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

DATA: 04 de abril de 2018. Horário: início: 9h30 encerramento: 14h30  
LOCAL: Sala 1H247, *Campus* Santa Mônica, Universidade Federal de Uberlândia.

DISCENTE: **Viviane Pereira Ribeiro Oliveira** – matrícula n. **11512HIS032**

TÍTULO DO TRABALHO: Uma história das práticas educacionais antirracistas em Ituiutaba no século XX: culturas escolares ensinando o Brasil e a África

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História Social.

LINHA DE PESQUISA: História e Cultura.

PROJETO DE PESQUISA DE VINCULAÇÃO: A LÍNGUA EM QUESTÃO: Disputas pelo sentido da nacionalidade brasileira na chegada do cinema falado em inglês no Brasil (1929-1932).

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores:

Maria Andréa Angelotti Carmo – Docente – UFU

Luiz Carlos do Carmo – Docente – UFG

Ana Paula Spini – UFU – orientadora e presidente da Banca.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa apresentou à Banca Examinadora a candidata e agradeceu a presença do público, concedendo à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, emitiu parecer final.

Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata A PROVADA.

Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, legislação e regulamentação internas da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ana Paula Spini  
Orientadora

À Agostinha Aleixo Pereira  
Saudades Eterna.

## AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho como este demanda tempo e colaboração a caminhada foi longa e árdua. Por isso, neste instante agradeço a todos que me fizeram acreditar que era possível avançar mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha mãe Sandra minha fonte de força e inspiração que sempre contribuiu para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Ao irmão Eder que se dispôs solícito a ser meu motorista, quando tinha que pegar a estrada, deixando de desfrutar sua folga para me auxiliar.

Ao apoio inicial dos professores Dalva Maria de Oliveira e Cairo Mohamad Ibrahim Katrib.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, suas aulas contribuíram para o meu conhecimento e crescimento intelectual.

Ao Professor Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior, minha eterna gratidão, obrigada pela orientação, pelas sugestões de leituras, solidariedade e confiança que me permitiram chegar até aqui.

Aos professores Luiz do Carmo e Maria Andréa, que aceitaram compor banca de qualificação e defesa, suas leituras atentas e minuciosas foram essenciais para a revisão e construção desse texto.

À Professora Ana Paula Spini por aceitar orientar-me, nos momentos finais do trabalho, pela disponibilidade, paciência e atenção.

Aos funcionários Escola Municipal Manuel Alves Vilela, quais agradeço na pessoa de Rubia Martins minha colega de trabalho, que na condição de vice diretora não mediu esforços para que eu pudesse ter acesso a documentação e informações na escola, por ter sido sempre muito solícita. Obrigada querida!

As militantes do movimento negro e colegas de profissão, pela atenção e por terem concedido parte de seu tempo e experiências, que tanto auxiliaram na construção desse trabalho.

Ao meu marido Jonas por ser companheiro e sempre apoiar as minhas decisões nessas duas décadas juntos.

Ao meu querido filho Artur pela paciência e compreensão da minha atitudes brincadeiras e falta atenção mesmo estando perto.

Enfim, a todos que contribuíram direto ou indiretamente para a realização do trabalho.

**Me gritaram negra!**

(Victoria Santa Cruz)

....

Negra!

Sim

Negra!

Sou

Negra!

Negra

Negra!

Sou negra!

De hoje em diante não quero

alisar meu cabelo

Não quero

E vou rir daqueles

que para evitar - segundo eles -

que para evitarmos algum dissabor

Chamam os negros de gente de cor

E de que cor?!

NEGRO

E como soa lindo!

NEGRO

E olha esse ritmo!

NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO

NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO

NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO

NEGRO NEGRO NEGRO

Por fim

Por fim compreendi

POR FIM

Já não retrocedo

POR FIM

Avanço segura

POR FIM

E bendigo os céus porque quis Deus

que negro retinto fosse minha cor

E agora compreendi

POR FIM

Tenho a chave!

NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO

NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO

NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO

NEGRO NEGRO

Negra sou

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Nota sobre o projeto de lei.....	41
Figura 2- Evento no Palmeira Clube .....	50
Figura 3- Livro de Ata do Grupo de Estudos e Consciência Negra .....	51
Figura 4- Cópia da Nota do Jornal comunicando do início do funcionamento da Biblioteca Solano Trindade .....	53
Figura 5- Carteirinha da Biblioteca Solano Trindade.....	54
Figura 6 - Aula Inaugural do PREVESTI.....	67
Figura 7- Folder de chamada para inscrições no PREVESTI de 2016.....	70
Figura 8- Imagem da Primeira Página do jornal feito pelos alunos .....	142



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEMAP	Centro Municipal de Assistência Pedagógica e Aperfeiçoamento Permanente de Professores
CNE	Conselho Nacional de Educação
FACIP	Faculdade de Ciências Integrada do Pontal
FEIT	Fundação Educacional de Ituiutaba
FNB	Frente Negra Brasileira
FUMZUP	Fundação Zumbi dos Palmares de Ituiutaba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MNU	Movimento Negro Unificado
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações não-governamentais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPP	Projeto Político Pedagógico
PREVESTI	Curso Pré-Vestibular Universitário para Alunos Negros Afrodescendentes, Indígenas e Carentes de Ituiutaba
PVNC	Pré-Vestibular Comunitário para Negros e Carentes
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação
TEN	Teatro Experiencial do Negro
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as práticas educacionais antirracistas. Desta forma, teve como objetivo analisar o praticas educativas em espaços escolares e não escolares; apreender os desafios que lei 10639/03 que alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN), e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira para todas as escolas de ensino fundamental e médio do Brasil, posteriormente, modificada pela lei 11645/08 que amplia dá a mesma orientação quanto à temática indígena, apreender os desafios que esta indica ao Estado e à sociedade civil ao dar visibilidade a temas como a educação antirracista; analisar a possibilidade de uma educação antirracista e de valorização da história e culturas das populações negras - que antecede a legislação federal, mas se enquadra naqueles esforços – destacando as discontinuidades e incertezas relativas à implementação de projetos e os seus efeitos positivos; identificar como a Lei tem sido implementada na prática escolar, além de colocar em discussão o papel do Estado na construção da cidadania. A partir do aporte teórico de Munanga, Gomes, Felice discutiu-se os impasses entre as políticas afirmativas e a realidade da educação brasileira, em seus aspectos sociais, culturais, históricos, econômicos e pedagógicos. Definiu-se a pesquisa de campo como metodologia de coleta dos dados empíricos em duas escolas públicas de Ituiutaba, com quatro professores das esferas municipais e estaduais, e quatro militantes do movimento negro de Ituiutaba utilizando como instrumento a entrevista semiestruturada. A pesquisa aponta as práticas educacionais antirracistas anteriores a legislação federal, implementadas por professoras ligadas a militância de movimentos negros, que nas escolas os docentes buscam isoladamente cada um à sua maneira conhecimentos para trabalhar com o conteúdo da Lei. Os estudantes tem dificuldade de reconhecerem-se na história ensinada, e tendem a olhar com preconceito a cultura africana e afro-brasileira.

**Palavras-chave:** Práticas educacionais; Antirracismo e Ituiutaba.

## ABSTRACT

This research has as object of study antiracist educational practices. In this way, the objective was to analyze educational practices in school and non-school spaces; to apprehend the challenges that Law 10639/03, which amended the provisions of the National Education Guidelines and Bases Law No. 9,394 / 96 (LDBEN), establishing the compulsory teaching of African History and Afro-Brazilian culture for all elementary schools and medium of Brazil, later, modified by the law 11645/08 that broadens the same orientation regarding the indigenous to grasp the challenges this indicates the State and civil society by giving visibility to subjects such as antiracist education; to analyze the possibility of an antiracist education and of valorization of the history and cultures of the black populations, which precedes the federal legislation, but fits in those efforts - highlighting the discontinuities and uncertainties related to the implementation of projects and their positive effects; to identify how the Law has been implemented in school practice, as well as to discuss the role of the State in the construction of citizenship. From the theoretical contribution of Munanga, Gomes, Felice, we discussed the impasses between affirmative policies and the reality of Brazilian education in its social, cultural, historical, economic and pedagogical aspects. Field research was defined as methodology for the collection of empirical data in two public schools in Ituiutaba, with four teachers from the municipal and state spheres, and four militants from the Ituiutaba black movement using the semistructured interview as instrument. This research points to antiracist educational practices prior to federal legislation, implemented by teachers linked to the militancy of black movements, which in schools teachers individually seek each one in their own way to work with the content of the Law. the students' lack of knowledge of the importance of the History and Culture of the Blacks and of Africa end up generating attitudes of prejudice when the subject is approached in practice.

**Palavras-chave:** Educational practices; Antirracismo and Ituiutaba.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1- EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E ANTIRRACISMO EM ITUIUTABA AO LONGO DO SÉCULO XX</b> .....	24
1.1 A educação entre seus pares: A Escola 13 de Maio .....	24
1.1.1 A Frente Negra .....	29
1.1.2 Ação da Legião Negra em Ituiutaba por uma Escola Noturna .....	30
1.2 O projeto de lei do Vereador Carlos Modesto .....	36
1.3 Possibilidades de uma educação antirracista e intentos de inclusão do negro no Ensino .....	46
<b>CAPÍTULO 2. HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA</b> .....	71
2.1 Atuação dos movimentos negros em torno de uma educação antirracista .....	71
2.2 Revisões nos fundamentos históricos, políticos e marcos legais.....	82
2.2.1 Novos referenciais historiográficos .....	82
2.2.2 Ação Afirmativa: no campo da educação.....	84
2.2.3 Reedificando os marcos legais: 13 de maio e 20 de novembro.....	89
2.2.4 A figura de Zumbi dos Palmares e o vinte de novembro .....	91
2.3 Ações em torno de uma educação antirracista nas escolas de Ituiutaba.....	95
<b>CAPÍTULO 3. “QUE FORMIGUINHA É ESSA QUE NÃO ANDA?” IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIAE CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM DUAS ESCOLAS DE ITUIUTABA</b> .....	100
3.1 O papel das secretarias de educação.....	100
3.2 Perfil das escolas e o ensino de História dos Projetos Políticos Pedagógicos.....	104
3.2.1 O ensino de História e os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.....	106
3.3 Perfil das entrevistadas e a escolha pela História .....	112
3.3.1 A escolha pela disciplina: tornar-se e ser professor de História.....	114

3.4 Conhecimento da lei e relevância de seu ensino .....	116
3.5 Formação inicial e continuada das professoras .....	120
3.5.1 Formação continuada para trabalhar com o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.....	123
3.6 Prática pedagógica e materiais de trabalho.....	125
3.7 Dúvidas e anseios de como trabalhar a lei 10639/03 e parceria com o PIBID.....	131
3.7.1 A parceria com o PIBID .....	132
3.8 Comportamento dos alunos mediante a temática e implementação da lei .....	134
3.9 História e Cultura Afro-brasileira na sala de aula .....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>151</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

[...] se queremos lutar contra o racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo.<sup>1</sup>

Começo pela minha trajetória de vida escolar e profissional, vivências que influenciaram na escolha do tema de pesquisa. Toda minha vida escolar passou-se na escola pública. Quando concluí o ensino fundamental, já pensava em fazer um curso superior.

Naquela época, o Ensino Médio tinha duas modalidades um era chamado de científico, e preparava os alunos para prestar um vestibular, o outro eram cursos técnicos profissionalizantes, preparava para o mercado de trabalho. Matriculei-me no ensino científico, mas naquele ano, por questões de contenção de gastos, o governo havia orientado que a escola profissionalizante se fundisse com a escola de ensino regular que eu iria estudar, houve um certo tumulto e atrasou o início do ano letivo. No final, a escola profissionalizante não precisou fechar e uma vizinha, que estudava na escola técnica me disse que eu deveria ir para a escola dela, pois por sermos pobres nunca teríamos como fazer um curso superior, ela me convenceu de que quando concluísse o curso técnico teria a possibilidade de conseguir um emprego.

Então, ingressei em dois cursos técnicos, pela manhã fazia o curso de contabilidade, trabalhava a tarde e à noite ia para o curso de informática, ao concluir os cursos me veio uma angústia o que eu faria dali em diante, conseguir um emprego em qualquer uma das duas áreas não era fácil, e os salários eram quase o mesmo que eu ganhava na época trabalhando meio período. Foi quando tomei conhecimento de um cursinho Pré-vestibular para pessoas de baixa renda na cidade, o Curso Pré-Vestibular Universitário para Alunos Negros Afrodescendentes, Indígenas e Carentes de Ituiutaba (PREVESTI), resolvi inscrever-me para o processo seletivo, a demanda era grande, e um dos benefícios era uma bolsa de estudos na graduação. Consegui ser aprovada para fazer o curso, já que este era voltado para pessoas de baixa renda e negras, fiz parte da segunda turma do PREVESTI, que permanece com suas atividades até os dias atuais, é uma das iniciativas mencionadas aqui neste trabalho como fruto dos movimentos negros em prol de políticas afirmativas que busca ressarcir uma dívida social e histórica, no

---

<sup>1</sup> GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 49.

caso com aos povos afro-brasileiros que mesmo após o fim do sistema escravista ficaram a margem da sociedade.

No PREVESTI uma das aulas começou a me chamar mais atenção, as de História, mesmo sendo somente uma revisão do conteúdo conseguia aprender e querer saber mais sobre o conteúdo e a partir daí comecei a ir de manhã para a biblioteca municipal, ler livros de História. Decidi fazer o vestibular para o curso de História, fui aprovada e consegui uma bolsa de estudos do PREVESTI, que correspondia a 75% do valor do curso, os outros 25% tínhamos que pagar.

Atualmente sou professora de História na rede estadual de ensino na cidade de Ituiutaba, desde 2006 e como mulher negra, sou confrontada com atitudes e olhares de discriminação disfarçados de brincadeiras e piadas presentes no ambiente escolar. Além disso, predominam os estereótipos e preconceitos enunciados apontados pelos alunos, especialmente em relação aos conhecimentos que os mesmos têm sobre o continente africano e suas populações, as religiosidades de matriz africana, manifestações culturais afro-brasileiras. Essa realidade experimentada no espaço escolar a necessidade da introdução do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na tentativa de romper com o ciclo do racismo. Saber lidar com todas essas e outras questões que apresentam-se no cotidiano escolar nos exigem preparação e a produção de conhecimentos sólidos sobre as populações negras brasileiras e africanas.

No ano de 2012 defendi uma monografia em um curso de especialização em Gestão Escolar na área da educação com a temática da lei 10639/03, na qual busquei compreender o contexto histórico da criação da lei, fazendo uma análise da mesma e dos aparatos legais para sua implementação, e verificando como essa legislação se concretizava na prática escolar.<sup>2</sup>

As lacunas não preenchidas desse primeiro trabalho impulsionaram a buscar um maior aprofundamento e compreensão de práticas educativas antirracistas e de valorização História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em espaços escolares e não escolares no município de Ituiutaba ao longo do século XX. Evidências indicaram que já nas primeiras décadas desse século, houve ações na cidade de inclusão de negros na escolarização e meio de promover a tomada de consciência da raça.

A cidade de Ituiutaba, está localizada estado de Minas Gerais. Seu nome é uma fusão de vocábulos tupis (I-rio + tuiu-tijuco + taba-povoação) que significa “povoação do rio

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, V.P.R. **O Contexto da aprovação da Lei 10639 e sua implementação na prática escolar**. 2012. 102 f. Monografia (Especialização em Gestão Escolar: administração, inspeção e supervisão). Fundação Educacional de Ituiutaba, Universidade do Estado de Minas Gerais, Ituiutaba, 2012.

Tijuco.”<sup>3</sup> As margens desse rio viveram seus primeiros habitantes índios caiapós que teriam sido expulsos da região pelos brancos invasores na primeira metade do século XIX. A história da cidade é contada a partir da chegada de fazendeiros brancos, que foram para região tomar posse de sesmarias e doaram parte de suas terras para a igreja católica e que iniciou o povoamento a partir da construção de uma capela e um cemitério por volta de 1830. A população negra não aparece nos registros dos primeiros anos de povoamento, somente a elite masculina, branca e católica.

Segundo os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, Ituiutaba contava com uma população de 97.171 habitantes, em relação a cor/raça da população residente declaram-se da cor Amarela 0,64%, Branca 55,50%, Indígena 0,07%, Parda 35,74% e Preta 8,05%. Juntos pardos e pretos correspondem a 43,79% de negros.

A população negra corresponde a mais de 40% dos habitantes de Ituiutaba, parte dela encontra-se mobilizada através entidades como a Irmandade de São Benedito, Fundação Zumbi dos Palmares, Palmeira Clube,<sup>4</sup> Terreiros de Candomblé e Umbanda, Grupos de Capoeira e a Congada que se constituem como uma das suas práticas culturais mais ativa e expressiva, de demarcação de espaço na cidade, conta com oito ternos de congada. A festa de congado é uma das mais tradicionais da cidade, momento de devoção e festividade para a comunidade negra, e materialização de sua ancestralidade e identidade negra. Porém, essa festividade não bem vista por parte da população ituiutabana que se sente incomodada, seja com seu barulho ou associarem as religiões de matriz africana, comentários que já ouvi várias vezes de pessoas que frequentam a igreja de São Benedito que deixam de ir às missas nesse dia, vizinhos de ternos de congada e de alunos na sala de aula. Revelando a intolerância e preconceito de alguns para com as práticas culturais da população negra. Gomes define o que é preconceito

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos

---

<sup>3</sup> Ituiutaba, Minas Gerais, Histórico – IBGE 2010. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

<sup>4</sup> Embora o Clube esteja interditado, parte da comunidade negra continua agindo para reabrir a instituição. As eleições para compor a gestão continuam acontecendo.



fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro.<sup>5</sup>

Deste modo, parte da população de Ituiutaba, por não conhecer a prática cultural negra, critica a sua existência, sentem-se incomodados com a sua presença e a desqualifica sem compreender a sua importância para aqueles que a praticam. A forma como expressam e julgam a prática cultural de pessoas negras confirma a existência do preconceito racial de parte da sociedade ituiutabana. Embora o preconceito racial seja constantemente negado no nosso país. Pois, como constatou Florestan<sup>6</sup>, “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”, ou seja, o brasileiro tem vergonha de assumir o seu preconceito. Como assinala Gomes

[...] os (as) professores(as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano a sala de aula. Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial.<sup>7</sup>

Enquanto, professores temos que estabelecer o diálogo sobre o preconceito formas de discriminação racial e racismo para que possamos superá-los, assim poderemos promover uma educação de qualidade que proporcione a equidade racial e ao mesmo tempo seja capaz de romper com o mito da democracia racial. Para isso, precisamos conhecer melhor as histórias e culturas das populações negras e africanas.

A exigência pelo reconhecimento de que o discurso da democracia racial, encobria o racismo existe na nossa sociedade e impedia que a população negra ter acesso a serviços básicos de qualidade como saúde e educação passa a ser uma das principais agendas dos movimentos negros a partir no final da década de 1970, quando o regime militar instalado no país começa a se abrir, vários grupos sociais começam a se mobilizar para garantir que seus direitos fossem colocados em prática, os movimentos negros vão mobilizar-se em busca de direitos que possam beneficiar as populações negras.

A escola passa a ser denunciada também como produtora das desigualdades raciais, na medida em que promovia uma educação eurocêntrica, desqualificava o continente africano e os negros eram inferiorizados e tratados de forma estereotipada. Os movimentos negros

---

<sup>5</sup> GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 54.

<sup>6</sup> FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972. p. 42.

<sup>7</sup> GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p.60.

exigiam então, melhor acesso e permanência das populações negras no ensino básico, a revisão dos conteúdos dos livros e materiais didáticos, e inclusão de estudos referentes à história e cultura africana e dos negros no Brasil, suas lutas e contribuição para a construção do país. Além disso, reivindicavam políticas de acesso a cursos profissionalizantes e ingresso nas universidades, como importantes medidas para a entrada no mercado de trabalho.

A revisão historiográfica feita por alguns estudiosos demonstraram que mesmo durante a escravidão, a população negra resistiu ao sistema escravista, exercia suas práticas culturais, e que alguns mesmo que de forma restrita puderam instruir-se.

As primeiras conquistas dos movimentos negros foram na Constituição de 1988, que reconheceu o racismo como crime, a demarcação de terras de comunidade remanescentes de quilombos, já em relação ao ensino da história e cultura dos povos africanos e negros no Brasil não houve avanço.

As primeiras medidas em relação a revisão dos conteúdos e matérias didáticos foram tomadas pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 1990, neste momento alguns estados e municípios adotam legislações que incluíam disciplinas sobre a História dos Negros e do Continente Africano.

Em 9 de Janeiro de 2003 é sancionada lei nº 10.639/03, pelo recém empossado presidente Luís Inácio Lula da Silva, que alterou o artigo 26 A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental e médio, posteriormente, modificada pela lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que amplia dá a mesma orientação quanto à temática indígena. Essa legislação representa uma grande conquista dos movimentos negros, em termos de conseguirem aprovar uma mudança curricular que promova o conhecimento e valorização das populações negras e de sua ancestralidade, além de propor a reeducação das relações étnico-raciais no ambiente escolar, como forma de superação do racismo.

Para regulamentar a lei 10639/03, foi elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o Parecer nº. 03/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.<sup>8</sup> O documento normatizado pela Resolução n.1, de 17 de junho de 2004 acatou o Parecer que teve como base os princípios da Constituição Federal e da LDB 9394/96 em

---

<sup>8</sup> BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

relação à igualdade social e cidadania, como o direito do conhecimento e acesso as diversas culturas que formam a sociedade brasileira.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, consta uma série de leis estaduais e municipais, algumas da década de 1990, que já haviam instituído o ensino da História e Cultura afro-brasileira em seus estados ou municípios, apontava que professores já vinham desenvolvendo trabalhos relacionados com as questões raciais. Além de ressaltar que aplicabilidade da lei não cabe somente aos professores, e também aos sistemas de ensino brasileiro.

Dessa forma, as primeiras inquietações passavam por saber se a abordagem da História e Cultura Afro-brasileira e africana já aconteciam nas aulas da disciplina de História nas escolas do município de Ituiutaba, antes da promulgação da lei 10639/03. Para isso, estabelecem-se como locus de pesquisa duas instituições públicas de diferentes esferas, uma municipal e outra estadual. O silenciamento de fontes e registros nas escolas, que pudessem indicar essa temática no ensino de História na década de 1990 me fez ir à procura, por outros rastros e vestígios.

A fonte jornalística forneceu indícios da existência de um projeto de lei de meados da década de 1990, que propunha incluir estudos contra a discriminação étnica e religiosa nas escolas municipais, quase uma década antes da legislação federal de 2003. Os registros nas atas de Prefeitura revelaram votação e sanção do projeto de lei no legislativo municipal. Mas, não os rumos do projeto.

Diante dessa nova fonte, fui em busca de novos indícios que pudessem apontar os motivos da proposição do projeto naquele momento, recorri a entrevistas com quatro militantes do movimento negro local, afim de pudessem relatar os rumos do projeto. No dizer de Bloch<sup>9</sup> o “historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.” Apresento essas pessoas como assinalou Portelli os historiadores

[...] quando podem, revelam nome e sobrenome dos narradores, reconhecendo-os como autores de suas histórias, como responsáveis por suas palavras. Incorporam sua subjetividade, sua imaginação, sua arte verbal, no mesmo tecido de um texto dialógico, no qual a voz do historiador é somente uma das vozes, e não necessariamente a mais autorizada.<sup>10</sup>

Adirce Maria dos Santos natural de Ituiutaba, 73 anos, viúva, tem um filho autodeclarou-se preta, reside no centro da cidade, formada em pedagogia e história, fez uma

<sup>9</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.p. 53

<sup>10</sup> PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 211.

especialização na área da educação atuou por mais de 25 como professora, supervisora pedagógica e diretora nas escolas da rede estadual de Ituiutaba, é militante do movimento negro de local.

Sônia Maria do Carmo<sup>11</sup> tinha 62 anos, natural de Ituiutaba, viúva, com dois filhos, autodeclarou-se como preta, residente no centro da cidade, fez magistério e pedagogia atuou como professora e supervisora pedagógica por 25 anos nas escolas da rede pública da cidade de Ituiutaba, foi militante do movimento negro é apontada como a principal articuladora e instituidora da Fundação Zumbi dos Palmares, foi a primeira presidente desta instituição, porém por motivos de saúde não estava mais participando ativamente do movimento negro.

Maria Silva<sup>12</sup> tem 62 anos, natural de Ituiutaba, tem um filho, residente no centro da cidade, atuou por 16 anos como professora de História em escolas públicas e privadas. Formou-se em História em 2011, aposentada retornou a função de professora de História na rede municipal. Foi presidente da Fundação Zumbi dos Palmares por duas gestões, 1993 a 1995; 1995 a 1997; atualmente exerce o cargo de vice-presidente desta instituição, é militante do movimento negro local.

Luzia Eterna Ribeiro tem 66 anos, natural de Ituiutaba, não tem filho, autodeclarou-se preta, reside no centro da cidade, fez Magistério de nível Médio em escola pública de Ituiutaba, cursou Pedagogia até o último ano, mas não concluiu o curso. Foi presidente da Fundação Zumbi dos Palmares por vários mandatos entre 1999 a 2005; 2009 a 2016. Foi funcionária na Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT)/Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) por mais de 30 anos. Esteve na presidência da Comissão Educacional do Grupo de Estudos e Consciência Negra de 1985 a 1988, comissão composta pelo grupo de estudo, lideranças políticas da Comunidade Negra e funcionários públicos do estado e município elegeram as primeiras diretoras negras em Ituiutaba para a E. E. Lions e, E. M. Agrícola. Coordenou o Núcleo de Estudos e Afro-Brasileiro- NEAB/FEIT/UEMG- Campus Ituiutaba. Foi conselheira do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Minas Gerais, é militante do movimento negro de Ituiutaba.

Os depoimentos dessas militantes me colocaram diante de narrativas, que indicaram outros caminhos de práticas educativas do ensino e valorização da História e cultura negra e africana, para além e nas escolas de Ituiutaba da década de 1990. Como ressalta Gomes

[...] ao discutirmos a relação entre cultura e educação, é sempre bom lembrar que a educação não se reduz à escolarização. Ela é um amplo processo,

---

<sup>11</sup> In memoria faleceu pouco mais de um mês depois da entrevista.

<sup>12</sup> Nome fictício.

constituente da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros.<sup>13</sup>

Isto porque, a população negra demandava, por intermédio dos movimentos sociais e culturais, vagas nas escolas como forma de inclusão e também exigia que os conteúdos escolares se tornassem instrumentos de superação do preconceito e da discriminação racial.

“Isolado, nenhum especialista nunca compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos. ‘A história’ só pode ser feita com uma ajuda mútua.”<sup>14</sup> Dessa forma, o diálogo com outras disciplinas, como a historiografia da educação do negro de autores como Fonseca<sup>15</sup> que tem estudos em relação à educação dos negros demonstra que é um tema recente, e que desde a escravidão mesmo que de forma muito limitada a instrução esteve presente na vida de alguns poucos negros, Pinto<sup>16</sup> procura mostrar que a educação sempre foi uma pauta de luta dos negros, mesmo encontrando dificuldades procuravam ter acesso ao ensino, quando as autoridades mostram-se omissas em relação ao acesso, os próprios negros procuraram criar e manter suas escolas, Silva e Gonçalves<sup>17</sup>, também analisam a situação educacional dos negros, evidenciando a omissão do Governo em relação a educação dos negros, salientando que foram as populações negras através de suas organizações que viam a educação como estratégia de luta por direitos, que ao longo do século XX promoveram a alfabetização, e mecanismo de acesso a mais diferentes níveis de ensino. Esses estudos mostraram esforços semelhantes de diferentes localidades, revelando ações conectadas de populações que colocavam a educação escolar como caminho para engajamentos políticos nas conquistas de direitos, reconhecimento e valorização de suas histórias, culturas, identidades e suas ancestralidades.

Estudos sobre a presença do negro na historiografia como de Albuquerque<sup>18</sup> permitem perceber como eram seus cotidianos, culturas, agiam em situações de dominação e

---

<sup>13</sup> GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**. 2003. v.29, n.1, p. 170.

<sup>14</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 26.

<sup>15</sup> FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 23-50.

<sup>16</sup> PINTO, Regina Pahim. Educação do negro: uma revisão da bibliografia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 62, agosto, 1987. p. 3-5.

<sup>17</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out. nov. dez. 2000.

<sup>18</sup> ALBUQUERQUE, W.R.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006. p.9-11.

resistência. Domingues<sup>19</sup> ajuda a compreender os engajamentos de entidades negras em torno de reivindicações de direitos a valorização de suas histórias e culturas desde o pós-abolição.

Trabalhos desenvolvidos no campo da antropologia e história permitem análises de como o racismo permeia a nossa história e estrutura a sociedade. Gomes assim conceitua racismo

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.<sup>20</sup>

Porém, o racismo é constantemente negado em nome do mito da democracia racial,

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais.<sup>21</sup>

Schwarz<sup>22</sup> também coloca a dificuldade que o brasileiro tem em assumir o racismo, mesmo reconhecendo que existência no país esse é atribuído ao outro. E sustenta que ele é negado publicamente e praticado no privado.

[...] o problema parece ser o de afirmar oficialmente o preconceito, e não o de reconhecê-lo na intimidade. Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação.<sup>23</sup>

<sup>19</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p.105-106, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12\\_n23a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12_n23a07.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2016.

<sup>20</sup> GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC-SECAD, 2005. p.52.

<sup>21</sup> Ibidem, p.57.

<sup>22</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Clara Enigma. 2012. p. 45.

<sup>23</sup> Ibidem.

Munanga<sup>24</sup> denuncia que o mito da democracia racial, tem encoberto o racismo que se mostra silencioso e excludente pois prejudica o processo de formação da identidade coletiva negra capaz de provocar a conscientização e mobilização. E propõe como superação do racismo

É preciso, pois, incrementar estratégias e políticas públicas de combate à discriminação nos campos ela se manifesta concretamente, ou seja, nos domínios da educação, cultura, lazer, esportes, leis, saúde, mercado de trabalho, meios de comunicação, etc.<sup>25</sup>

Gomes fala como racismo tem sido uma presença no ambiente escolar.

Na escola, no currículo e na sala de aula, convivem de maneira tensa valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos. Nesse contexto, a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar.<sup>26</sup>

O silêncio das questões raciais na escola, não corresponde a seu desconhecimento, mas uma forma de negar o racismo que permeia esse ambiente. A autora propõe romper com o silêncio através da lei 10639/03 não como um conteúdo ou disciplina nova a ser ensinada, mas como uma mudança cultural e política no currículo escolar, abrindo caminho para uma educação antirracista.

Conceitos de estratégias e táticas que Certeu<sup>27</sup> usa em seus trabalhos, para demonstrar que mesmo o indivíduo ordinário, ou seja, comum encontra brechas dentro dos sistemas ou instituições que faz parte, para alcançar seus objetivos, ou ao menos tentar fazer com que eles se realizem mesmo que ele não esteja no domínio da situação, foram utilizados nesse trabalho. Assim define estratégia:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.<sup>28</sup>

<sup>24</sup> MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.p.12

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr. 2012. p.104-105.

<sup>27</sup> CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 46

<sup>28</sup> Ibidem.

### E chama de tática

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem aprendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio”, é uma vitória do lugar sobre o tempo.<sup>29</sup>

Dessa maneira, através dessas análises da invenção do cotidiano, nas artes de fazer, torna visíveis as formas de resistência do homem comum, as suas micro-liberdades, nos possibilitando perceber a inventividade das resistências. Outra forma de perceber as resistências é através do seu conceito de apropriação, no termo astúcia, de quando o indivíduo não tem um lugar que é dele, ocupa o do outro, como forma de resistência.

Estudos de Chartier<sup>30</sup> com o conceito de representação nos permite compreender como as práticas sejam elas culturais, educativas, são representações de uma realidade a ser interpretada nas especificidades. Assim ele define esse conceito:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.<sup>31</sup>

Por esse conceito é possível analisar uma realidade histórica, que podem nos fornece múltiplas realidades. Ele coloca que a representação pode ser considerada por um lado, como algo ausente e por outro lado, exibição de uma presença. Dessa forma podemos perceber qual é a representação do negro na historiografia e do ensino de História nas escolas, se o ensino a História da África e da cultura afro-brasileira, é representado pela ausência ou presença.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> CHARTIER, Roger. **História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p.17.

<sup>31</sup> Ibidem.



Dessa forma, apresento no primeiro capítulo, as iniciativas e experiências das populações negras da cidade de Ituiutaba de inserção do negro na escolarização e de práticas educativas antirracistas. A partir de três eventos, que são antecedentes das políticas públicas para educação e das políticas afirmativas que se instituem na contemporaneidade brasileira, combinando criação de espaços escolares formais com esforços de alterações curriculares no âmbito municipal que representam indícios da longevidade das lutas dos negros brasileiros pelo acesso inclusivo à educação e a valorização das narrativas históricas na constituição de identidades singulares, de emancipação social e de cidadania.

No segundo capítulo, descrevo brevemente a trajetória do movimento negro em torno da educação ao longo do século XX, a legislação do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana como uma política afirmativa, uma breve revisão do negro na historiografia e de marcos referencias para a população negra. Por fim, ações de algumas professoras negras que agiam em torno de se construir uma História de valorização do negro e constituição de uma identidade negra positiva e desfazer estereótipos, buscando parcerias no poder público e nos órgãos de ligados a educação da localidade para que seus atos chegassem às instituições de ensino que não trabalhavam com essas demandas.

O terceiro capítulo trata da implementação do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, através da análise do papel das secretarias de educação, dos Projeto Político Pedagógico das escolas, das falas das professoras de história através de entrevistas semiestruturadas com duas que trabalharam com ensino de História nas décadas de 1990, e duas que ingressaram na profissão anos 2000, assim procurando perceber em suas práticas pedagógicas se implementavam ou não o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

## **CAPÍTULO 1- EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E ANTIRRACISMO EM ITUIUTABA AO LONGO DO SÉCULO XX**

Neste capítulo procurou-se analisar as ações que visavam à inclusão do negro na cidade de Ituiutaba por intermédio do fomento à educação escolar, das iniciativas pela abordagem da história e cultura africanas e afro-brasileiras nos estabelecimentos escolares e outros empreendimentos no âmbito das ações afirmativas.

As lutas das populações negras contra o racismo se disseminaram por todo o Brasil. A circulação das ideias e projetos dos movimentos negros garantiram certa semelhança quanto à pauta de reivindicação. Contudo em cada região, por razões as mais variadas, emergem as peculiaridades de ações e práticas resultando em soluções também diversas.

Assim, busca-se compreender as iniciativas e experiências das populações negras da cidade de Ituiutaba na construção de uma educação antirracista. Desse modo, meu olhar se fixa em três eventos, que são antecedentes das políticas públicas para educação e das políticas afirmativas que se instituem na contemporaneidade brasileira, combinando criação de espaços escolares formais com esforços de alterações curriculares no âmbito municipal que representam indícios da longevidade das lutas dos negros brasileiros pelo acesso inclusivo à educação e a valorização das narrativas históricas na constituição de identidades singulares, de emancipação social e de cidadania.

### **1.1 A educação entre seus pares: A Escola 13 de Maio**

A primeira ação a ser tratada data da década de 1930, inicialmente parece-me muito longe de outras ações mencionadas aqui nesse trabalho. Porém, a iniciativa mostrou-se como um importante empreendimento das populações negras em Ituiutaba, nas primeiras décadas do século XX que não poderiam ser deixada de lado nessa pesquisa.

Na busca de inteirar-me de possíveis práticas educativas antirracistas e de valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, procurei pessoas do movimento negro local que pudessem me colocar a par dessas práticas, uma militante então, mencionou-me como uma dessas primeiras medidas a criação de uma escola em Ituiutaba em 1937, denominada de Escola 13 de Maio. Assim Adirce relatou-me.

Na parte cultural, é nós tivemos em 1951, a Frente Negra que foi ela instituída me parece, após a Guerra né, de 1932. E houve aquela, aquela composição de negros, que já começava ter essa visão de valorização. E aqui em Ituiutaba em 1951, 50, 51, houve um grupo de negros, negros que se, eu

posso dizer é, como é que eu coloco pra você, mais esclarecidos que tinha mais estudo, que em 1950 a gente não estudava. Negro não ia para a escola, a gente não tinha a liberdade de ir para uma escola pública, quando ia pra escola pública, ele trabalhava o dia inteiro e de noite tinha que estudar, então era tido como preguiçoso, que nota ruim, aquela coisa toda, que você sabe como é que isso funciona.

Em 1950, a era de 50 é, a comunidade negra fundou aqui uma escola que é o Machado de Assis né, que é Machado de Assis, porque que é o nome do Machado de Assis. Que Machado de Assis foi uma pessoa escritor, é ele foi secretário, ministro da fazenda, essa coisa do governo, que era o nosso foco, era um negro de poder. Então a gente visava, a visão do meu, do nosso povo naquela época, em cima do Machado de Assis. Por isso, que a escola, Machado de Assis, que foi criada pelo movimento negro né, isso tem que fica, você sabia disso, né?<sup>32</sup>

Apesar de a entrevistada mencionar que a criação da escola foi década de 1950, pesquisas sobre esta instituição escolar, atestam que ela foi criada em 1937<sup>33</sup>. Além disso, ela faz referência a uma entidade negra da década de 1930 a Frente Negra, talvez ela tenha informada uma década que parece ser distante da atualidade, pelo fato de não lembrar a data exata, para demonstrar que desde muito tempo na cidade de Ituiutaba, já havia pessoas preocupadas com a educação, que ela reporta como uma das primeiras visões de valorização de pessoas que tinham acesso à instrução escolar.

Ao mesmo tempo, ela aponta que essas pessoas pertenciam a um grupo pequeno, que conseguiam ter acesso a escolarização, a maioria das populações negras como menciona não frequentava a escola, estavam excluídas do sistema público de ensino, seja, por conta do trabalho que as impedia de frequentar uma escola durante o dia, ou quando lhes era possibilitado estudar, era após a lida diária à noite quando esta atividade tornava-se cansativa e muitos não conseguiam avançar nos estudos, sendo descritos como “preguiçoso, nota ruim”. Não que fossem, mas o cansaço os impedia de uma dedicação maior nos estudos que os possibilitaria obter boas notas.

A questão da mudança de nome da escola está relacionada com uma série de fatores. Para a entrevistada, pelo fato do escritor Machado de Assis ser um afrodescendente, que foi reconhecido nacionalmente ter dado nome há escola como forma de estímulo para que outros negros inspirassem-se nele e tomasse os estudos como gosto para mudarem sua condição social.

<sup>32</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>33</sup> VILELA, Claudia Oliveira Cury. **Escola Noturna “Machado de Assis”**: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960). 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. E a pesquisadora de instituições escolares Betânia Oliveira Laterza Ribeiro, escreveu vários artigos sobre a Escola Noturna 13 de Maio, os quais são citados nessa pesquisa.

Adirce faz outro apontamento que para ela é importante, no final do relato lembrando que a criação a escola deve ser atribuída ao movimento negro ituiutabano, quando diz “isso tem que ficar, você sabia disso, né?” Para ela esse fato não pode ser esquecido, e chama a minha atenção, de que como negra e pesquisadora esta medida não poder deixar de ser atribuídas às populações negras.

Parte da criação dessa escola é relatada na dissertação de mestrado Vilela<sup>34</sup> que fez um estudo da constituição dela, enquanto uma instituição escolar. No seu trabalho a partir de fontes documentais, ela constata que a escola foi criada em 1937, por um grupo de pessoas, conhecida como Legião Negra, que a nomearam como Escola 13 de Maio, mas que a partir de 1941 essa instituição passa a ser gerida pelo município, com o nome de Escola Municipal Machado de Assis. Outra pesquisadora de instituições escolares que publicou vários artigos de quando a escola ainda era gerida pelos negros, Ribeiro<sup>35</sup> conclui que o grupo fundador da escola teria vindo de Uberlândia para Ituiutaba, segundo ela, esse agrupamento era influenciado pela Frente Negra de São Paulo.

Na FNB, um dos líderes se negou a atender aos apelos pró-luta. A negativa cindiu a organização, e o lado anti-Getúlio se organizou como Legião Negra. Homens e mulheres se envolveram com toda força numa guerra que suscitava esperanças diversas, a exemplo da integração social - frustrados no fim da guerra civil de 1933. A Legião Negra se destacou até nos limites com Minas. E, mesmo após a derrota, atuou organizadamente na sociedade civil até meados de 1940. Esse movimento foi intenso, e a cultura letrada - via escola - sempre esteve presente como modalidade de ascensão social e conscientização da - raça. Segundo vários de seus líderes, a dinâmica do movimento envolveu as correntes de pensamento e atuações na esfera da política, embora tenha havido desacordos [...]<sup>36</sup>

A origem do grupo fundador da escola seria da Legião Negra, grupo dissidente da entidade “Frente Negra Brasileira”, a cisão ocorreu durante a Revolução Constitucionalista em 1932, em São Paulo, um movimento paulista que exigia uma nova constituição para o país e era contrário à intervenção e medidas do governo provisório de Getúlio Vargas que havia assumido a presidência do país desde 1930. Uma parte da Frente Negra paulistana teria ficado ao lado do presidente e outra parte não teria adotado a mesma postura dissentindo-se, o novo

<sup>34</sup> VILELA, Claudia Oliveira Cury. **Escola Noturna “Machado de Assis”**: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960). 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

<sup>35</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza et al. A Instrução Pública Primária no Interior das Geraes: uma Análise Histórica do Grupo Escolar de Villa Platina (1908-1950). **Publicatio**: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. Ponta Grossa, nº 17 (2): 199-207, dez. 2009. p. 204. Doi: 10.5212/PublicatioHum.v.17i2.199207

<sup>36</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. **Cadernos de História da Educação**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2010. p. 367. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11451/6714>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

grupo assumiu o nome de Legião Negra, que teria espalhando-se pelo país, vindo a se estabelecer na região do Triângulo Mineiro. E sempre demonstraram terem preocupação com a questão educacional, como uma possibilidade de conscientização da raça e ascensão social.

Segundo o documento da escola atual, o grupo Legião Negra teria vindo de uma outra cidade da região do Triângulo Mineiro, Uberlândia embora em um dos relatos coletados por Ribeiro<sup>37</sup> um senhor declarava que o grupo Legião Negra teria vindo de Campinas, a autora constata que não foi possível averiguar a origem do grupo, mas que certamente, seria a do documento a versão mais possível.

As origens do grupo que demandou a criação legalizada dessa escola são incertas. Há pouco foi dito que a Legião Negra veio de Campinas (SP), mas documento da própria escola, hoje nominada —Machado de Assis, transcreve palavras referentes à influência de Uberlândia (cidade mineira próxima a Ituiutaba), isto é, a —[...] um grupo de negros vindos de Uberlândia [...], por volta de 1935, 1936, para Ituiutaba, [e que] aqui fundou a Legião Negra.<sup>38</sup>

Assim como a Escola Noturna 13 de Maio em Ituiutaba, houve várias outras iniciativas escolares dessa natureza pelo país, organizadas por entidades negras nas décadas de 1930 e 1940, demonstrando que o ideal de criar uma escola para seus pares não se limitou aos grandes centros urbanos como São Paulo. Outro fator, que vale mencionar é que as escolas são fundadas por entidades ou agrupamentos negros, na maioria das vezes pelo impedimento dos negros frequentarem escolas públicas, seja porque elas não existiam perto de onde moravam, ou porque eles não tinham condições financeiras de frequentar as escolas. Dessa forma, os próprios negros criaram formas de alfabetizarem-se ou alfabetizarem seus pares, como o caso de Maria Firmino que alfabetizava seus pares e depois veio a criar uma escola.<sup>39</sup>

Essas ações revelam que o negro tinha a educação como uma estratégia de luta, mobilização e inclusão social, já que as instituições escolares, não eram capazes de corresponderem às suas necessidades. Desse modo, ele mesmo buscava criar um espaço seu e de valorizavam de seus pares. Para a nossa entrevista a criação da Escola 13 de Maio

---

<sup>37</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. **Cadernos de História da Educação**, v. 9, n. 2 – jul./dez. 2010. p. 368. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11451/6714>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

<sup>38</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Grupo Escolar João Pinheiro na cidade de Ituiutaba (MG): do arranjo majestoso ao movimento da Legião Negra para implementar a Escola 13 de maio. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5, 2009, Montes Claros. p.8. Disponível em: < [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/901.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/901.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

<sup>39</sup> CORREIA Janaína Santos, Maria Firmina dos Reis, Vida e Obra: Uma contribuição para a escrita da História das Mulheres e dos afrodescendentes no Brasil. **Revista**, v.1, n.3 set.- dez., p.1-24, 2013.

representou uma das primeiras formas de trabalho na cidade de Ituiutaba sobre o conteúdo da lei 10639/03 que estabeleceu o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas como medida de valorização e reconhecimento das populações negras para a história do país.

E pra que foi criado, essa escola? Pra que o negro tivesse.

-Acesso.

- Esse, esse acesso, olha eu tenho aqui uma escola, de negro, (nanana, nanana aquilo), cujo nome é do negro, então vamos estudar. Incentivar.

Isso daí, eu acho, acho não tenho certeza, que já é, nós estamos lá em 1900 e antigamente, trabalhando essa lei, né.

Então o movimento já estava preocupado com a questão da educação?

- Já estava preocupada, nós Ituiutaba, nós saímos na frente de muitos, de muitos estados, muito sabe? Nós somos, nós somos pivô mesmo. Nossa pedra é fundamental aqui na nossa região.<sup>40</sup>

Assim ela acredita que pelo fato das populações negras terem tido a preocupação de estudarem e promoverem uma ação de fundar uma instituição que permitia que negros ou não, desde longa data pudessem ter acesso ao conhecimento, são pessoas que devem ser lembradas como pioneiras nessa iniciativa. Sendo figuras importantes de uma parte a história de Ituiutaba e região.

Apesar de a história da educação do negro ainda ser pouco explorada em razão das poucas evidências, estudos como o de Fonseca<sup>41</sup> demonstraram que desde o século XIX uma pequena fração da população negra urbana pode ter acesso à educação escolar. Negar uma história da educação do negro, pode passar uma imagem de negro era invisível na escola, seja por força da legislação ou pelas poucas condições de sobrevivência a que estavam submetidos. Pode um agravante do não reconhecimento das desigualdades, em nome da democracia racial, não havendo o respeito às diferenças.<sup>42</sup>

Dessa forma, evidenciar ações como da Legião Negra na cidade de Ituiutaba, e de outros movimentos negros, que tiveram a educação como uma de suas principais estratégia para alcançarem diferentes posições na sociedade, meio de instruírem-se, para assim estarem melhor preparados para o mercado de trabalho.<sup>43</sup> É importante para demonstrar que há muito tempo as populações negras tem se organizado para a conquista de direitos e espaço na sociedade.

<sup>40</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>41</sup> FONSECA, Marcus Vinicius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 13, 2007, p.13

<sup>42</sup> ROMÃO, Jeruse. Introdução. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC-SECAD, 2005, p. 17.

<sup>43</sup> PINTO, Regina Pahim. A Educação do Negro: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 62. Agosto, 1987, p.9.

### 1.1.1 A Frente Negra

A Frente Negra foi uma organização criada em São Paulo em 1931, e junto com o Teatro Experimental do Negro, criado em 1944<sup>44</sup>, promoveram ações para alfabetizar pessoas negras. A Frente Negra teve tamanha importância que seus ideais, não teria se limitado a ficar na cidade de São Paulo. Seu ideal se espalhou por

[...] vários estados brasileiros (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), foi a maior organização do movimento negro na primeira metade do século XX no Brasil, e chegou a servir de referência para a luta contra o racismo e por melhores condições de vida para os negros em outros países [...]<sup>45</sup>

A organização Frente Negra chegou a fundar seu próprio jornal, *A Voz da Raça* em 1933, outro importante meio de mobilização da comunidade negra na época, a chamada imprensa negra que procurava promover a conscientização dos negros através dos jornais, mesmo não tenham alcançado um grande número de pessoas, já que a maioria da população negra era analfabeta, essa ação foi de tamanha importância para a mobilização dos negros.

Em 1936, a Frente Negra tornando-se um partido político, no entanto, no ano seguinte com a instituição do Estado Novo, vários partidos políticos foram postos na ilegalidade assim como a Frente Negra. Porém, enquanto esteve na ativa “com evidente caráter nacionalista, a FNB tinha como principal objetivo integrar a população negra ao conjunto da sociedade brasileira no que diz respeito aos direitos civis e sociais.”<sup>46</sup>

A conquista de direitos denotava o caráter político do movimento presente no impresso *A Voz da Raça* e nas suas atividades culturais. Como assinala Ribeiro:

Frente Negra Brasileira/FNB (1931–7), cujo nome deixa entrever um assumir-se como negro, pois, com base em jornais da década de 1920, os afrodescendentes se automeavam se - homens de cor. Mediante o jornal *A Voz Da Raça*, impresso em quase todo o período de existência da frente, a FNB disseminava um referencial cultural e político; por meio de seminários e palestras em sua sede, que chegou a abrigar uma escola noturna, ela difundia um ideário. Fora da capital paulista, a FNB promoveu apresentações musicais com seu grupo Rosas Negra. Depois a frente estenderia seus limites para o interior paulista e outros estados, como Minas Gerais.<sup>47</sup>

<sup>44</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, v. 1, nº 1, 2012, p. 114.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 119-120.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>47</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Grupo Escolar João Pinheiro na cidade de Ituiutaba (MG): do arranjo majestoso ao movimento da Legião Negra para implementar a Escola 13 de maio. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5, 2009, Montes Claros. p.7. Disponível em: < [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/901.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/901.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

Os jornais de imprensa negra funcionavam como meio de irradiar os ideais, embora muitos fossem periódicos de circulação dos grandes centros, seus ideais ultrapassavam as fronteiras pelo poder divulgação da imprensa, que certamente chegava no interior do país, e até mesmo no exterior como afirma Pereira

Graças à constante circulação de ideias e referenciais por toda a diáspora negra, na década de 1930 a Frente Negra Brasileira chegou a ser vista por negros norte-americanos e porto-riquenhos como um verdadeiro exemplo de luta por direitos civis e sociais. A imprensa negra, em diferentes países, contribuiu muito para essa circulação de ideias e referenciais sobre a luta dos negros em geral.<sup>48</sup>

Os ideais de luta contra a discriminação teriam ganhado vigor com as ações da Frente Negra Brasileira chegando as Minas Gerais, vindo a ser uma referência para grupos de negros na região do Triângulo Mineiro. Estes tinham a educação como via de luta de suas conquistas, assim como a Frente Negra, no seu estatuto essa intenção tinha como claro o objetivo promover a alfabetizar seus pares para que eles pudessem conscientizar-se da sua condição e fortalecesse o movimento.

Outras organizações do início do século XX tinham a mesma preocupação de ensinar as primeiras letras aos seus pares, ou seja, favorecer a alfabetização, essa era a intenção de organizações de grêmios, clubes e associações negras, e assim como a Frente Negra tinham a educação como meio de lutar por seus direitos, isto é, ter conhecimento do que lhes cabia como um cidadão, ou como um meio de empregarem-se no mercado de trabalho, e mesmo buscarem se aprimorar, ou conseguir um emprego que lhes possibilitasse uma melhor condição de vida, visto que algumas das escolas tinham como objetivo proporcionar a alfabetização, e outras com cursos de profissionalização, evidenciando que qualificar-se era necessário, para se conseguir um bom posto de trabalho.

### 1.1.2 Ação da Legião Negra em Ituiutaba por uma Escola Noturna

Ituiutaba é uma cidade que faz parte da região Triângulo Mineiro que começou a ser povoada no século XIX, após a decadência da mineração, levando vários habitantes a procurarem outras terras para dedicarem-se a agricultura e pecuária. Porém, seus primeiros moradores receberam Sesmarias por volta de 1810.

A história do povoamento de Ituiutaba teve início em 1820 é de contada a partir da chegada de algumas famílias de fazendeiros como os Silva Ramos, os Moraes, os Vilela, os

---

<sup>48</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. . **Revista História Hoje**, v. 1, nº 1, 2012, p. 122.



Teixeira Alves, os Pereiras dos Santos e os Junqueiras. Os fazendeiros José da Silva Ramos e Joaquim Antonio de Moraes teriam doado parte de suas terras para a construção de uma capela e um cemitério. Em torno da capela fundada pelo padre Antônio Dias Gouveia, próximo ao Rio Tijuco, teve origem o povoado Capela de São José do Tejuco.<sup>49</sup> Em 16 de setembro de 1901 ocorre a municipalização pela lei 319, e passando a chamar-se Vila Platina. E a partir de 1915, recebe a denominação de Ituiutaba.<sup>50</sup>

O município ficou conhecido na década de 1950 como “capital do arroz”, quando teve um dos seus melhores períodos de econômicos. Porém, as primeiras máquinas de arroz teriam sido instaladas na cidade na década de 1930, nesse mesmo período foram montadas as primeiras indústrias de fabricação de leite e óleo de caroço de algodão. Outro fator considerável foi um ciclo de garimpo de diamantes na cidade nos anos de 1935-1945, recebendo mais de 10 mil migrantes de várias partes do país. Em 1940, Ituiutaba contava com uma população total de com mais de 35.000 habitantes, segundo o Recenseamento Geral (1950), dos anos de 1940, desse total 10% da população ituiutabana era negra.<sup>51</sup>

No ano de 1936, a cidade é marcada pela primeira eleição para prefeito, sendo eleito o Coronel Adelino de Oliveira Carvalho, a data de sua posse 24 de julho tornou-se feriado municipal no ano seguinte, sendo aprovado um projeto de lei que autorizava a criação de três escolas municipais, dentre elas a Escola Noturna 13 de Maio.<sup>52</sup>

A vinda da Legião Negra para a cidade de Ituiutaba pode estar relacionada com o período de prosperidade econômica ocasionada pelas instalações das primeiras indústrias e maquinários de beneficiamento de arroz, além do ciclo diamantino até meados da década de 1940. A profissionalização torna-se importante para ter acesso a um emprego que pudesse dar uma condição de vida melhor.<sup>53</sup> Na cidade Ituiutaba ter qualificação parecia ser uma boa oportunidade. Além disso, com um percentual de 10% a população negra demonstra que começavam a tornar-se uma parcela considerável, que provavelmente começava a reclamar por seus direitos.

---

<sup>49</sup>ITUIUTABA: 116 anos de história e desenvolvimento. [20--]. Disponível em: <<http://site.cadshop.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=4852&usuid=363&conteudo=DADOS%20HIST%C3%93RICOS>>. Acesso em: 20 fev. de 2018.

<sup>50</sup>RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza et al. Escola Pública Noturna No Interior Mineiro\_ Articulação Do Poder Local. In: Anais Jornada HISTEDBR. Campinas, SP, v.1, n.1, jul. 2010 p. 1. Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada9/ files/SfrDyzVe.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/ files/SfrDyzVe.doc)>. Acesso em 25 de fev. 2016.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> PINTO, Regina Pahim. Educação do negro: uma revisão da bibliografia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 62, agosto, 1987. p. 9.

A Escola 13 de Maio foi a primeira instituição noturna na cidade, era destinada a alunos adultos e trabalhadores, que não tinham tempo de frequentar a escola regular durante o dia. Consta que instituições noturnas já existiam no país desde a década de 70 do século XIX. Como em Ituiutaba, não havia uma instituição que funcionasse nesse turno para atender a demanda de alunos que precisavam frequentar a escola nesse horário, não teria havido objeção para aprovar a criação de uma escola noturna, a iniciativa teve efeito. Como assinala Betânia Laterza a

[...] modalidade escolar que chegou a Ituiutaba: o ensino noturno, destinado a adultos que trabalhavam de dia. Embora tenha sido constituído em Ituiutaba na década de 1930 numa escola que era noturna, já na década de 70 do século XIX — segundo império — havia práticas escolares de ensino à noite, para analfabetos adolescentes e adultos do sexo masculino e para trabalhadores. Eram estas as características da Escola Noturna —13 de Maio criada em Ituiutaba por força do movimento negro para suprir a necessidade de escolarização de pessoas analfabetas que trabalhavam de dia. A iniciativa coube aos —negros na demanda pelo funcionamento da escola.<sup>54</sup>

Por conta da falta de oportunidade de poderem ter estudado enquanto crianças ou adolescentes, os próprios negros sentiram a necessidade de fundarem uma escola que pudesse atender os seus anseios de formação nas primeiras letras. Assim como coube aos membros da Legião Negra o funcionamento da escola, no primeiro momento eles que teriam que arcar com todas as despesas de luz e pessoal.

O arranjo elitista, desta moderna escola, bifurca-se na década de 1930, com a iniciativa de “homens de cor”. Tal iniciativa contou com o apoio do prefeito da época, acordo este que não circunscrevia à esfera pública-legal. A escola denominou-se “13 de maio”, nome este alterado em 1940 para “Escola Municipal Machado de Assis”. A escola noturna “13 de maio” foi uma escola para trabalhadores e trabalhadoras analfabetos.<sup>55</sup>

Mesmo tendo conseguido que a escola pudesse funcionar, o grupo não tinha um prédio próprio. A escola funcionava no prédio do primeiro grupo escolar de Ituiutaba, João Pinheiro, grupo destinado atender crianças em idade escolar e da elite ituiutabana, segundo Ribeiro<sup>56</sup> o atendimento era de forma diferente, para cada um dos discentes, durante o dia as

<sup>54</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Grupo Escolar João Pinheiro na cidade de Ituiutaba (MG): do arranjo majestoso ao movimento da Legião Negra para implementar a Escola 13 de maio. . In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5, 2009, Montes Claros. p.6-7. Disponível em: < [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/901.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/901.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

<sup>55</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. A Instrução Pública Primária no Interior das Geraes: uma Análise Histórica do Grupo Escolar de Villa Platina(1908-1950). **Publicatio**: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. Ponta Grossa, nº 17 (2): 199-207, dez. 2009. p.204. Doi: 10.5212/PublicatioHum.v.17i2.199207

<sup>56</sup> RIBEIRO, B.O.L; SILVA, E.F. Samba como tática para a educação: A ilusão de inclusão social do movimento da legião negra, no Brasil da década de 30 do Século XX. IN:CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE

crianças tinham acesso às salas de aula e outros locais de socialização e à noite, os trabalhadores da Escola 13 de Maio tinha acesso limitado a essa ambiente escolar. Assinalam Silva e Ribeiro que:

A pesquisa empírica nos possibilitou a compreensão de que o lugar ocupado pela escola noturna, embora fosse o mesmo ocupado pelo grupo escolar diurnamente, não oferecia aos alunos trabalhadores os mesmos recursos. O grupo escolar possuía espaço de convivência e pátio aos alunos, para a prática de atividades e apresentações. Para a escola noturna eram concedidas apenas algumas salas de aula e somente as luzes dessas eram acesas. Nem o corredor de acesso às salas ficava iluminado, ocorrência que segundo alguns colaboradores, causava temor e imprimia um tom de desmerecimento.<sup>57</sup>

As ações dos membros da Escola 13 de Maio dentro de uma outra instituição já conceituada na cidade podem ser interpretadas como astúcia que é o agir do homem comum no lugar do outro de poder, a partir das brechas que o outro concede sem perceber, assim o homem comum age como é possível. Assim descreve Certeau:

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dívida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.<sup>58</sup>

Dessa forma teriam agido os discentes da Escola 13 de Maio, ocupando o lugar que lhes era possível, dentro da escola João Pinheiro, mesmo tendo um acesso restrito a toda a estrutura física da escola que poderia dificultar a aprendizagem, manterem-se nesse para atingirem seu objetivo aprenderem as primeiras letras.

Um pouco da cultura escolar dessa instituição foi relatada em entrevista com os frequentadores, feitas por Ribeiro<sup>59</sup> assim o funcionamento no período noturno interferia na maneira de como aconteciam as aulas, marcadas por cansaço e desânimo por ambas as partes dos docente e discentes. Assim descreve Ribeiro:

---

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÕES E CIDADANIA,7, 2008. Porto, Portugal. p. 1-20.

<sup>57</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Grupo Escolar João Pinheiro na cidade de Ituiutaba (MG): do arranjo majestoso ao movimento da Legião Negra para implementar a Escola 13 de maio. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5, 2009, Montes Claros. p.9. Disponível em: < [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/901.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/901.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2016

<sup>58</sup> CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.100-101.

<sup>59</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Grupo Escolar João Pinheiro na cidade de Ituiutaba (MG): do arranjo majestoso ao movimento da Legião Negra para implementar a Escola 13 de maio. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5, 2009, Montes Claros. p. 8-9.

O cansaço e o desânimo eram comuns não só ao corpo discente, mas também ao professorado, como se lê relato a seguir:

É que era gente demais [...] as professoras era pouco. Naquela hora chovia bastante, né? Vinha muita chuva, vez em quando armava chuva, ela falava: — Ó, gente, hoje eu não vou tomar a lição do cês tudo, não, porque em vem chuva, e nós vam' bora, porque vai querer chover. Era gente demais, as professoras era pouca, tinha muito aluno, ficava lá correndo atrás dela, ela falava: — Hoje não tem, não vou tomar lição de vocês, não, porque não tem tempo, lá vem chuva. Outra hora. [Por] Qualquer coisa ela dispensava a turma, né? Não sei, as vezes porque ganhava pouco, ou nada, né? Aí eles ficava lá, trabalhando, lecionava o tanto que queria, né? Largava mão e ia embora.<sup>60</sup>

A escola pioneira do ensino noturno na cidade funcionava em meio a problemas enfrentados até hoje em muitas escolas públicas, salas superlotadas, docentes sobrecarregados, provavelmente a professora da Escola 13 de Maio tinha que atender alunos de diferentes níveis de ensino na mesma sala de aula, e não devia receber um salário a altura de todas as funções que tinha que exercer, sem conta que a lida diária dos alunos contribuía para que muitos estivessem tomados pelo cansaço. Assim, a aprendizagem torna-se mais penosa para ambas as partes. Porém, a aluna interpretava a dispensa de aula, como uma forma de descaso da professora para com os estudantes.

Pelos relatos colhidos por Ribeiro<sup>61</sup> é possível perceber que a educação seria a via direta para os discentes da Escola 13 de Maio, exercerem seus direitos de cidadania, como o voto, uma das depoentes, relatou que a preocupação com estudo era para que pudessem exercer esse direito, provavelmente fosse mais almejado pelas mulheres do que para os homens, já que o voto feminino no país era uma medida recente estabelecida pela Constituição de 1934. Outra constatação era que os alunos eram de idades diferentes, já que os de mais idade reclamavam da conduta de indisciplina dos mais jovens, sendo uma sala heterogênea, que aos poucos ia deixando de ser um ambiente exclusivo de adultos, alguns começavam a levar seus filhos, que os ajudavam nos trabalhos durante o dia, para a sala de aula no noturno. O fato de ter sido criada por um grupo de movimentos negros, não

<sup>60</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Grupo Escolar João Pinheiro na cidade de Ituiutaba (MG): do arranjo majestoso ao movimento da Legião Negra para implementar a Escola 13 de maio. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5, 2009, Montes Claros. p.8. Disponível em: < [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/901.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/901.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

<sup>61</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. Cadernos de História da Educação, v. 9, n. 2 – jul./dez. 2010. p. 370-371. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11451/6714>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

correspondia ao público que era atendido, pois outros trabalhadores brancos e mestiços também frequentavam a escola. Como constaram Silva e Ribeiro:

[...] pelos depoimentos que a escola “13 de maio” na sua origem atendeu a analfabetos adultos trabalhadores, mas, gradativamente, a idade foi diminuindo, passando a guardar similaridades com a escola noturna do Brasil imperial. Entretanto, a “13 de maio” tem a peculiaridade de sua demanda estar especialmente relacionada a um grupo de “pessoas de cor” (segundo expressão assumida na época, inclusive pelo grupo étnico de descendentes de africanos). A escola se diferenciava, ainda, pelo fato de atender a mulheres trabalhadoras e pessoas do grupo de descendentes de europeus ou mestiços.<sup>62</sup>

A escola passará por mudanças quatro anos após o decreto de sua criação, por outro que a estabelece como primária, passando a denominar Escola Municipal Machado de Assis, deixando de ser nomeada Escola 13 de maio, essa mudança foi também na questão gerencial, da escola que passou a ser administrada pela prefeitura, porém continuou sem prédio próprio. “Se caracterizando como uma escola itinerante, não por procurar estar próxima de seu público, mas ocupando espaços que lhe eram cedidos, quando por algum motivo tinha que deixar o local em que se encontrava.”<sup>63</sup>

Considerarei que essa experiência deveria ser enunciada aqui como um instante de como os negros organizaram-se e mostraram-se preocupados com a aprendizagem como forma de se qualificarem melhor para o mercado de trabalho ou como forma de exercerem sua cidadania, percebendo que estavam excluídos de determinados direitos civis, políticos e sociais. Assim, como nos relatou nossa entrevistada, esse empreendimento representou uma das primeiras ações em Ituiutaba, voltadas para a inclusão do negro, o exercício da cidadania e a qualificação profissional.

Passo agora para a segunda ação, que representou uma tentativa de estabelecer uma legislação que tivesse cunho de uma educação antirracista e de valorização da História e Cultura Afro-brasileira e africana, mesmo não tendo se efetivado, nos revela um instante de luta da comunidade negra local por reconhecimento e valorização da sua cultura.

---

<sup>62</sup> RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. *Cadernos de História da Educação*, v. 9, n. 2 – jul./dez. 2010. p. 370-371. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11451/6714>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

## 1.2 O projeto de lei do Vereador Carlos Modesto<sup>64</sup>

A promulgação a lei federal 10.639, trouxe uma emenda à Lei de Diretrizes e Bases de 1996 a novíssima legislação instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio – públicas e particulares.

As diretrizes de 2004 reiteraram os objetivos legislativos ao assinalar que:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros<sup>65</sup>.

Configurava-se assim um esforço no campo educacional de construção de uma cultura de respeito às diversidades socioculturais constitutivas do Brasil, com ênfase na participação dos negros na produção da história e cultura brasileiras.

Por um lado, a legislação de 2003 representou para os movimentos negros uma vitória, pois, durante todo o século XX - e com mais visibilidade no seu último quarto – uma fração deles, ao menos, travou luta intensa pela construção de uma educação escolar que fosse inclusiva. Por outro lado, presenciamos um diálogo, que mobilizou professores de todo país, acerca da implementação da legislação.

A lei federal 10.639/03 – fundamento de um programa de ações afirmativas - projetou-se, quase naturalmente, como um marco inaugural de efetivação da luta dos negros brasileiros por uma educação antirracista. Não obstante sua importância, notamos que sua força simbólica e material encobriu os esforços anteriores a ela e que visavam, especialmente nos municípios do sudeste brasileiro, introduzir nos currículos escolares da educação básica as temáticas da história e cultura afro-brasileiras.

Pretendemos narrar as tentativas de implementação de políticas educacionais antirracistas em âmbito municipal analisando o processo de elaboração e tramitação de um projeto elaborado pelo vereador Carlos Modesto, em meados da década de 1990, na cidade de

---

<sup>64</sup> Esse tópico faz parte de um artigo publicado na Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História. RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo; OLIVEIRA, Viviane Pereira Ribeiro. Os caminhos sinuosos para uma educação antirracista: o projeto do vereador Carlos Modesto. Ituiutaba no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa do Centro de Documentação e Pesquisa em História**. Uberlândia: EDUFU, v. 29, n.1, jan./jun.2016, p. 123-135. DOI: 10.14393/CPCDHIS-v29n1-2016-8.

<sup>65</sup> BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004. p. 6.

Ituiutaba no Pontal do Triângulo Mineiro.<sup>66</sup> De nossa perspectiva essa anterioridade prenuncia a mobilização dos movimentos negros e de professores pela construção de uma escola e educação antirracistas, ao mesmo tempo em que se explicitam os obstáculos e as interdições que as iniciativas de ações afirmativas enfrentariam a partir de 2003.

O fim do sistema escravista, em 1888, não significou acesso automático à liberdade e cidadania para os negros brasileiros. Desde, então lutamos para o pleno acesso aos direitos sociais, civis e políticos enfrentando outras formas objetivas e dissimuladas de subordinação, o preconceito e a discriminação. Notamos que um caminho viável para a cidadania plena está na educação, na ampliação dos acessos a escolarização e no espaço escolar como vetor da superação das desigualdades, discriminações e racismo.

Segundo Gonçalves e Silva<sup>67</sup>, a educação sempre foi empunhada pelos movimentos negros das primeiras décadas do século XX como uma das “bandeiras de luta”. Assim, o direito à educação esteve sempre presente nas agendas da comunidade negra. Esse modo de politização atravessa o século XX e as reivindicações se intensificam em suas últimas décadas.

A partir dos anos de 1980, os movimentos negros seguiram formulando críticas em relação à educação vigente no país, inconformados com a persistência de uma visão eurocêntrica e o silenciamento quanto à participação dos negros na construção do Brasil aplicada aos conteúdos escolares. Contra esse insidioso ‘projeto’ de branqueamento<sup>68</sup>, as instituições políticas e culturais, representativas das comunidades negras brasileiras se mobilizaram num esforço de debates, críticas e formulação de propostas que sinalizavam para a diversidade da sociedade lembrando que a escola deveria abrigar por inclusão essas diferenças que se reproduziam intramuros.

Essas reivindicações dos movimentos negros coincidem com momentos de profundas mudanças sociais e políticas no país - o fim da ditadura civil-militar e o início de um período de redemocratização - e trazem à tona uma nova visão de mundo moldada pelo desejo de liberdade, de emancipação. O processo de elaboração da nova Constituição – Assembleia

---

<sup>66</sup> Ituiutaba, é uma cidade do oeste do Estado de Minas Gerais, região do Pontal do Triângulo Mineiro, comumente chamada de Pontal do Triângulo Mineiro ou simplesmente Pontal, tida como a maior cidade desta região.

<sup>67</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out. nov. dez. 2000, p. 139.

<sup>68</sup> A tese do branqueamento como projeto nacional emergiu na cena pública envolvida pelo projeto imigrantista capitaneado pelos republicanos paulistas que, no final do século XIX vislumbrando a abolição da escravidão, fizeram opção pelo trabalhador europeu como solução para a substituição da mão de obra cativa. Esse projeto tentou articular, no Brasil, a crença na superioridade branca com a busca do progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal para o país.

Nacional Constituinte (1986) – foi compreendido como um dos lugares em que os problemas assinalados poderiam e deveriam ser enfrentados.

No entanto, os debates e longos processos de negociação na esfera parlamentar não resultaram em menções explícitas às questões relativas aos negros e aos índios no texto constitucional. As propostas relativas à História e a cultura do negro e do índio nos três níveis da educação brasileira foram retiradas do texto constitucional adotando a seguinte formulação,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.<sup>69</sup>

Se a nova Carta Constitucional transformou o racismo em crime inafiançável<sup>70</sup> ela também descaracterizou as propostas educacionais de inclusão da cultura, história e religião dos negros africanos e brasileiros. Disso resultou um ambiente intenso e permanente de mobilização antirracista que ampliou sua visibilidade com a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida de 1995 – mobilização de caráter popular que celebrava a morte de Zumbi dos Palmares, transformado em herói nacional, que levou a Brasília cerca de 30.000 pessoas reivindicando do governo brasileiro, políticas públicas efetivas visando à superação do racismo. Os organizadores foram recebidos pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e lhe entregaram um documento - programa de Superação do Racismo e da desigualdade social<sup>71</sup> - contendo propostas de combate ao racismo em que se estabelecia uma articulação objetiva com o campo educacional. Desse modo, o documento assinalava,

Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.

Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União.

Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade

<sup>69</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

<sup>70</sup> *Ibidem* (Art. 5º, XLII. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei).

<sup>71</sup> SANTOS, Sales Augusto dos. “A lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro”. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. MEC-SECAD. 2005, p. 25.



racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras.<sup>72</sup>

Santos<sup>73</sup> assinala que algumas dessas reivindicações foram a revisão dos livros didáticos, e, inclusive sua eliminação, quando os negros fossem representados de maneira estereotipada em que se reiterasse a situação de submissão, de inferioridade e de desclassificação social. Vários Estados e Municípios brasileiros iriam então, reconhecer a necessidade de atenderem às reivindicações dos movimentos negros e reformularem as normas de seus sistemas de ensino. Verifica-se então, a partir da elaboração das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais a aprovação de legislação que transformava os conteúdos escolares na direção das demandas inclusivas dos movimentos negros. Desse modo, a lei orgânica municipal de Belo Horizonte trazia o seguinte texto:

Art. 182. Cabe ao Poder Público, na área de sua competência, coibir a prática do racismo, crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Constituição da República.

Parágrafo único. O dever do Poder Público compreende, entre outras medidas:

[...]

VI – a inclusão de conteúdo programático sobre a história da África e cultura afro-brasileira no currículo das escolas públicas municipais.<sup>74</sup>

A Câmara Municipal de Uberlândia, importante município do Triângulo Mineiro, em 1992, aprovou a Lei Orgânica que no capítulo da Educação tratou do combate ao racismo articulando-o ao espaço e conteúdos escolares:

Art. 165 - Os Poderes Públicos Municipais adotarão todas as medidas necessárias para coibir prática do racismo, crime imprescritível e inafiançável, sujeito a pena de reclusão, nos termos da Constituição da República, onde o combate às formas de discriminação racial pelos Poderes Públicos Municipais compreenderá:

I - a proposta de revisão dos livros didáticos dos textos adotados e das práticas pedagógicas utilizadas na rede municipal, visando eliminação de estereótipos racistas;

II - o estudo da cultura afro-brasileira será contemplado no conteúdo programático das escolas municipais;

III - a formação e reciclagem dos professores de modo a habilitá-los para a remoção das ideias e práticas racistas nas escolas municipais e para a criação de uma nova imagem das crianças e dos adolescentes negros, bem como da mulher;

<sup>72</sup> EXECUTIVA Nacional da Marcha Zumbi (1996) apud SANTOS, Sales Augusto dos. “A lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro”. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: MEC SECAD, 2005, p. 25.

<sup>73</sup> SANTOS, Sales Augusto dos. “A lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro”. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. MEC-SECAD. 2005, p. 25.

<sup>74</sup> BELO HORIZONTE. **Lei Orgânica do Município**. 1990. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/images/stories/secen/LOMBH%20consolidada.pdf>>. Acesso em: 20 de mai. de 2016.

- IV - os cursos de aperfeiçoamento do servidor público incluirão, nos seus programas, disciplinas que valorizem a participação dos negros na formação histórica e cultural da sociedade brasileira;
- V - a liberdade de expressão e manifestação das religiões afro-brasileiras;
- VI - a criação e divulgação de programas educativos nos meios de comunicação de propriedade do Município ou em espaços por ele utilizados na iniciativa privada, visando o fim de todas as formas de discriminação racial.<sup>75</sup>

Embora saibamos que a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira não significou sua efetiva implementação, esse arcabouço legislativo evidencia a atuação dos movimentos negros no sentido da formulação de propostas antirracistas.

Na década de 1990, também na cidade de Ituiutaba, os agentes públicos e movimentos negros se esforçaram por implementar no campo educacional e nos espaços escolares práticas antirracistas. Assim encontramos algumas pistas no jornal local, na Fundação Cultural de Ituiutaba que nos permitem elaborar uma narrativa sobre os processos e debate e de formulação legislativa e problematizar a implementação.

Durante nossas pesquisas nos deparamos, na edição de 23 de setembro de 1995 com a manchete<sup>76</sup>, “Projeto sobre Racismo na Câmara”. Ainda na capa constava a foto do autor do projeto, vereador Carlos Modesto dos Santos<sup>77</sup>, e trazia a seguinte legenda, “Carlos quer a Câmara cheia no dia da votação”.

---

<sup>75</sup> BRASIL. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia Minas Gerais**. Uberlândia, MG, Câmara Municipal de Uberlândia, 1992.

<sup>76</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5629, 23 set. 1995. p. 01

<sup>77</sup> Carlos Modesto dos Santos, nasceu em 04 de junho de 1939, em Cachoeira Alta (GO), sua família mudou-se para Ituiutaba, quando ele tinha apenas 5 anos de idade, era o terceiro de filho de onze irmãos, de uma família humilde. Não teria concluído seus estudos por falta de oportunidade, mesmo assim tinha um amplo conhecimento dos fatos políticos e históricos. Casou-se com Divina Evangelista dos Santos em 1959, e tiveram 5 filhos. Trabalhou como gerente de uma fábrica de Óleo na cidade por 20 anos. Era evangélico, da Igreja Assembleia de Deus, junto com os membros da igreja teriam fundado uma creche em um dos Bairros da cidade. Os dois campos de atuação mais fortes de Carlos Modesto teriam sido nas obras da Igreja Evangélica e junto aos aposentados e pensionistas. Não que ele deixasse de lado as outras demandas sociais, mas nessas duas causas ele teria sido um membro atuante. Carlos Modesto dos Santos foi Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Ituiutaba e, ficou reconhecido por seu trabalho junto a essa associação, ele teria ingressado na vida pública em 1968, tendo se filiado ao PMDB, por indicação do ex-prefeito Fued Dib, disputou duas candidaturas que não conseguiu se eleger, uma em 1976, quando obteve 310 votos, e outra em 1982, com 401, mas somente foi eleito na terceira tentativa em 1992 com 776 votos, foi líder do PMDB na Câmara. Essas informações constam no Diário Regional do dia 1º de julho de 1997, em uma reportagem falando do falecimento de Carlos Modesto, em decorrência de um câncer, quando exercia o seu segundo mandato, sendo o segundo vereador mais votado nas eleições de 1996, quando obteve 1323 votos.

Figura 1 - Nota sobre o projeto de lei<sup>78</sup>



Fonte: Diário Regional (1995, p. 01)

A nota do jornal dizia que o projeto de lei do vereador seria levado a plenário da Câmara na semana seguinte, e trazia a subsequente fala:

O projeto de autoria do vereador Carlos Modesto (PMDB), que pretende implantar como conteúdo curricular, estudos contra a discriminação racial, religiosa e étnica, nas escolas municipais de 1º e 2º graus. Toda a comunidade negra de Ituiutaba deverá marcar presença na Câmara, não como forma de pressão sobre os vereadores para aprovarem o projeto, mas como parte das comemorações dos '300 anos de Zumbi', e levantar a discussão sobre o preconceito racial, explicou Carlos Modesto.<sup>79</sup>

Segundo consta, o vereador queria a Câmara cheia porque almejava levantar a discussão sobre o preconceito racial. Para ele o objetivo era causar polêmica em torno do tema, e ainda destacava que projetos de leis semelhantes já haviam sido aprovados em São Paulo e Rio Grande do Sul. Segundo Carlos Modesto, "A ideia do projeto surgiu, porque as autoridades, através de decretos leis, tentam punir a discriminação, mas não resolve o problema. É tradição, infelizmente, está no seio da família brasileira como restos do tempo da escravidão."<sup>80</sup>

No conjunto da reportagem o vereador procura explicitar que crianças praticam o preconceito racial, sem terem consciência do ato, mas essa seria uma influência de seus pais ou de outros adultos. Ele ainda assinala que "um menino de 5 anos já chama uma criança negra de 'pretinhas', sem saber o que realmente, representa a palavra."<sup>81</sup>

A matéria assinala, sem indicar as fontes, que os estudos feitos na cidade indicavam que crianças e adolescentes negros abandonavam com mais frequência os estudos escolares. E

<sup>78</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5629, 23 set. 1995. p. 01

<sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5629, 23 set. 1995. p. 01.

<sup>81</sup> Ibidem.

que mais da metade da população negra ocupava postos de trabalho mal remunerados. Para Carlos Modesto “As crianças devem aprender na escola que a cor não diferencia o homem.”<sup>82</sup>

A reportagem não é muito extensa, mas deixa claro que o tema do racismo e as propostas para a sua superação tinham se tornado objeto de debate na casa legislativa. Ainda assim, a edição do jornal informa muito pouco sobre o conteúdo do projeto. Acompanhada de uma foto do autor do projeto a matéria ainda nos deixar notar que a população negra da cidade se fazia pouco frequente no plenário da Câmara. Ainda que o projeto seja evidência de que as suas demandas eram ouvidas. Apesar de a reportagem assinalar a iminência da apreciação do projeto ele só foi votado no mês de novembro.

Temos ciência de que nossas fontes não são um testemunho da realidade, mas um instrumento, na verdade elas são representações de uma realidade. Dessa forma concordamos com as reflexões de Chartier<sup>83</sup>, para o qual, o objeto da História Cultural, é identificar como em diferentes tempos e espaços uma realidade social é construída, pensada e dada a ler. Segundo o autor, essas representações são determinadas por interesses de grupos que as forjam, dessa forma seus discursos não são neutros, mas representam seus anseios e aspirações, para que seus valores sejam respeitados.

Eles devem ser analisados como parte de uma prática de seu tempo. A discriminação deve ser analisada como um ato praticado a um determinado grupo social, mas não podemos supor que seja uma prática de toda sociedade, ou mesmo uma preocupação de todos, até mesmos das autoridades políticas da época do projeto. Entendemos que projetos de leis não surgem do acaso, e que demandam reivindicações da sociedade de determinada época. Assim, entendemos que o projeto de lei citado, aponta um ato que vinha sendo praticado, desde criança com a conveniência de quem seria responsável por sua educação, mas que, pelo contrário, vinham agindo no sentido de perpetuar uma prática secular em nosso país, que é de diferenciar e discriminar as pessoas por conta da sua cor.

Dessa forma, salientamos também que nem todas as famílias eram negligentes com a educação de seus filhos, ou concordavam com as práticas de discriminação, mas infelizmente, essa ainda é uma prática recorrente da sociedade atual, e mesmo com uma Legislação Federal que propõe o respeito à diversidade, este ainda se encontra muito longe de ser efetivado. Nesse contexto as Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais.

Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino,

<sup>82</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5629, 23 set. 1995. p. 01

<sup>83</sup> CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.p. 16-17.

escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.<sup>84</sup>

Entendemos que a educação das relações étnico-raciais, é um caminho para a valorização das diferentes culturas que compõem um verdadeiro mosaico no país e contribuiu para possamos desenvolver atitudes de respeito e valorização das mais diversas culturas. Como destaca Silva,

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais.<sup>85</sup>

A década de 1990 pareceu-nos como um instante em que as energias democratizantes projetadas pela participação popular ampla, para além das esferas formais e tradicionais de exercício político evidenciaram uma concepção de que a escola representaria o centro de um processo de transformação social. Os microcosmos de uma experiência de cidadania plena, de inclusão, respeito à diversidade e, por consequência, antirracista. Contudo, as forças políticas e suas práticas retrógradas e reacionárias fizeram-se presentes.

Em Ituiutaba, o Prefeito à época era o médico, e ex-secretário de saúde e vice-prefeito da gestão anterior, João Batista Arantes do PDS<sup>86</sup>. No site da Fundação Cultural de Ituiutaba<sup>87</sup>, consta que o prefeito João Batista derrotou o candidato do PMDB José Cury, nas eleições de 1992, mas numericamente seu principal adversário nas eleições teria sido a candidata do PT Ednair Muniz que ficou em segundo lugar nas eleições. A Fundação Cultural – instituição pertencente à estrutura administrativa municipal -, o descreve como um político que conhecia a administração pública pelos cargos que havia ocupado anteriormente, que lhe capacitava a implementar um projeto político de crescimento ordenado na cidade, visando atender as demandas sociais de saneamento básico, saúde e educação.

<sup>84</sup> BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004 p. 10

<sup>85</sup> SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e as relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), set./dez. 2007, p. 490.

<sup>86</sup> Consta no Portal da cidade que o PDS era de um grupo que estava no poder desde de 1983, João Batista Arantes com uma coligação “do PFL, PL e PRN/PDS/PTB, foi eleito em 1992 prefeito de Ituiutaba, obtendo 14.496 votos, derrotando os candidatos: Ednair Ângelo Muniz, do PT, que ficou em segundo lugar, com 11.647 votos; José Cury, do PMDB, que ficou em terceiro lugar, com 10.647 votos; e Claudio Manoel da Costa, PDT, ficou em quarto lugar, com 819 votos. Disponível em: <<http://www.portalituiutaba.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=193953&usuid=363&conteudo=Livro%20-%20Hist%C3%B3ria%20minha%20vida%20pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 06 de jun. de 2016.

<sup>87</sup> Arquivo categoria personalidades. <<http://fundacaoituiutaba.com.br/?cat=7>>. Acesso em: 06 de jun. de 2016.

Encontramos divergências nos relatos acerca de suas capacidades administrativas. Por alguns é descrito como um bom administrador que promoveu obras de saneamento básico e infraestrutura no trânsito, além de criação de escolas municipais, como um dos administradores que mais teria conseguido recursos financeiros para o município, como uma pessoa que sabia ouvir a população, especialmente assuntos relacionados com interesses públicos.<sup>88</sup> Por outro lado, é referido como uma pessoa que não sabia ouvir, e mandava e desmandava sem dar satisfação de seus atos, enfim um político autoritário. Logo no início de seu mandato o prefeito demitiu professores que ingressaram na carreira docente por meio de concurso público numa evidente represália aos grupos de oposição. Essa medida gerou inúmeros processos judiciais contra a prefeitura que perduraram muito depois de encerrado seu mandato. Sua gestão também ficou marcada pelos constantes atrasos de salários do funcionalismo público que num determinado momento ficou sete meses sem pagamentos, gerando insatisfação dos quase dois mil funcionários.<sup>89</sup>

Percebemos que se por um lado, ele foi mencionado como um prefeito que construiu escolas, por outro não teve uma boa relação com o funcionalismo público, principalmente, para com os educadores. Segundo Darcy Jerônimo<sup>90</sup> essa medida da demissão dos servidores públicos foi justificada pelo Prefeito na época, como necessária para enxugar a máquina pública que continha um alto número de funcionários.

Em relação ao projeto antirracista do vereador Carlos Modesto, aqui tratado por nós, Darcy Jerônimo disse que ele teria gerado bastante polêmica na Câmara por se tratar de uma medida que propunha mudanças no conteúdo curricular, principalmente, porque essa medida teria que ser somente no âmbito municipal, não chegaria a todas as escolas da cidade somente a rede municipal. Segundo Darcy Jerônimo o projeto foi votado em novembro por conta das comemorações do dia 20 de novembro, mas que foi vetado pelo prefeito, segundo ele por se de “direita”, e não querer que o debate da discriminação fosse discutido nas escolas. Ele disse que acredita que a Câmara teria derrubado o veto do prefeito, mas que não houve vontade política para que o projeto fosse implementado.

Parte da população de Ituiutaba parecia preocupada com a questão do racismo e da discriminação racial. 1995 foi o ano de celebrações à memória de Zumbi dos Palmares em todo o Brasil. Na esteira destes eventos o jornal local produziu matéria a partir de uma

<sup>88</sup> Arquivo categoria personalidades. <<http://fundacaoituiutaba.com.br/?cat=7>>. Acesso em: 06 de jun. de 2016.

<sup>89</sup> Galeria de Prefeitos. Disponível em: <<http://www.portalituiutaba.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=193953&usuid=363&conteudo=Livro%20-%20Hist%C3%B3ria%20minha%20vida%20pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 06 de jun. de 2016.

<sup>90</sup> Vereador na Câmara na época do Partido dos Trabalhadores.

entrevista com Iza Costa, presidente da Fundação Zumbi dos Palmares da Cidade de Ituiutaba, instituição ligada à Prefeitura Municipal. As entrevistas reiteraram a desigualdade e a pobreza produzidas pelo racismo.

A despeito do apoio de outras instituições das comunidades negras ituiutabanas Iza Costa mostrava o risco de a Fundação ser fechada sob a alegação da falta de recursos e ainda reclamava que as festividades pela memória de Zumbi buscavam na fundação apenas um papel ilustrativo sem reconhecer que os negros eram também capazes de formular e gerir projetos culturais. Segundo Iza Costa,

Nós somos convidados para abrilhantar a festa em que se celebra os 300 anos do líder negro Zumbi dos Palmares. O papel da Fundação ou de qualquer outra entidade negra é simplesmente de enfeitar a festa. Somos tidos como bons sambistas, músicos e quituteiros, nada mais que isso. Ainda não se conscientizaram de nossas capacidades de formular propostas para no desenvolvimento cultural e do município ou do estado.<sup>91</sup>

Ainda assim, naquele ano a Fundação realizou uma exposição comemorativa no espaço da Caixa Econômica Federal.

Iza Costa ainda ressalta,

Mas o que estamos percebendo, é que há uma má vontade por parte das lideranças políticas em abrir debate e permitir que desenvolvamos um trabalho, principalmente por parte dos vereadores. Porém achamos que não devemos mendigar os nossos direitos.<sup>92</sup>

Talvez isso também nos ajude a compreender o destino que tomou, no âmbito da prefeitura, o projeto do vereador Carlos Modesto. É provável que os edis tenham aprovado o projeto sabendo de antemão do veto do prefeito, não querendo assumir, portanto o ônus de se indispor com os movimentos negros da cidade e com parte da população que reconhecia a pertinência da proposta antirracista apresentada.

O projeto de lei educacional antirracista voltou a ser referido no jornal no mês de novembro de 1995, em uma entrevista feita com Carlos Modesto, a nota trazia o seguinte título “Vereador Carlos Modesto luta para derrubar preconceitos.”<sup>93</sup> O momento era de celebração. Contudo, fica evidente uma relativa frustração do edil com os desdobramentos de seus projetos no âmbito da administração municipal. Evidências dos caminhos sinuosos que as políticas de ação afirmativa teriam que percorrer em solo brasileiro.

---

<sup>91</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5666, 18 nov. 1995. p. 03.

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5666, 18 nov. 1995. p. 03.

Nossa tentativa de reconstruir um instante do debate legislativo na cidade de Ituiutaba, que antecede o aparecimento da Lei Federal nº 10639/03, teve como objetivo nos aproximarmos dos esforços das comunidades negras para a superação do racismo a partir da implementação de políticas públicas centradas na questão educacional. A década de 1990 sinaliza os obstáculos que teriam que ser enfrentados futuramente para a aplicação da legislação e superação do racismo à brasileira. Aprovado pela Câmara o projeto de Carlos Modesto é vetado pelo prefeito e aquela mesma casa não cumpre a sua função de apreciar o veto tornando sem efeito as reivindicações e proposta apresentadas pela população negra da cidade. A luta seguiria e seus efeitos serão sentidos anos depois, ainda que persistam alguns obstáculos no processo de efetiva implementação das políticas públicas inclusivas em geral e das antirracistas em particular.

### **1.3 Possibilidades de uma educação antirracista e intentos de inclusão do negro no ensino**

A terceira ação emerge das narrativas que tive contato durante a pesquisa, que procuraram evidenciar que as organizações negras sempre tiveram uma preocupação com a conscientização e educação como fator de promoção social e valorização da cultura negra. Mas uma vez, as ações empreendidas pelo país chegam ao conhecimento de pessoas ligadas ao movimento negro local, eram postas em prática na cidade de Ituiutaba, uma delas permanece viva, contribuindo para formação de pessoas de baixa renda e afrodescendentes que não tem condições de arcar com os custos de um cursinho preparatório particular.

A terceira ação refere-se à criação de um curso pré-vestibular voltado para a população negra e de baixa renda, que tinha como objetivo instruir esse público específico para concorrer a uma vaga nos cursos universitários. Essa prática foi adotada em vários estados brasileiros, surgindo como efeito da mobilização das populações negras e, em alguns casos, contando com o apoio de grupos da Igreja Católica.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por uma série de políticas públicas de reparação, chamadas de ações afirmativas como forma de reconhecimento da desigualdade de oportunidade para certos grupos sociais, e combate à desigualdade, no caso. Algumas dessas políticas eram voltadas para as populações negras, este movimento estava intimamente ligado com a reconfiguração dos movimentos negros no contexto da redemocratização do país, que passam a colocar a discriminação e racismo como empecilhos para alcance da democracia e igualdade na sociedade brasileira.



Uma das primeiras respostas do poder público às reivindicações das populações negras foi a criação em vários estados e municípios de conselhos e órgãos de assessoria para a promoção de políticas para a população negra, a nível federal foi criada a Fundação Palmares em 1988, ligada ao Ministério da Educação. Seguidamente houve a criminalização do racismo como a promulgação da lei Caó em 1989, que foi acompanhada de outras penalidades a contra a discriminação e injúria racial. Na metade da década de 1990 surgem várias iniciativas da sociedade civil, que contavam ou não com o apoio do poder público, como Organizações não-governamentais (ONGs), que passam a promover ações como cursos pré-vestibulares voltados para os jovens de baixa renda e alguns desses cursos havia o recorte racial com intuito de incluir o negro no ensino superior.<sup>94</sup> Embora, algumas dessas ações fosse realidade desde a década de 1970, elas intensificam-se e popularizam-se na década de 1990.

Nesse período teremos pelo país, vários desses cursinhos pré-vestibulares, também conhecidos como populares, que tinham como princípio não somente treinar para o vestibular, mas estabelecer um currículo mais humanizado e prepara indivíduos negros e de baixa renda para o ingresso em cursos de graduação ou para o mercado de trabalho.

Em Ituiutaba, no final da década de 1990 temos duas dessas iniciativas que se mantêm em funcionamento até os dias atuais, a Fundação Zumbi dos Palmares criada em 1990 e o PREVESTI criado em 1998 que é um curso preparatório para o vestibular ou ingresso no mercado de trabalho destinado a negros e carentes, que são preparados para disputarem uma vaga na graduação, ou prestarem concursos públicos.

Como o PREVESTI é criado pela Fundação Zumbi dos Palmares, e ela representa também uma das primeiras políticas de reparação as populações negras a nível municipal, considero que seria importante enunciar aqui algumas ações relatadas por membros dos movimentos negros de Ituiutaba, que procuraram promover o acesso à educação ou conscientização e valorização do negro. Fatos que nossas depoentes consideram que foram fundamentais para uma educação antirracista, no período de lutas e reconhecimento dos movimentos negros em todo o país. A História do movimento negro de Ituiutaba se mistura as várias entidades negras<sup>95</sup> que coexistem na cidade, embora todos tenham um foco em comum, a valorização da cultura do negro, e demarcar seu espaço na sociedade ituiutabana. Dessa

---

<sup>94</sup> JACCOUD, Luciana. O Combate ao Racismo e à Desigualdade: O desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA. 2008. p. 139-140.

<sup>95</sup> Fundação Zumbi dos Palmares, Ternos de congada, Irmandade de São Benedito, Terreiros de candomblé e umbanda, grupos de capoeira e o Palmeira Clube.

forma estas ações estão intimamente ligadas com a criação do PREVESTI, que será mencionado posteriormente.

Assim como em outras localidades, a comunidade negra de Ituiutaba criou também, um clube de negros, o Palmeira Clube, fundado em 29 de julho 1945 e funcionou até janeiro de 2014, quando foi interdito pela justiça, criado quase no mesmo período da Escola 13 de Maio, que não tinham somente a função de socialização, mas de conscientizar os negros do papel que tinham na sociedade, e o espaço que deveriam ocupar nela e até mesmo momentos dedicados a contribuir com a educação de seus pares. Como descrito abaixo por Maria.

[...] o Palmeira Clube tinha escola de alfabetização.

- E essa escolinha que teve no Palmeira foi desde o início?

- Não. Não era uma coisa sistemática não. Mas assim, sempre tinha uma turma de alfabetização. Quando o clube era aqui na 19. A tia Orlandina me disse que era um dia da semana.

- Mas tinha essa preocupação?

- Tinha preocupação em educar. Eu tinha até o nome. A professora era mulher de um fazendeiro branco que sempre ajudava eles, quando vinha pessoas de fora, fazia palestra. Sempre essa pessoa estava próxima.<sup>96</sup>

O relato revela que no clube foram empreendidas ações educacionais, que ela denomina de escolinha de alfabetização, mas que na realidade era um reforço escolar feito senhora da elite, que se dispunha a ir ajudar ao menos uma vez na semana, quando questionei se foi desde do início do clube, a depoente deixa claro que não, que essa ação ocorreu de forma esporádica, sem detalhar uma data exata ou quanto tempo essa ação tenha realizada dentro do clube. Como assinalam Petronilha e Luis Alberto

Já no início do século XX, o movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra.

Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação.<sup>97</sup>

As ações da comunidade negra não resumiram-se aos primeiros anos do clube, elas foram relatadas por outros membros como Adirce<sup>98</sup>, logo que cheguei na casa dela no dia e hora marcada para a entrevista, antes de iniciarmos nossa conversa, ela foi em um dos cômodos da casa e pegou um material para me mostrar, nele continha fotos que ela guarda em seu acervo, cópia de documentos da criação da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares, do Grupo de Estudos e Consciência Negra, e da Biblioteca Solano Trindade. Todos os

<sup>96</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016.

<sup>97</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out. nov. dez. 2000.p.139.

<sup>98</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

documentos com registro em cartório, demonstrando a preocupação em ter validade, de suas ações.

- E quanto essa parte do problema de trabalhar a lei, quer dizer, ela já vem há muitos e muitos anos. Muitos e muitos anos. Esse aqui é uma, não está na ordem, mas eu te mostro aqui. Essa época aqui é a época do deputado Romão, Romel Anísio Jorge. Que nós, dentro do Palmeira Clube, a gente já fazia esse tipo de trabalho dentro da comunidade negra.
- Lá dentro do Palmeira? De ensino com as crianças? Como é que era?
- Não, a gente fazia levantando a questão da problemática do negro. África, países africanos. A vantagem. A vantagem não. O que que esses países africanos representou pra nós brasileiros, mineiros, e quanto à problemática da escravidão, né? Tudo isso a gente já trabalhava antes.
- E lá dentro do Palmeira era um grupo das pessoas que participavam dentro do clube ou vinha pessoas de fora?
- De fora. Por isso que eu busquei as fotos pra você. E buscava de fora.
- Buscava de fora pra fazer as palestras?
- Pra fazer as palestras, pra fazer esse chamamento do pessoal, abrir a cabeça do nosso povo, que nós somos negros, mas nós temos a nossa história, a nossa importância. Nós temos que ter o nosso valor enquanto negro brasileiro, não é? E isso há muito tempo, há muitos anos, que eu estou te falando, isso já acontecia aqui em Ituiutaba. A primeira entidade que começou a trabalhar essa questão foi a Irmandade São Benedito, que é a mais antiga do movimento negro, a Irmandade São Benedito na parte religiosa.<sup>99</sup>

Para ela o trabalho que os membros da comunidade realizavam dentro do Palmeira Clube, décadas antes da lei 10639/03 já era uma forma de trabalhar a lei dentro da comunidade negra local, que era valorizar a cultura negra e fazer interlocução com suas origens com as culturas africanas. A época que nossa entrevistada se refere é aos anos de 80 quando eles procuravam organizar esses eventos para a comunidade negra, demonstrando a importância de se valorizar a História e Cultura Afro-brasileira e Africana trazendo palestrantes, ou membros de outros países africanos, para exporem suas vivências dentro de seus países. Uma ação que acontecia no clube que atingia somente seus associados, mas que era importante meio de se mobilizarem para conquista de direitos, em prol da comunidade negra. Outro fator é que ela menciona a presença de políticos dentro dos eventos, que provavelmente consideravam que a presença na comunidade negra local era importante a ponto marcarem presença nos eventos da comunidade negra.

---

<sup>99</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

**Figura 2 - Evento no Palmeira Clube<sup>100</sup>.**



Fonte: Foto do acervo de Adirce Maria.

Essa relação entre comunidade negra e políticos locais e da região pode ser associada às mudanças tecnológicas e sociais que vinham acontecendo na sociedade em geral. Pelo fato da cidade de Ituiutaba ter sua economia apoiada no setor agrícola, como mencionado pela fase de beneficiamento de arroz, na década de 1950-1960, com a crise desse setor, na década de 1970 será marcada pelos investimentos na pecuária contribuiu para formar uma sociedade ituiutabana, segundo Ferreira

A sociedade era constituída por uma elite ruralista fechada e conservadora, que discriminava os que não pertenciam a ela. Com avanço da tecnologia, das ciências e, conseqüentemente, com a sofisticação dos meios de comunicação, principalmente a televisão, surgem movimentos com intenção de mudar as características sociais, culturais, políticas e humanas.<sup>101</sup>

Dessa forma, as mudanças tecnológicas como os meios de comunicação, colocava setores da sociedade de Ituiutaba a par de movimentos contestatórios que surgem nesse período em várias partes do mundo, nesse contexto a comunidade negra de Ituiutaba organiza-se em torno de seu clube formando o movimento negro local, as elites locais e regionais perceberam que este fato não poderia ser ignorado, já que vinha contestar padrões pré-estabelecidos, e o mesmo tempo buscavam afirmação de direitos na sociedade local. Por outro lado, negros de cidades vizinhas como prefeito de Uberaba Wagner Nascimento representava que negros vinham alcançado cargos públicos que os colocava na condição de poder realizar políticas a favor da comunidade negra. Representatividade que os membros do Palmeira Clube tinham contanto e possíveis trocas de ideias e projetos.

<sup>100</sup> Da esquerda para a direita, os dois representantes dos países africanos, o deputado federal de Ituiutaba Romel Anísio Jorge, o prefeito de Uberaba Wagner Nascimento, Representante da Comunidade Negra de Ituiutaba Rui Costa

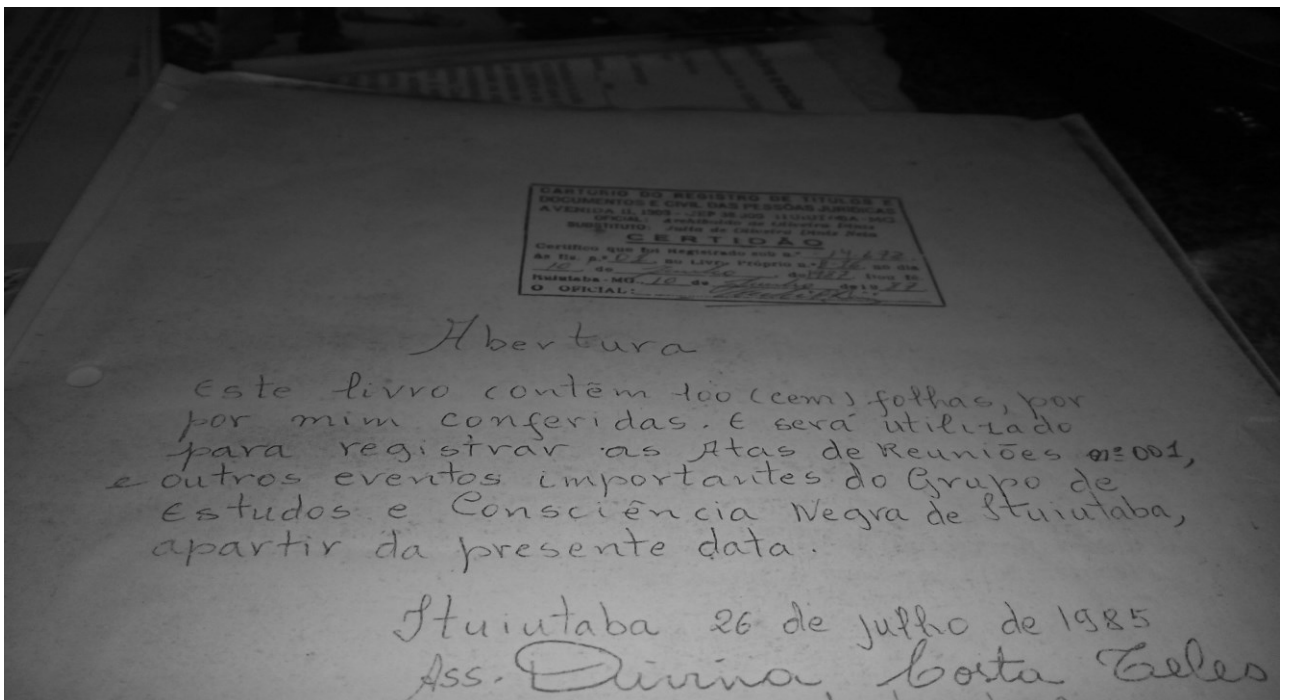
<sup>101</sup> FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização**: a Escola Estadual João Pinheiro-Ituiutaba (MG). 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. p.94.

Um outro fato apontado pela entrevistada foram as primeiras ações educativas terem surgido dentro de uma Irmandade religiosa, seus membros mostram-se preocupados com a questão educacional, em formar pessoas que fossem mais esclarecidas e que pudessem empreender melhor suas demandas, ou seja, a educação era uma estratégia de luta por direitos para as populações negras.

E a ideia saiu de quem? De um senhor chamado Geraldo Clarimundo. Ele tinha um apelido, me foge o nome agora do apelido. Ele era a cabeça dentro do movimento negro, na igreja, dentro da São Benedito. Parente do Senhor Cinzico. Então, o seu Zé Clarimundo, seu Clarimundo, Geraldo Clarimundo é que falou: gente, tá na hora de botar essa negrada pra trabalhar, pra estudar, e ele era semianalfabeto. Olha a visão do danado. Então que que nós temos que fazer? Nós temos que arrumar um jeito de chamar o nosso povo realmente pra parte cultural, pra parte educacional, então juntou essas pessoas, que foi Sônia, a Divina que é a filha dele, que é a Ana Lúcia, eu, a Luzia, que é hoje a Fundação, estávamos juntos e montamos esse grupo. Grupo de estudos consciência negra.<sup>102</sup>

Para entendermos melhor como se deram as ações do movimento negro em prol de uma educação, considero pertinente expormos aqui como é criada a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares, e como através dessa e outras instituições negras houve uma preocupação com uma educação antirracista e de conscientização da cultura e afro-brasileira e africana.

### Figura3 - Livro de Ata do Grupo de Estudos e Consciência Negra.



Fonte: Foto do acervo de Adirce Maria.

<sup>102</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

Um dos importantes momentos destes esforços da população negra de Ituiutaba para estimular os estudos e a educação escolar se deu com a formação de um grupo de estudos. Como assinala a senhora Adirce,

Em 1981 foi fundado o grupo de estudos de consciência negra. Por que? Já existia o Palmeira Clube, já existia a parte de religioso. Então nós tínhamos que avançar mesmo dentro da parte cultural e educacional. Quem fundou o grupo de estudo de consciência negra foi um grupo de mulheres negras.<sup>103</sup>

Um fator importante é que o grupo de estudos é composto somente por mulheres, a maioria delas eram professoras, suas ações foram alfabetizar pessoas da comunidade negra que não tinham acesso ao conhecimento, ou oferecer reforço escolar para crianças que tinham dificuldades de aprendizagem, compreendo que essas ações era uma forma delas contribuírem para com a sua comunidade. Outra medida que contribuía para a instrução foi criação de uma Biblioteca Comunitária com doações da população, que funcionava. Segundo Adirce:

Então foi lá na Capitão Jerônimo, na vila Junqueira, que é onde nós trabalhamos lá uns dois ou três anos, custeado. A prefeitura só deu a casa, o prédio. O resto era nós negros que tinha, água, energia, pra limpar, era nós que tinha que fazer. Vereador nenhum, nenhum vereador empregou naquela verba lá uma folha de papel. E por que que é que a fundação existe? Quem é o sustentáculo da fundação? É a biblioteca Solano Trindade. Então nós trabalhávamos na biblioteca, livros pros meninos, e fazia pesquisa. Aí vem a parte educacional. Dentro da fundação. E quem dava apoio pra esse pessoal fazer tudo isso era o Grupo de Estudos Consciência Negra. Sônia foi a primeira presidente, mas tinha aquele grupo que abraçava a causa. Então nós é tudo a mesma coisa. Eu sou Palmeira, sou Fundação, sou grupo de estudos. Somos negros, representando várias entidades.<sup>104</sup>

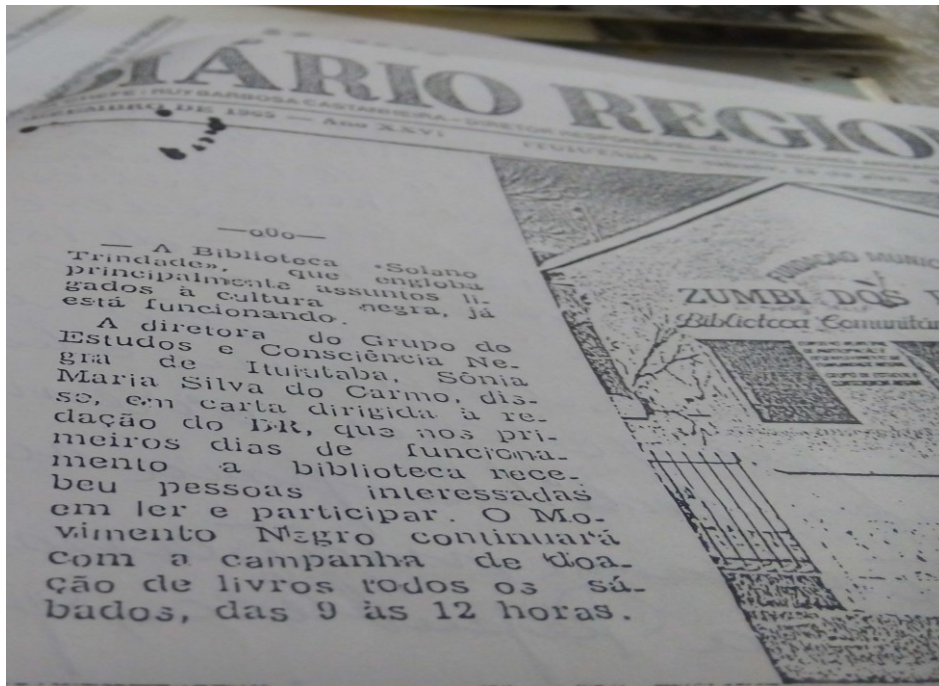
Segundo o relato acima, nesse primeiro momento de estabelecimento da Fundação, a mesma era mantida pelos membros fundadores, que tinham que manter os custos com contas de água e energia elétrica, e limpeza. A entrevistada coloca o descaso do poder público municipal, e explicita que nenhuma autoridade política, nem mesmo ninguém do legislativo teve a preocupação de dar uma ajuda de custo para se organizarem, somente o espaço de funcionamento da Biblioteca e Fundação foram cedidos pela prefeitura, ela coloca que essa instituição se fundou e se sustentou no primeiro momento em torno da iniciativa da biblioteca que era um lugar de disseminação do conhecimento, já que era um espaço de leitura e pesquisa. Demonstrando que a Fundação tinha uma preocupação com a educação, e que o Grupo de Estudos tinha um papel fundamental nessa ação, e que os mesmos não se resumem a ser membro de uma só entidade, pois como foi dito a história dessas entidades negras são

<sup>103</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>104</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

muito misturadas, pois seus membros são quase as mesmas pessoas, que participavam da Irmandade de São Benedito, formaram o Grupo de Estudos e Consciência Negra, a Fundação Zumbi dos Palmares, e atuavam dentro do Palmeiras Clube, todos espaços de mobilização de conscientização e valorização da cultura negra.

**Figura 4 - Cópia da Nota do Jornal comunicando do início do funcionamento da Biblioteca Solano Trindade.**



Fonte: Foto do acervo de Adirce Maria.

A nota do jornal informava que a Biblioteca Solano Trindade abarcava principalmente, assuntos ligados a cultura negra, já estava funcionando. E que o Movimento Negro continuaria com a campanha de doação de livros. Por ser uma cópia da nota do jornal, a data não estava legível, mas Fundação Zumbi dos Palmares (FUMZUP) foi criada em conformidade do artigo 143 da lei orgânica do município de 24 de abril de 1990.

Outra entrevistada relatou sobre atuação do movimento negro no aspecto educacional, ela que foi uma das ex-presidentes da FUMZUP, Maria<sup>105</sup> mencionou:

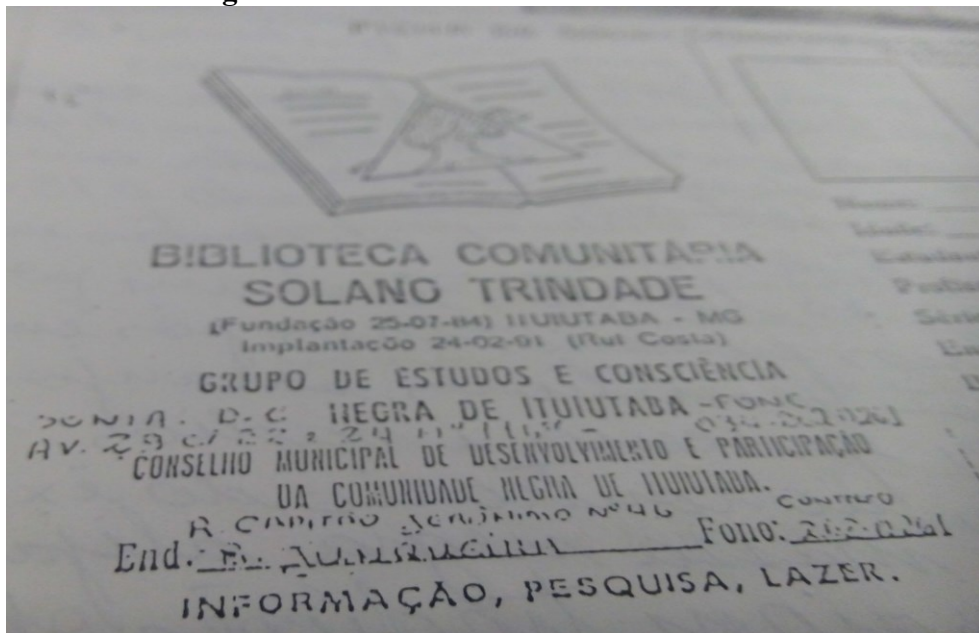
- Tinha a biblioteca Solano Trindade, né? Tinha sim, mas quando eu estava presidente tinha essa biblioteca, que a gente conseguiu colocar essas coisas num espaço físico. Montar de fato uma biblioteca. E esses projetos assim, relacionados com a área da educação era mais mesmo nas datas específicas, né, 13 de maio, 21 de março, 20 de novembro. E assim, disponibilidade pra atender as escolas. Mas não tinha um projeto, sabe assim, elaborado pra trabalhar, sabe assim, com constância, né? Era mesmo trabalhado só com as datas.<sup>106</sup>

<sup>105</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016.

<sup>106</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016.



**Figura 5 - Carteirinha da Biblioteca Solano Trindade**



Fonte: Foto do acervo de Adirce Maria.

Segundo ela, mesmo a biblioteca tendo sido criada no mesmo período da FUMZUP, somente na sua gestão de 1993-1995, que a biblioteca passa a ter um espaço físico. E que eles não tinham nenhum projeto educacional ligado com as escola durante o ano, às vezes membros da Fundação eram, convidados para ir nas escolas dar palestras nas datas de marcos da população negra como o dia da Abolição da escravatura, dia da Consciência Negra, dia da Discriminação Racial.

Mas como se deu o processo de criação da FUMZUP? Foi a partir de uma ação do poder público que resolve criar mais uma instituição para gerir? Não, foram os mesmos membros do Grupo de Estudos e Consciência Negra que na interlocução com outros movimentos de cidades vizinhas, vão criar primeiramente um Conselho Municipal, que depois se torna a fundação. Segundo Luzia<sup>107</sup>, uma das ex-presidentes da FUMZUP, contou que eles tiveram conhecimento do Conselho Municipal em Uberaba, através ex-prefeito daquela cidade Wagner do Nascimento, que participava de eventos no Palmeira Clube, um dos membros do Grupo de Estudos e Consciência negra, a Sônia teve conhecimento desse Conselho em Uberaba, e resolveu trazer a ideia para Ituiutaba

- Então foi criado esse conselho em Ituiutaba, porque em Uberaba, o prefeito Wagner Nascimento, que era um prefeito negro lá na época, criou em Uberaba o conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra. Então nós criamos.

- Vocês foram lá e tiveram conhecimento?

<sup>107</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.



- Fomos. E participamos. Da criação, da inauguração. Foi uma festa muito top mesmo. E na época o Romel era prefeito em Ituiutaba, nós trouxemos o projeto pra Ituiutaba.
- De criar a fundação?
- De criar o conselho em Ituiutaba! Porque o conselho era além da fundação? Por que o conselho todos os secretários da comunidade negra é que eram os conselheiros. A coisa caminhava como caminha até hoje.<sup>108</sup>

Nesse período o prefeito de Ituiutaba era Romel Anísio Jorge, empresário e fazendeiro, seu mandato foi entre 1983-1988, marcado por um projeto obras de infraestrutura com construção de escolas, postos de saúde, creches, extensão de redes de água, esgotos, redes de energia elétrica, pavimentação e canalização financiados recursos do governo federal.<sup>109</sup> Demonstrando um desenvolvimento urbano.

O Conselho Municipal foi criado com objetivo de promover políticas voltadas para a comunidade negra de Ituiutaba, e um dos seus membros conseguiu ver nesse empreendimento a possibilidade de criar uma entidade negra ligada ao poder público municipal, que ficaria responsável por repassar verbas para manter financeiramente essa nova instituição, porém essa não seria a sua única fonte de arrecadação, mas as decisões ficariam por conta do grupo, que manteria um conselho interno na Fundação para tomar as medidas necessárias de encaminhamentos de demandas da população negra.

- [...]. Aí a Sônia trabalhou muito porque duas pessoas não estavam no conselho. Acho que nem ela mesma não estava na época. Trabalhou pra criar a fundação. E ela trabalhou e bem! A fundação foi criada dentro da lei orgânica do município e tudo.<sup>110</sup>

A atuação da professora Sônia foi lembrada por mais de um de nossas entrevistadas, que ressaltaram que ela teve um papel fundamental na organização burocrática do Conselho Municipal para a FUMZUP. Ela nasce ligada diretamente ligada à Secretaria Municipal de Educação, mas com o tempo devido a contratações, a Fundação se liga a uma secretaria mais próxima do poder municipal, a secretaria de governo.

Então dentro da fundação, na criação da fundação ela colocou que duas pessoas natas, natas, conselheiros natos pra mandar vivenciar dentro da fundação. Só que não funcionou. Esse nata queria mandar. Achava que era pessoal. Então que que era? Era uma entidade e mais uma secretária de educação e o presidente da comissão de educação da Câmara. (...) Aí depois não funcionou. Começou não funcionar, vem alteração do estatuto, tal. Então nato ficou somente secretaria de Educação, até porque a fundação era, até pouco tempo, ligada direta à secretaria de educação.

<sup>108</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

<sup>109</sup> Romel Anísio Jorge. . [20--]. Disponível em:  
<<http://www.portalituiutaba.com.br/site/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=194734&usuid=363&conteudo=ROMEL%20AN%C3%8DSIO%20JORGE>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

<sup>110</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

- A Fundação Zumbi?
- Zumbi. Então você vê que não tem respaldo aí nós alteramos o estatuto e ela é hoje diretamente na secretaria de governo. Governo ao lado do prefeito. Querendo ou não ele assumiu uma responsabilidade com a comunidade negra.<sup>111</sup>

Em relação ao papel da entidade quanto a educação Luzia relatou

- E a fundação teve sempre uma preocupação com a educação?
- Toda vida. Toda vida teve. Nós tivemos aqui, presidente na época, a Sônia ainda fazia parte, a Gilca. Todos os domingos, todos os domingos, elas trabalhavam na escola, lá no Cime, com todas as crianças. Pegava as crianças, mães, pra reforço escolar.<sup>112</sup>

Através desses relatos de membros da comunidade negra percebemos que a questão educacional sempre foi um das suas principais atuações, seja através do incentivo à leitura ou pesquisa através da Biblioteca Solano Trindade, ou de ações de seus membros que se dispunham a contribuir com seus conhecimentos através de aulas de reforço escolar para aquelas crianças que tinham dificuldade de aprendizagem. Por isso, consideramos pertinente trazer-las aqui, até porque elas não foram as únicas ações dessa entidade negra, que instituiu em 1998 um cursinho Pré-vestibular direcionado para pessoas negras e de baixa renda, medida que adveio da intensa troca de experiência de outros movimentos e que se mantém ativa até os dias atuais.

Na segunda metade da década de 1980, o país vivenciou o período da redemocratização, momento em que vários grupos sociais se mobilizam em torno de direitos sociais e civis, embora tenham obtido algumas conquistas na Constituição de 1988<sup>113</sup>, na década seguinte o país adotará medidas neoliberais, de “Estado Mínimo”, levando setores da sociedade civil, se mobilizem algumas organizações negras reorganizam-se através de organizações não-governamentais ou outras formas de luta como os cursinhos pré-vestibulares populares, como forma de suprir a ausência do Estado.

Essas medidas do governo brasileiro devem-se as exigências de órgãos internacionais, já na década passada havia sido marcada por crises econômicas e empréstimos com organismos internacionais que passam a interferir nas decisões econômicas do país, visando atender seus credores são adotadas políticas econômicas de ajuste fiscal, diminuindo

<sup>111</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

<sup>112</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

<sup>113</sup> NASCIMENTO, Alexandre. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares como Prática de Ação Afirmativa e Valorização da Diversidade. In: (Org.) BRAGA, Maria Lúcia de Santana e SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista**. Brasília: SECAD- UNESCO, v. 29, 2007. p.65. O autor cita a Lei Caó, a Fundação Palmares no Ministério da Cultura, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo, a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras no Rio de Janeiro.

investimentos públicos nas áreas sociais. Embora mesmo com amplo momento de lutas e reivindicações dos grupos sociais, o governo estará economicamente adotando medidas, desse mesmo mercado financeiro, que ditava as regras de um estado mínimo, tendo os movimentos que se mobilizarem para conquistar direitos já estabelecidos na Carta Magna de 1988. Assim na década de 1990 teve um sistema político que privilegiava as elites dominantes, já que suas políticas eram de estado mínimo, tendo que os setores públicos buscarem parcerias com os setores privados, para darem conta de suas necessidades básicas. Mesmo com altos índices de desigualdades sociais, a política governamental, foi de arrocho fiscal, sendo os grupos de baixa renda os mais atingidos, pois são eles que necessitam de serviços básicos como saúde e educação. Nesse contexto, de poucos investimentos para a área de educação pública, os cursinhos surgem como uma alternativa aos cursos pré-vestibulares particulares.<sup>114</sup>

Dentro da lógica neoliberal a educação também se torna um bem de consumo, por isso, submete-se às regras do mercado onde poucos têm condições de pagar por um produto de qualidade, tornando-se dessa forma um privilégio e não um direito como estabelece na nossa Constituição. Os pré-vestibulares representam uma das formas de ação dos movimentos negros em meio a um vasto comércio de redes educacionais, que vendem seus cursos a preços altos, em contrapartida os cursos pré-vestibulares populares se apresentam além de outra possibilidade para as pessoas que não tem condições de arcar com os cursinhos particulares, também buscam promover a conscientização da raça, e do espaço que ocupam na sociedade, e nas vagas dos cursos universitários. Dessa forma, concordamos com Barros ao considerar que a educação não é somente um fator de promoção social, mas um dos meios de conscientização crítica sobre a sociedade que esses sujeitos vivem e do papel que eles têm ocupado, e como podem contribuir para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.<sup>115</sup>

Em seu artigo Sanger<sup>116</sup>, analisando o papel dos cursos pré-vestibulares voltados para negros e pessoas de baixa renda, considera que eles são importantes para as pessoas de classes menos abastadas, que podem a oportunidade de ter uma preparação para concorrer a uma vaga nas universidades. Assim como, Munanga<sup>117</sup> defende que os quilombos foram focos de luta, resistência e de constituição de uma nova forma de organização social, a autora faz um

---

<sup>114</sup> BARROS, Clarissa do Rêgo. Educação e Inclusão: A experiência do Pvcn nos anos 90. In: **Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade** [CD-ROM]/. Associação Nacional de História- Seção Bahia. Caetité: UNEB, 2007.p.3-4.

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> SANGER, Dircenara dos Santos. Radiografando dois Cursos Pré-Vestibulares para Negros E Carentes em Porto Alegre-Rs . In: Reunião Anual da Anped,27, GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais, 2004. p. 3.

<sup>117</sup> MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.p.84

paralelo com os cursos pré-vestibulares de que eles têm os mesmos objetivos “de conscientizar o negro sobre a sua condição social e sobre as lutas a serem travadas para mudar o quadro atual, bem como para cultivar sua cultura e história.”<sup>118</sup> Além disso, considera que um meio de libertação, na medida em que as universidades deixam de ser privilégio de apenas uma parcela da sociedade, que passa a ser um espaço em que diferentes etnias convivem juntas.

Esses cursinhos são denominados cursinhos comunitários ou populares. Usarei essa última nomenclatura para esses cursinhos, que a sua maioria visam atender pessoas de baixa renda e negras como o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) uma rede do Rio de Janeiro. Alguns desses cursos se propõem a serem mais que um preparatório para os vestibulares e atualmente o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, visam promover a conscientização das afrodescendentes de sua História e valorização de sua cultura, seja por meios de palestras ou eventos, ou com a inserção de disciplinas específicas para trabalharem a questão da Cidadania. Dentre as primeiras iniciativas dessa modalidade de curso temos

O Instituto Steve Biko de Salvador-BA (criado em 1992), o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), do Rio de Janeiro (criado em 1993); e o Projeto Educação para Afrodescendentes (EDUCAFRO), de São Paulo (criado em 1997, por um grupo ligado à Igreja Católica que atuava no PVNC) são três importantes organizações de cursos pré-vestibulares populares que trabalham com ênfase na questão racial, não apenas na denúncia, mas com práticas e propostas que, além do vestibular.<sup>119</sup>

Essas ações tem início na década de 1970. “Temos, por exemplo, registro de um curso pré-vestibular para estudantes negros e negras, organizado pelo Centro de Estudos Brasil-África, em 1976,”<sup>120</sup> mas essas ações se tornaram mais efetivas a partir de ações que surgem na década de 1990, nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador e expandem-se por vários outros lugares do território nacional, revelando, uma insatisfação face as desigualdades sociais que ainda prevaleciam na sociedade brasileira.

Porém é a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos 1990 que surgiram os cursos mais significativos do ponto de vista político, ou seja, os cursos que nasceram como questionamento explícito às instituições

<sup>118</sup>. SANGER, Dircenara dos Santos. Radiografando dois Cursos Pré-Vestibulares para Negros E Carentes em Porto Alegre-Rs . In: Reunião Anual da Anped,27, GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais, 2004.p. 2.

<sup>119</sup> NASCIMENTO, Alexandre do. Universidade e cidadania: o movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. **Lugar Comum**, n.17,2002. p.46

<sup>120</sup> NASCIMENTO, Alexandre. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares como Prática de Ação Afirmativa e Valorização da Diversidade. In: (Org.) BRAGA, Maria Lúcia de Santana e SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista**. Brasília: SECAD- UNESCO, v. 29, 2007. P. 80.

educacionais e com a proposta de constituição de um movimento social pela democratização do Ensino Superior.<sup>121</sup>

O cursinho popular é uma forma instruir-se para pretear uma vaga ensino superior, que pode possibilitar ter uma boa qualificação para ingresso no mercado de trabalho e uma possível de ascensão social. Algumas profissões são bem remuneradas, mas exigem qualificação.<sup>122</sup> Não esquecendo que a educação sempre esteve na pauta dos movimentos negros como forma de promoção social. Tais ações se devem ao fato dos movimentos negros terem sempre colocado a educação como uma das suas principais pautas de luta, especialmente depois que se tornaram livres juridicamente, procuraram estabelecer meios para que a população negra tivesse acesso às primeiras letras, para fazerem valer seus direitos civis como o voto, já que a Constituição de 1891 estabelecia que esse direito seria exclusivo daqueles que fossem alfabetizados, embora tenhamos trabalhos que nos revelaram que mesmo impedidos de frequentar a escola a população negra não foi invisível<sup>123</sup> nesse espaço, mesmo que tenha sido em número muito reduzido, dessa forma não atingido a maioria da população negra. Considero que foi importante o acesso à educação para que os mesmos tomassem consciência do lugar que ocupavam e que poderiam vim a ocupar, isso seria possível através do conhecimento que contribuiria para novas formas de luta por direitos ainda não respeitados, ou se profissionalizarem para se prepararem melhor para o mercado de trabalho. Essa mesma preocupação persistirá até os anos 90, entres as entidades negras só que agora o nível de ensino será outro, se no primeiro momento suas lutas foram em torno das primeiras letras, nesse outro instante suas lutas serão para ter acesso ao ensino superior, que possibilitaria melhores oportunidades no mercado de trabalho.

No Brasil, algumas profissões são melhor remuneradas que outras, um dos fatores se deve ao fato de terem sua formação no ensino superior. Então, ter acesso a esse nível de ensino traria possibilidades de melhores colocações no mercado de trabalho para a população negra, que tem os piores índices salariais.<sup>124</sup>

<sup>121</sup> NASCIMENTO, Alexandre. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares como Prática de Ação Afirmativa e Valorização da Diversidade. In: (Org.) BRAGA, Maria Lúcia de Santana e SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista**. Brasília: SECAD- UNESCO, v. 29, 2007. P. 80.

<sup>122</sup> SANGER, Dircenara dos Santos. Radiografando dois cursos pré-vestibulares para negros e carentes em Porto Alegre-Rs. In: Reunião Anual da Anped, 27, GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais, 2004. p. 3.

<sup>123</sup> FONSECA, Marcus Vinicius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 13, 2007, p.13

<sup>124</sup> COSTA, Daiane. Nível da qualidade de vida dos negros tem uma década de atraso em relação aos brancos. **O globo**, Rio de Janeiro, 10 jun. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/nivel-da-qualidade-de-vida-dos-negros-tem-uma-decada-de-atraso-em-relacao-ao-dos-brancos-21308804#ixzz59AMVYtcA>>. Acesso em: 25 de junho de 2017. Em 2010, a renda domiciliar per capita média da população branca era mais que o dobro da população negra: R\$1.097,00 ante R\$ 508,90. Revela o estudo divulgado em junho de 2017

Esses cursinhos são uma das primeiras ações de políticas afirmativas que visam trazer algum tipo de ressarcimento, no caso dos cursinhos pré-vestibulares diminuir a desigualdade entre brancos e negros no ensino superior, especialmente quando este se configura em um espaço público com as universidades públicas.

No país as melhores universidades são as públicas, mas a disputa por uma vaga nesse nível de ensino se torna mais acirrado. Dessa forma, ela acaba sendo um espaço daqueles que dispõem de maior tempo para se dedicar aos estudos e se preparar para uma vaga. Como a maior parte da população negra começa a trabalhar cedo, seu tempo para os estudos acaba sendo reduzido, tendo uma desvantagem em relação a outros grupos que se dedicam a estudar em período integral.

[...] a partir do momento em que o Estado passa cada vez mais a se desobrigar de suas funções constitucionais, que é de promover e gerir um sistema de ensino de qualidade, conseqüentemente passa a se verificar a precarização do serviço público e as escolas particulares se distanciam ainda mais na preparação para o vestibular, exame este que vários autores concordam em dizer que é um dos mais excludentes, pois coloca todos os alunos em um mesmo exame, sem levar em consideração todo o seu histórico educacional e social.<sup>125</sup>

Sendo assim, a disputa por uma vaga nas universidades públicas, em alguns cursos são muito concorridas, ficando os trabalhadores em uma disputa de forma desigual, alguns não conseguem aprovação nessas instituições de ensino, e não tendo outra alternativa, vão disputar uma vaga no ensino superior nas instituições privadas, mas caindo em outro problema, as mensalidades são caras e muitos não tem condições financeiras de pagar por um curso nessas instituições particulares, que nem sempre oferecem um ensino de qualidade.

Concordamos com Sanger<sup>126</sup> que os cursinhos têm desempenhado uma função importante para os discentes que não tem condições de custear um cursinho ligado as grandes redes de ensino. Dessa forma, os pré-vestibulares populares tem possibilitado que esses estudantes revisem os conteúdos que foram ou deveriam ter sido aprendidos no ensino médio. E reflitam sobre o papel da universidade na comunidade acadêmica, já que desejam frequentar este espaço futuramente. Esse tipo de iniciativa traz pontos positivos como fator identitário e

---

do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - órgão da ONU - em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo o documento “Desenvolvimento Humano para Além das Médias”, entre 2000 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM).

<sup>125</sup> BARBOSA FILHO, Elson Luiz. **Pré-Vestibulares Comunitários: Movimentos Sociais de Educação da década de 1990**. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010. p.30.

<sup>126</sup> SANGER, Dircenara dos Santos. Radiografando dois Cursos Pré-Vestibulares para Negros E Carentes em Porto Alegre-Rs . In: **Reunião Anual da Anped**, 27, GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais, 2004. p. 3.

confiança para esses alunos negros e de baixa renda, que conseguem realizar seu sonho de realizar um curso superior, e ter uma profissão valorizada no mercado de trabalho.

Em seu artigo Barros<sup>127</sup> traz como proposta analisar os pré-vestibulares comunitários como espaço de organização da sociedade. Trazendo o exemplo de um cursinho da baixada fluminense de PVNC em que carregam no próprio nome suas denominações aos grupos a que se destina, colocando em pauta a questão racial e de classe social, vê como positivo o fato de associar a exclusão social a racial, porque traz como proposta uma ação afirmativa que visa romper com esse espaço que esses sujeitos ocupam na sociedade, e os leva a desejar ocupar outros espaços de privilégio de uma pequena parcela da sociedade. Essas duas categorias de análise também usadas no trabalho que da pesquisadora Felice<sup>128</sup> para analisar a implementação do artigo 26 A da LDB, e considera que elas são fundamentais para se perceber a questão racial e exclusão de direitos das populações negras.

Outros grupos consideram que não era positivo terem a denominação de negros e carentes, acreditando que não seria capaz de atender aqueles que não fossem afrodescendentes, defendendo uma visão universalista.

O Pré-Rocinha é um exemplo de tal percurso. Ao sair do PVNC, em 1998, seus membros decidiram modificar seu nome para Pré-vestibular Comunitário da Rocinha, numa alteração resultante da convergência de duas negações: de um lado, sujeitos que negavam a questão racial como motivação de ações, que estavam no pré até então mas que consideravam sua denominação racista; de outro, sujeitos -a maioria da comunidade- que apontavam que o nome Negro afastava mais do que aglutinava naquela localidade, cuja maioria dos moradores eles afirmavam serem nordestinos que não se identificavam como, e nem com os negros.<sup>129</sup>

Porém, estudos como de Jaccoud<sup>130</sup> nos revela que nem sempre as políticas universais, foram capazes de atender a determinados grupos como os negros, que sempre ficavam nos piores índices ao acesso a serviços básicos como saúde, educação, desemprego, e baixos salários, por isso defende que o recorte racial é fundamental para o estabelecimento de políticas públicas voltadas de forma específica para certos grupos como os negros.

<sup>127</sup> BARROS, Clarissa do Rêgo. Educação e Inclusão: A experiência do Pvcn nos anos 90. In: **Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade** [CD-ROM]/. Associação Nacional de História- Seção Bahia. Caetité: UNEB, 2007.p.3-4.

<sup>128</sup> FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: cultura na implementação de políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2011. p.33.

<sup>129</sup> SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes**. 2006. 607f.Tese (doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2006. p.272.

<sup>130</sup> JACCOUD, Luciana. O Combate ao Racismo e à Desigualdade: O desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: Theodoro, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008, p.157.

Dessa forma, nota-se que as políticas universalistas nem sempre são suficientes para atender as demandas de determinados grupos sociais e que a questão racial e social, são primordiais para a promoção de políticas para a população negra. Por isso, os movimentos negros propõem que as políticas públicas deixem de ser universais, já que nem todos usufruem dos mesmos direitos, sendo assim,

[...] a política racializada é um instrumento importante na mudança da realidade social. A crença de que há possibilidade de transformar a realidade na qual a desigualdade está presente pode advir do reconhecimento e do respeito à diferença.<sup>131</sup>

A terceira ação se insere no contexto desses vários cursinhos pré-vestibulares que se expandiram no país na década de 1990 e com recorte racial e social em seu nome. Em Ituiutaba, essa iniciativa que teve início no final dessa década e se mantém em funcionamento até os dias atuais, o PREVESTI um curso preparatório para o vestibular voltado para negros e carentes, que são preparados para disputarem uma vaga na graduação. Também, é uma ação que vem para o município decorrente de outras ações existentes em outros lugares:

[...] mostra-se como uma forma inovadora de resistência e de produção de alternativas contra o que parece ser uma lógica social estabelecida na sociedade brasileira, que produz e mantém estabilizadas na sociedade as hierarquias, as possibilidades e os lugares sociais para determinados grupos.<sup>132</sup>

Em um blog do curso consta seu histórico e fundamento.

Curso Pré-Vestibular Universitário para alunos negros e carentes de Ituiutaba, implantado pela Universidade do Estado de Minas Gerais FEIT - Fundação Educacional de Ituiutaba/ Unidade Associada a UEMG em 03 de dezembro de 1998 sob a coordenação do NEAB – Núcleo de Estudos Afro – Brasileiros. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba - SMEEL, EMMA. Tem como objetivo principal construir um centro de referência que articule e promova atividades de Ensino a Pesquisa e Extensão relacionadas a aguda sensibilidade voltada para as seções do campo de estudo a afro – brasileiros. O PREVESTI pretende justamente combater as desigualdades sociais e raciais, e ao mesmo tempo, implementar políticas públicas. Oportunizando o aluno a chegar ao Ensino Superior qualificando - o para o mercado de trabalho.<sup>133</sup>

O público-alvo a quem se procura atingir no PREVESTI, ele tem um diferencial de outros cursinhos comunitários, por articularem grupos excluídos da sociedade para lutarem

<sup>131</sup> BRITO, Vanessa Silveira de & GONÇALVES, Maria Alice Rezende. O PVNC na perspectiva dos egressos. **O social em questão**, ano XX, nº 37, Jan a Abr., 2017, p. 197.

<sup>132</sup> NASCIMENTO, Alexandre. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares como Prática de Ação Afirmativa e Valorização da Diversidade. In: (Org.) BRAGA, Maria Lúcia de Santana e SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista**. Brasília: SECAD- UNESCO, v. 29, 2007. p.82.

<sup>133</sup> PREVESTI. 2010. Disponível em: <<http://cursoprevesti.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 de jun. 2016.



por uma educação democrática, e contra a discriminação racial e social. Como assinala Nascimento

Destacam-se nesse contexto os chamados Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes, que são os cursos que trabalham a partir da questão racial, com questionamento, práticas e propostas que, além do vestibular, têm como objetivos a ampliação do debate na sociedade sobre o significado do racismo, do preconceito, da discriminação e suas consequências nas relações sociais, a tomada de consciência coletiva, a construção de identidade racial por meio de trabalhos que enfatizam a cultura negra, a elevação da autoestima e o debate sobre políticas de ações afirmativas.<sup>134</sup>

O curso pré-vestibular aqui analisado nasce em parceria entre setores da sociedade civil e instituições públicas e privadas. A partir das ações de um Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros - NEAB dentro de uma instituição privada a Fundação Educacional de Ituiutaba - FEIT associada à Universidade Estadual de Minas Gerais- UEMG. Inicialmente, um dos membros do NEAB promovia ações de promoção da cultura negra local. Assim contou Luzia

- O PREVESTI veio do NEAB?

- Veio do NEAB! Na época que eu te falo que tinha esses concursos de redação, a professora Lazara Maria que hoje é a secretária de educação, era diretora e eu tinha acabado de ser nomeada. E eu sempre trabalhava e junto com a congada e tudo. E assim que começou o NEAB. Uma vez por mês eu levava pra fundação, o congado lá dentro, capoeira. Então, levantar esse trabalho, lá dentro.

- Então sempre tinha uma apresentação mensal?

- Lá dentro. Mensal. Sempre. Aí depois quando veio o PREVESTI, o foco passou mais em educação.<sup>135</sup>

Pelo relato, percebe-se que difundir a cultura negra local, foi uma das primeiras iniciativas do NEAB dentro da FEIT/UEMG com apresentações de ternos de congada e capoeira, práticas culturais muito presentes na cidade de Ituiutaba, e formas de expressam e demarcação de espaço da comunidade negra local. Levar essas práticas culturais afro-brasileiras era uma das formas de aproximação entre universidade e o movimento negro local.

No momento, uma funcionária da FEIT que toma conhecimento de que havia um cursinho comunitário na unidade da capital mineira, que visava preparar pessoas de baixa renda para ingressarem no ensino superior, resolve trazer a iniciativa para Ituiutaba. Assim relatou Luzia.

<sup>134</sup> NASCIMENTO, Alexandre. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares como Prática de Ação Afirmativa e Valorização da Diversidade. In: (Org.) BRAGA, Maria Lúcia de Santana e SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista**. Brasília: SECAD- UNESCO, v. 29, 2007. p.82.

<sup>135</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

Então, é ia lá na Lazara, falei a gente precisa, nossa. E ela tinha chegado de Belo Horizonte alguns dias atrás. E veio toda entusiasmada, que lá tinha criado um cursinho pré-vestibular. Eu nunca gostei dessa palavra cursinho. Como eu não gosto de folclore. Acho muito diminutivo pro-negro.<sup>136</sup>

Nota-se que pela fala da entrevista que ter um curso pré-vestibular seria importante para a sua comunidade, no entanto, o seu nome não deveria ser tratado no diminutivo, e ela ainda compara com a palavra folclore no sentido pejorativo ou pitoresco, e ela enquanto uma militante do movimento negro, que procurava promover eventos de valorização da comunidade negra dentro daquela instituição não concordaria que o curso tivesse um nome que pudesse colocá-lo como menor do que ele poderia representar para a comunidade negra, como meio de instrução para o possível ingresso no ensino superior. E questiona também a forma como o curso seria implantado de forma piloto. Assim comentou

Aí falei, a não, Lazara põe a gente em contado com o professor Vicente, ele era coordenador do NEAB lá em Belo Horizonte. Aí ele veio pra dar palestra. A faculdade pagou. Falei, Sônia, vai ficar chique demais. Você vai sair por cima. (Risos). Vai ter um concurso de redação, nós vamos trazer o coordenador pra entregar o prêmio, foi na Câmara, foi uma coisa chique. Aí ele trouxe já o Rilis do projeto. Ele falou, olha a gente vai trazer. Nós vamos implantar. É um plano piloto para seis meses pra ver se vai dar certo. Falei, aqui a gente não gosta disso não. Ou vem ou não vem. Testar o nosso conhecimento, nossa capacidade, não. Se vier ele vai ficar. Então, levou para as outras unidades, os outros campus. E só até hoje existe cursinho em Ituiutaba. Em nenhuma mais unidade.<sup>137</sup>

O PREVESTI chega como um projeto piloto, que estava em teste, um projeto da UEMG de Belo Horizonte, que foi implantado em todas as suas unidades, na sua fala a depoente deixa transparecer que já tinha como certo que o projeto teria frutos positivos, questionando que não aceitaria ser parte de uma experiência, e ressalta que de todas as unidades onde foi implantado o curso fechou, e somente permaneceu a unidade de Ituiutaba. Ela atribui ao fato de que

- Não deu certo nas outras?  
 - Não deu. Porque a gente, lá era um cursinho pré-vestibular, cursinho pra carentes. E Aqui a gente colocou negros e carentes. Porque todo negro é carente. Todo negro é carente. Agora então, o que a gente ia conversar mais. O negro. Agora negro e carente, a gente criou uma lei. Não sei de onde a gente cria, da cabeça da gente. E carentes, carentes é os brancos. Que não tinha condições.<sup>138</sup>

Para nossa entrevistada, o fato do cursinho pré-vestibular ter sido uma iniciativa exitosa foi por conta da associação com a questão racial, já que o projeto original tinha como

<sup>136</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

<sup>137</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

<sup>138</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

objetivo atingir somente pessoas de baixa renda, segundo ela ao trazer o diferencial de protagonizar o negro como público alvo, criou-se a possibilidade de promover a escolarização dos negros que ela julga serem todos de baixa renda, por conta de todo o histórico de marginalização vivenciado na sociedade brasileira. Barros coloca que o fato de autodenominar como negros e carentes além de destacar a identidade de classe social e cor, também é importante para organizarem uma ação ligada com o movimento negro, e que considera o racismo como um fator de exclusão.<sup>139</sup>

A figura da nossa entrevistada foi fundamental na constituição do curso, pois promovia a interlocução entre as instituições que assumiram o PREVESTI, ela era funcionária da FEIT, e membro do movimento negro, e uma das fundadoras da Fundação Zumbi dos Palmares, então ela tinha um elo com todas as instituições e um ano anterior da chegada do curso ela havia assumido funções ligadas com o vestibular na instituição em que trabalhava.

Onde que entra o NEAB, onde que entra o PREVESTI? Lá naquela hora, todavia eu trabalhei, eu fiquei dezenove anos e oito meses na biblioteca e depois em 97 eu comecei a trabalhar com a COPEPIS, com vestibular. Aí quando eu já estava no vestibular 97, 98 nós trouxemos o PREVESTI. 97 o PREVESTI veio. Novembro de 97. Três de março de 98 começaram as aulas. Foi muito rápido. Um intervalo assim. Ele veio pra ficar seis meses, mas ficou dezoito anos. Graças a Deus. E tá aí. E a gente vai vivendo. Hoje, por uma questão de espaço, nós só temos essa sala aqui.<sup>140</sup>

O Curso chega em 1998, cada instituição assumiu uma responsabilidade pelo curso, a Prefeitura cedeu uma sala na Escola Municipal Machado de Assis, já mencionada aqui que teria sido criada por um grupo de negros, e pagaria parte dos professores, os outros professores seriam por conta da FEIT, que na realidade cedia monitores, isto é, graduandos. Além disso, a prefeitura se comprometeu a conceder 10 bolsas de estudos, para aqueles que estivessem dentro das regras estipuladas para ter as bolsas: ser frequente, ter um bom desempenho, e receber a visita em casa de uma assistente social, que comprovaria a condição de baixa renda do candidato.

A prática de concessão de bolsas foi uma das conquistas de alguns cursinhos semelhantes no país, já que muitos dos cursistas não conseguiam uma vaga nas universidades públicas, articuladores desse movimento, vão buscar novas formas de ingresso desses alunos no ensino superior, nas instituições privadas.

Visando ainda a articulação de setores excluídos, o PVNC também se propõe desenvolver uma luta ampla pela democratização educação e contra a

<sup>139</sup> BARROS, Clarissa do Rêgo. Educação e Inclusão: A experiência do Pvcn nos anos 90. In: **Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade [CD-ROM]**. Associação Nacional de História- Seção Bahia. Caetité: UNEB, 2007.p. 5.

<sup>140</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

discriminação racial. A Igreja Católica teve um importante papel pra a criação do PVNC. A proposta de criação do nasceu na Igreja Católica, a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo. O primeiro resultado concreto desse debate foi a concessão de 200 bolsas de estudos pela PUC-SP. Essas bolsas foram destinadas para estudantes participantes do movimento negro.<sup>141</sup>

Esse cursinho acabou inspirando várias outras ações. “O sucesso da experiência do PVNC deu lugar a um movimento em escala nacional de construção de pré-vestibulares de corte popular, com o corte racial ou sem ele, e com outros cortes possíveis.” O PREVESTI tem sua estrutura semelhante à desses outros cursinhos que surgiram pelo no Rio de Janeiro e São Paulo e se espalharam pelo país.

Estruturas funcionais distintas têm em comum o fato de não cobrarem mensalidade ou material didático. Além disso, realizam periodicamente atividades complementares, como simulados e revisões. São iniciativas válidas, que, embora não resolvam o problema, certamente ajudam a diminuir as desigualdades, fato demonstrado pelo crescente número de inscrições.<sup>142</sup>

No PREVESTI os alunos contribuem com um valor símbolo mensalmente para o custeio do material, uma apostila com os conteúdos, pois “salvo algumas poucas exceções, não contam com recursos para produzirem seu próprio material didático, por conta desse obstáculo optam por selecionar materiais já prontos e adaptá-los às suas necessidades”.<sup>143</sup> No dizer de Certeau<sup>144</sup> “O cotidiano se inventa de mil maneiras de caça não autorizada”.

As disciplinas ministradas são as mesmas cobradas nos vestibulares, Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Física, Química, Língua Inglesa, História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Diferente de outros cursinhos pré-vestibulares, não há nenhuma disciplina específica que trabalhe questões mais humanísticas, ficando essa questão aos professores da área de humanidades.

Utilizando-se do ensino dos conteúdos exigidos nos vestibulares, os cursos pré-vestibulares populares conseguem mobilizar um grande número de estudantes atraídos pela possibilidade de ingresso no Ensino Superior, especialmente nas universidades públicas, em que os concursos vestibulares

<sup>141</sup> NASCIMENTO, Alexandre do. Universidade e cidadania: o movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. **Lugar Comum**, n.17,2002. p.51.

<sup>142</sup> VASCONCELOS, S.D; SILVA, E.G. Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, dez. 2005. p.456.

<sup>143</sup> BARBOSA FILHO, Elson Luiz. **Pré-Vestibulares Comunitários: Movimentos Sociais de Educação da década de 1990.2010.** 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010. p.70.

<sup>144</sup> CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes do fazer.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47

se constituíram como verdadeiras barreiras ao ingresso de estudantes de classes populares.<sup>145</sup>

Embora trabalhando as mesmas disciplinas dos cursinhos particulares, o PREVESTI assim como ações semelhantes procuravam promover a conscientização e despertar a identidade ético-cultural dos seus participantes, dessa maneira o cursinho não apenas para o “adestramento” para o vestibular, mas passava por uma formação política, através de palestras e outras atividades como projetos ligados com a cultura afro-brasileira.

O grande objetivo desses cursos é que os alunos construam uma identidade em comum e um sentimento crítico frente a realidade social que os cercam, pois para os cursos comunitários o interessante não era apenas a aprovação mas sim uma perspectiva de mudança a partir dessa aprovação.<sup>146</sup>

Já no seu primeiro ano, a procura pelos cursinhos foi grande, inicialmente era feito um processo seletivo para selecionar os que poderiam frequentar o curso, como foi cedido somente uma sala, seriam admitidos 50 alunos, número que foi atingindo segundo consta da nota do jornal no terceiro dia, após a abertura das inscrições, o que demonstra que a cidade necessitava de um curso com essas características, para atender uma parcela da população que não tinha condições de pagar por um cursinho particular, outro fato da demanda se deve as bolsas que seriam cedidas, já que naquele momento a cidade não contava com nenhuma instituição de nível superior pública.

**Figura 6 - Aula Inaugural do PREVESTI**



Fonte: Jornal do Pontal. (1998, p.4)

<sup>145</sup> NASCIMENTO, Alexandre do. Universidade e cidadania: o movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. Lugar Comum, n.17,2002. p.48

<sup>146</sup> BARBOSA FILHO, Elson Luiz. **Pré-Vestibulares Comunitários: Movimentos Sociais de Educação da década de 1990.** 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010. p.33

Outro fator de sucesso de público do cursinho foi sua divulgação pela mídia, encontrei várias notas em jornais fazendo referência de suas ações desde as datas dos processos seletivos, início de suas aulas, palestras com convidados, as parcerias que foram sendo construídas ao longo dos anos, atribuo isso ao fato de seus membros se mobilizarem para atingir o seu público alvo, e também pelo fato de ter como um de seus parceiros a prefeitura Municipal, já que os jornais procuravam destacar suas ações.

Nesses vinte anos de existência o curso passou por mudanças quanto ao local de funcionamento, e suas parcerias, especialmente que depois que uma das entidades parceiras muda a sua condição, a FEIT que deixa de ser uma instituição privada e passa ser totalmente integrada a UEMG tornando-se pública. Luzia assim comentou

De 2010 a 2014 ele ficou na faculdade. Porque o Municipal fechou à noite. Aí fomos pra faculdade. Aí quando foi, de 2015, ano passado, a gente veio pra cá. E tá aqui até não sei quando não. Mas pra nós ele não vai acabar tão fácil não. Porque o PREVESTI não prepara não é só pra concurso de vestibular. Quantas e quantas aprovações. Quantas trabalham, pessoas formadas tem lá fora, como você, hoje! Tá aí dando continuidade ao seu estudo. Não foi o PREVESTI que te aprovou. Foi um incentivo pra você. Tenho certeza disso. Naquele momento, abraçaram a oportunidade [...].<sup>147</sup>

Ela comenta da mudança de espaço pela qual o curso teve que passar, primeiro teve que deixar de funcionar na Escola Municipal Machado de Assis, porque a instituição deixou de ofertar o curso noturno, cabe colocar que o PREVESTI funciona no noturno, já que a maioria de seus alunos são trabalhadores e não tempo de frequentar um curso durante o dia. Depois o curso teria ido funcionar a FEIT, e com a estadualização da instituição, o PREVESTI passou a funcionar em uma sala da Fundação Zumbi dos Palmares, e comenta que por questões de espaço físico estava com somente uma sala em funcionamento, sendo que chegava a ter duas salas quando o espaço físico comportava. Mas que pelo fato de estarem em um espaço menor este não seria o fim do curso, que teve resultado positivo na vida de muitos alunos que por ali passaram que puderam ingressar em um curso superior ou conseguiram uma vaga de emprego em algum concurso público. Ela me cita como exemplo de pessoas que puderam alcançar uma colocação no mercado de trabalho.

De fato, sou fruto dessa iniciativa que foi uma das primeiras ações afirmativas, e a minha História de vida profissional está intimamente ligada ao PREVESTI, fui aluna da segunda turma em 1999, e bolsista. Foi também durante o curso que decidir o que faria História na graduação, as aulas do professor Eliezer de História e Geografia me chamavam

---

<sup>147</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

muita atenção, a partir daí comecei a frequentar a biblioteca municipal para me inteirar mais sobre os fatos históricos, já que as aulas eram poucas. Então, foi no PREVESTI que decidi ser professora de História, e com a bolsa de estudo tive a oportunidade de frequentar os quatro anos de curso da graduação e me formar, e logo no primeiro concurso público ingressar na rede pública de ensino.

Cursos como o PREVESTI têm contribuído para uma melhor qualificação profissional, de pessoas que desejam ir para um curso superior, ou ingressar na carreira pública através de concurso, ou conseguirem melhores postos de trabalho. Eles se constituem como uma das primeiras ações afirmativas que procuram diminuir as desigualdades de raciais e sociais no ingresso do concorrido mercado de trabalho.

Atualmente não são mais concedidas as bolsas, já que o município conta com duas unidades de campus avançados de universidades públicas, a Faculdade de Ciências Integrada do Pontal- FACIP da Universidade Federal de Uberlândia-UFU e um campus da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG. Apesar de existir outras faculdades privadas que oferecem cursos que não são ofertados por nenhuma das unidades públicas. Segundo Luzia

Que não tinha condições. Não teve até 2013, 12, foi quando cortaram as bolsas. Que não existe mais as bolsas, né. Vieram as faculdades, a UFU...Eu não acho que, não tinha. Sou contra isso até hoje. Porque veio a UFU o aluno não era obrigado a prestar os cursos da UFU. Tinha aqui a FTM, que é a antiga ESCAI. A última turma agora. Último bolsista é esse ano agora, que acabaram as bolsas mas termina pagando pra quem já tinha ingressado. Nós temos pra esse ano. Encerra esse ano acho que quatro ou cinco alunos e tá encerrado.<sup>148</sup>

A entrevistada coloca sua posição diante do fim das bolsas que não deveria acabar já que outras instituições, como a Faculdade Triângulo Mineiro - FTM, que oferece, por exemplo, o curso Publicidade e Propaganda que não oferecido em nenhuma das outras unidades públicas, acaba limitando as pessoas de baixa renda, a terem que optar pelos cursos dessas unidades. Porém, mesmo sem as bolsas o curso continua funcionando e contribuindo para que jovens negros e pessoas de baixa renda se preparem melhor para concorrer a vagas nas faculdades, ou em concursos públicos.

A preparação desses alunos de baixa renda e negros contribuiu para a entrada deles nas universidades antes, das chamadas políticas de ações afirmativas como cotas ou sistema de bonificação, contribuindo para que possamos refletir em identidade nacional mais democrática.<sup>149</sup>

<sup>148</sup> Luzia Eterna Ribeiro entrevista realizada em 17 junho de 2016.

<sup>149</sup> BARROS, Clarissa do Rêgo. Educação e Inclusão: A experiência do Pvc nos anos 90. In: **Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade [CD-ROM]**. Associação Nacional de História- Seção Bahia. Caetité: UNEB, 2007.p.3-4.

Atualmente, conta com três salas em funcionamento, através de uma nova parceria o está funcionando em uma escola da rede pública que fica na área central. Coincidentemente na mesma instituição que funcionou a Escola 13 de Maio, o PREVESTI funciona em salas cedidas na Escola Estadual João Pinheiro no período noturno.

**Figura 7 - Folder de chamada para inscrições no PREVESTI de 2016**

**Ituiutaba**  
Neste trabalho é por você

**FUMZUP**  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
ZUMBI DOS PALMARES

**PREVESTI**  
CURSO PRÉ-VESTIBULAR UNIVERSITÁRIO PARA ALUNOS  
NEGROS, AFRODESCENDENTES, INDÍGENAS E CARENTES

**18ª TURMA DO CURSO PRÉ-VESTIBULAR  
PARA ALUNOS NEGROS E CARENTES**

**Matrículas**  
**18 a 29 de janeiro de 2016**  
Valor: R\$ 60,00

**DOCUMENTAÇÃO:**  
01 CÓPIA (XEROX) DE CADA DOCUMENTO:  
RG, CPF, Comprovante de Residência, Comprovante de  
Escolaridade (Conclusão do Ensino Médio) e 01 Foto 3x4

**OBS.: NÃO SERÁ FEITA MATRÍCULA SEM OS COMPROVANTES DOS DOCUMENTOS,  
EM ESPECIAL O DE ESCOLARIDADE (HISTÓRICO ESCOLAR)**

**MAIORES INFORMAÇÕES:**  
FUNDAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES - FUMZUP  
«BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SOLANO TRINDADE»  
Horário: DAS 12h às 17h  
Fones: (34) 3262-6033 / 9 9662-0573  
Av. 25 com 30 e 32, 992 - Praça 13 de Maio - ITUIUTABA-MG  
fumzup2016@outlook.com.br

Fonte: Jornal do Pontal. (2016, p.4)

Considerei que trazer essas três ações aqui foram importantes para percebermos que alguns membros de entidades negras da cidade de Ituiutaba sempre tiveram uma preocupação com a educação antirracista e valorização da população afrodescendente. O contato com outras ações de diferentes lugares foi de importante para trazer ou tentar promover ações de promoção da cultura negra. Em meio a uma cidade em que os membros das comunidades negras consideraram a educação como inserção do negro na escolarização, instrução para o conhecimento e valorização de sua cultura e origens.



## CAPÍTULO 2. HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA

Nós temos uma história. Ituiutaba tem uma história pra valorização do negro, para valorização da comunidade negra. Nós temos esse papel aqui fundamental dentro de Ituiutaba.<sup>150</sup>

O relato acima revela que a comunidade negra de Ituiutaba construiu sua própria história, que eles são os responsáveis pela valorização do negro e de sua comunidade, isto, é devido a eles mesmo, que tiveram um papel importante para a história do negro ituiutabano com ações em torno da valorização e construção da identidade negra. Esses atos que estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a implementação do ensino História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino de educação básica<sup>151</sup>. Segundo consta neste documento não cabe somente aos órgãos públicos promoverem meios para que a produção do conhecimento e o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana seja possível.

Por esse caminho nesse momento, trago como os movimentos negros agiram em torno de uma educação antirracista ao longo do século XX, em três momentos. Em seguida, são mencionadas mudanças na historiografia, o contexto da lei 10639/03 como uma política afirmativa e alteração de datas comemorativas das comunidades negras. E, por último, as ações de algumas professoras negras que agiram com o objetivo de construir uma história de valorização do negro e construir uma identidade negra positiva, desfazendo estereótipos, buscando parcerias com o poder público e órgãos ligados à educação da localidade para que seus atos chegassem até as instituições de ensino que não acolhiam essas demandas. Muitas dessas atividades não foram registradas nas fontes jornalísticas produzidas no município de Ituiutaba.

### 2.1 Atuação dos movimentos negros em torno de uma educação antirracista

[..]durante a escravidão e ainda hoje, ler e escrever bem é instrumento de poder.<sup>152</sup>

<sup>150</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>151</sup> BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

<sup>152</sup> SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Prefácio. In: FONSECA Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.p. 10

Na medida em que perceberam que o domínio da leitura e escrita eram fundamentais para que possamos adquirir conhecimento, compreender melhor a realidade que estamos inseridos, ao mesmo tempo um mecanismo luta por direitos, esse passa a ser um dos principais objetivos das populações negras.

Ao nos determos nas ações dos movimentos negros, percebemos que a educação sempre foi uma das principais bandeiras de luta. A aprovação da lei 10639/03 que trouxe a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, é uma medida que está associada organização e ações dos movimentos negros, que reivindicaram desde pós-abolição uma História que pudesse contemplar os povos negros, ao mesmo tempo questionando qual a representação que os negros tinham na História ensinada e nos materiais didáticos.<sup>153</sup> Embora esta luta não tenha sido exclusiva dos movimentos negros, suas ações serão aqui enunciadas.

Bispo<sup>154</sup> citando Petrônio José Domingues aponta que as ações dos movimentos negros podem ser notadas em três momentos: o primeiro no pós-abolição, o segundo em meados do século XX e o terceiro nas últimas décadas do século XX. Passo então, análise de como os movimentos negros se empenharam em prol da introdução de uma História e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, e como agiram em torno dessa ação.

Os diversos movimentos negros do pós-abolição, tinham como objetivo o combate à discriminação racial, lutavam pelo direito à educação e outros direitos que lhes foram negados, para que pudessem usufruir de sua cidadania na época. Joel Rufino dos Santos define o que vem a ser movimento negro:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundado e promovido por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo,], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.<sup>155</sup>

<sup>153</sup> BISPO, Denise Maria de Souza. **História e Cultura Afro-brasileira em Sergipe**: Antecedentes da Lei 10639/03. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidades Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015, p. 14.

<sup>154</sup> Ibidem, p.19.

<sup>155</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. “Movimento negro e crise brasileira”, In: SANTOS, Joel Rufino dos & BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 157.

Entende-se então, que esse tipo de organização não era algo novo no pós-abolição, mas desde o período anterior constituíram-se como formas de lutas dos negros e preservação de suas integridades físicas e culturais, seja praticando suas religiões de origem africana, ou outras formas de resistência como a formação de quilombos, especialmente os nas últimas décadas do século XIX por lutas pela liberdade e promovendo a conscientização racial. Não se pode deixar de lado, as associações de ajuda mútua formadas, também nesse período de escravidão, as que muito contribuíram para formação de laços de solidariedade. Essas primeiras organizações nos possibilita perceber como os negros engajaram-se em torno de direitos que não eram beneficiados.

O pós-abolição será o momento em que essas organizações continuaram a se mobilizarem para promoverem uma consciência de que estavam colocados a margem de uma sociedade que não teria sido capaz de integrar o negro.<sup>156</sup> Estavam lutando contra a discriminação, e focaram em suas novas demandas como de ingresso no mercado de trabalho. E ter acesso à educação representava mudar a sua própria condição social, nesse primeiro momento as lutas faziam-se em conseguir com que os seus pares fossem alfabetizados como forma de ter acesso a direitos como o voto.

Segundo Albuquerque<sup>157</sup>, associações relacionadas com o mundo do trabalho foram as mais frequentes. Outras para atender necessidades recreações e lazer. Muitos desses clubes foram criados pela população negra pelo fato de ser impedida de frequentar clubes de pessoas brancas. Por essa mesma razão, surge também os clubes de futebol, já que jogadores negros não eram admitidos nos clubes de elite, desse modo organizaram seus próprios clubes.

Em Ituiutaba, o Palmeira Clube, fundado e administrado pela comunidade negra de Ituiutaba, buscava atender a essa comunidade, já que esta era impedida de frequentar um outro clube da cidade. Muniz<sup>158</sup> em seu trabalho analisando os presentes em uma apresentação artística no Ituiutaba Clube na década de 1950, nota que na plateia não havia presença nem de negros nem de populares, suas entrevistas confirmaram este fato dizendo que o negro era proibido de frequentar o clube, e alegam que os negros tinham o clube deles. Assim, o Ituiutaba Clube era frequentado pela elite local que não admitia a presenças de negros, nem pobres ambos nem sequer poderiam ser sócios do clube, isto era possível porque seus diretores eram pessoas influentes na cidade e não queriam o envolvimento com pessoas de

<sup>156</sup> FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, v.1, 2008. p.5

<sup>157</sup> ALBURQUERQUE, W.R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006. p.255.

<sup>158</sup> MUNIZ, Ana Maria Alves. **Da luz da lamparina ao opaco refletor**: Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980. 2004. 175f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2004. p. 56.

outro nível social. Demonstrando que uma parte da sociedade ituiutabana que tinha poder aquisitivo, era extremamente preconceituosa e racista, demarcava o espaço que cada grupo social iria ocupar sociedade e deveria ser mantido.

Desse modo, o Palmeira Clube embora tivesse o objetivo de ser uma instituição recreativa e cultural seus membros deveriam se preocupar com as questões educacionais e de valorização da cultura negra, em uma cidade dominada por famílias ricas que discriminavam negros e pobres.

A luta contra a discriminação racial fazia-se como uma das mais importantes, nos primeiros decênios do pós-abolição, pois para legitimar a exclusão dos negros foram exportadas para o Brasil, desde o século XIX as chamadas teorias de branqueamento, de eugenia como degenerar o negro, e considerava a miscigenação como algo negativo para a sociedade. Segundo Schwarcz,

[...] finais do século XIX, a mestiçagem existente no país parecia atestar a própria falência da nação. Nina Rodrigues, por exemplo, um famoso médico da escola baiana, adepto do darwinismo racial e dos modelos do poligenismo — que defendiam que as raças humanas correspondiam a realidades diversas, fixas e essenciais, e, portanto, não passíveis de cruzamento —, acreditava que a miscigenação extremada era ao mesmo tempo sinal e condição da degenerescência.<sup>159</sup>

Dessa forma, os movimentos negros organizam-se em torno de conquistarem espaço nessa sociedade, sendo a educação um dos caminhos para o ingresso no mercado de trabalho, vários trabalhos demonstram que dentre os diversos movimentos negros do pós-abolição a Frente Negra teria sido o maior e com objetivos políticos de eleger representantes que pudessem lutar pela causa do negro, e também atuava como outras associações em diferentes áreas além do educacional, apesar de ter surgido em São Paulo, seu campo de atuação espalhou-se por vários estados do país.

Em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de 1926. Estas foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país... A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça*.<sup>160</sup>

<sup>159</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Clara Enigma, 2012, p. 45.

<sup>160</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, vol. 12, n. 23, p.100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016. p. 105-106.

A Frente negra surge durante o governo de Getúlio Vargas, que chegou a presidência da República através do movimento conhecido como Revolução de 1930, ou como um golpe, para que outras elites, além da mineira e paulista, chegassem ao poder, o fato é que durante seu governo Vargas buscando o apoio das classes trabalhadoras, empreenderá algumas medidas com leis que reconheçam os direitos dos trabalhadores como a de 1931 que garantia que dois terços dos trabalhadores na indústria fosse brasileiros, de certa maneira essa medida atingir também a população negra. Albuquerque<sup>161</sup> interpreta essa e outras medidas teriam promovido aproximação da Frente Negra com o governo Varguista, mas que no fundo os militantes negros desejavam era que o Estado responsabilizar-se por um ideal de país mestiço, mas sem tolerância com o racismo, e tivesse políticas para a população negra. Porém, a formas de prevenção e punição dos crimes, tinha como fundamento a ideologia racial da medicina legal, de que o crime era um desvio de comportamento, que os sendo que os negros se encaixam nesse perfil, na realidade as ideologias de branqueamento, higienistas e eugenia continuavam nos atos desse governo.

Embora a mestiçagem começa-se a ganhar status de ícone nacional, tanto que as manifestações culturais como o samba e capoeira começariam a ser reconhecidas como parte de uma identidade cultural, tidos como símbolos nacionais da miscigenação presente no país. Segundo Albuquerque<sup>162</sup>, desde os anos 1920 e 1930 começa a ganhar adesão a ideologia de democracia racial, como constitutiva de uma ideia de identidade nacional, formada pela mistura de etnias de forma harmoniosa. Em torno de identificar como era construída essa identidade nacional, a cultura negra passa a ganhar notoriedade como originária da cultura nacional.

Gilberto Freyre foi quem encontrou uma saída para o impasse, negando não a existência da escravidão (algo completamente contra os fatos), mas o seu caráter. Para ele, ao contrário do que acontecera em países de colonização anglo-saxônica ou hispânica, a escravidão no Brasil tivera um caráter benigno, graças ao espírito generoso do português. Prova disso seria exatamente a miscigenação intensa em nosso país, ao contrário de outros. Ora, é diferente a possibilidade da integração nacional entre um senhor paternal e um escravo filial e a integração entre senhores e escravos em oposição radical, continua Freyre. As sequelas da escravidão não teriam comprometido as relações entre brancos e negros, senhores e escravos, daí a possibilidade da continuação da convivência, agora entre cidadãos com direitos iguais.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> ALBURQUERQUE, W.R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006. p.268.

<sup>162</sup> Ibidem. p.225.

<sup>163</sup> PINSKY, Jaime. Nação e ensino de História no Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 8.

O trabalho de Freyre vinha de encontro com essa nova visão de que a escravidão não foi tão dura para o escravo, e que senhores e escravos desenvolveram uma convivência harmoniosa. Ideologia que Fernandes nomeou como mito de democracia racial.

Esse é outro valor que aparece em nossos livros de História: a ideia de um Brasil sem preconceito racial, onde cada um colabora com aquilo que tem para a felicidade geral. O negro com a pimenta, o carnaval e o futebol; o imigrante com sua tenacidade; o índio com sua valentia. Negando o preconceito, guarda-se o fantasma no armário ao invés de lutar contra ele. O menino negro pobre, duplamente segregado, aprende que além da unidade nacional formamos uma unidade racial. A história que ele aprende não lhe diz respeito, é a de um Brasil construído na cabeça dos ideólogos e não na prática histórica, dentro da qual, afinal, ele vive.<sup>164</sup>

Embora defendesse a visão de democracia racial, que encobria as desigualdades vivenciadas pela população negra, segundo Albuquerque<sup>165</sup> será Freyre que irá coordenar o primeiro congresso afro-brasileiro, quando verificou-se que a questão do negro ainda era pouco explorada e iniciado pesquisas em torno da religiões afro-brasileiras e capoeira, denominadas de “Folclore negro”. Denominação que perdurou durante muito tempo nas manifestações culturais afro-brasileiras, a Congada é uma das práticas culturais mais importantes da comunidade negra de Ituiutaba, era denominada nos jornais dos anos de 1990 como folclore, sendo assim participavam das apresentações do dia do Folclore.

Na década de 1930, a capoeira é descriminalizada e o esporte passa a ser uma das principais recomendações para a saúde. No entanto, reconhecimento não significou o fim do preconceito racial, e das perseguições policiais.<sup>166</sup> Na verdade, essa é uma situação que permanece até hoje, a população negra é maioria nos presídios brasileiros, e a que é mais abordada em paradas policiais, o biótipo do negro é tido como o principal suspeito.<sup>167</sup>

Para contrapor a folclorização das manifestações culturais do negro, a imprensa negra atuava denunciando a discriminação, e informando a população negra, pois os jornais de grande circulação no país, não noticiava assuntos referentes s população negra, a chamada imprensa negra tinha nos seus conteúdos o reconhecimento da cultura negra, embora surgiu a

<sup>164</sup> Ibidem, p. 8-9.

<sup>165</sup> ALBURQUERQUE, W.R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006. p.239.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 248.

<sup>167</sup> RAMOS, Beatriz Drague; LIMA, José Antonio. No Brasil, 64% dos presos são negros. **Carta Capital**. 8 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-64-dos-presos-sao-negros>>. Acesso em: 10 jan. 2018. Segundo os dados do INFOPEN, o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, constatou que 64% dos presos no sistema penitenciário nacional são negros.

ideia de uma identidade nacional, havia o preterimento da cultura negra por parte das elites.<sup>168</sup> Esses jornais dirigidos à população negra, como comenta Petrônio Domingues:

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas.<sup>169</sup>

A imprensa negra constituía assim como um veículo de informação entre os negros, e forma de mobilização por melhorias para essa parcela da população, que era excluída de serviços básicos como saúde, educação, moradia e outros. Sem contar com a grande discriminação racial da época.

A Frente Negra encerrará suas atividades em 1937, por ocasião de outro golpe de Estado, por parte de Getúlio Vargas, representou o fim da possibilidade de uma organização política, com representantes, ou seja, no momento do golpe a população negra foi a que mais teve percas de direitos. No ano seguinte, houve uma tentativa de mudar o nome da associação para União Negra Brasileira, mas não teve sucesso. E a imprensa encontrava-se sob censura.

O segundo momento dos movimentos negros do século XX terá início somente nos últimos anos do governo Vargas, com o retorno de vários movimentos sociais em prol da volta da democracia, uma nova força de mobilização negra começa a ganhar notoriedade, a fundação do jornal “O Quilombo”, em 1948, por Abdias do Nascimento, o qual procurava articular-se em torno de uma integração racial, com base na ideologia da democracia racial, buscando engajamentos de brancos na luta contra o racismo, conforme assinala Albuquerque<sup>170</sup> essa parceria não anulava os esforços por direitos dos negros, sendo que as denúncias e homenagens à líderes negros, além disso, esse ato teria sido um avanço para o movimento negro enaltecer as manifestações culturais, e reivindicar a promoção social dos negros por meio da educação. Abdias também foi um dos membros da Frente Negra e fundador do Teatro Experimental do Negro. O TNE teria tido um papel fundamento para o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, onde teriam desenvolvido os debates no

<sup>168</sup> ALBURQUERQUE, W.R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006. p.263.

<sup>169</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. p. 104.

<sup>170</sup> ALBURQUERQUE, W.R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006. p.271-272.

ano seguinte pela aprovada a lei Afonso Arinos, que tornava o racismo como crime de contravenção, apesar das várias denúncias não houve nenhuma punição.

Outro agrupamento importante foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança. A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um carácter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país.<sup>171</sup>

Nessa fase os movimentos negros não desejam somente ter acesso a alfabetização e ao ensino primário, com a ampliação do acesso educação, com a universalização do ensino a população negra também poderia instruir-se, porém essa universalização não significou o acesso a todas as fases do ensino básico, por isso a luta agora seria por ter acesso ao ensino secundário e superior.<sup>172</sup> Batista<sup>173</sup> que pesquisou sobre professoras negras em Ituiutaba, que estudaram nesse período, constata que a maioria delas tiveram que estudaram com bolsas em escolas particulares, já que o número de escolas que ofereciam o curso normal eram raras.

Nota-se que o Teatro Experimental do Negro teve um papel fundamental de continuar a luta pelo acesso à educação seja criando escolas, ou produzindo material pedagógico em que a presença e protagonismo negro fazia-se presentes na História do Brasil, pois incentivar o negro a aprofundar nos estudos era produzir nele a reação a desigualdade em que encontrava-se, além disso era uma forma de sair do lugar comum ao negro.<sup>174</sup>

Assim como a Frente Negra, o TEN tinha a pretensão de promover a valorização das culturas negras, se espalhou pelo país, encontramos uma entidade negra em Ituiutaba no ano de 1995<sup>175</sup> como o mesmo nome, provavelmente teria sido por inspiração no teatro de Abdias do Nascimento, uma de nossas depoentes, nos disse que Abdias teria ido a Ituiutaba, quando

<sup>171</sup> DOMINGUES, Petrónio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. p. 104.

<sup>172</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out. nov. dez. 2000.p. 148.

<sup>173</sup> BATISTA, Eliane Ribeiro Dias. **Trajetórias de Professoras Negras em Ituiutaba**: de normalistas a professoras do Ensino Fundamental (1965-1971).2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás. Catalão. 2016. p.52-54.

<sup>174</sup> BISPO, Denise Maria de Souza. **História e Cultura Afro-brasileira em Sergipe**: Antecedentes da Lei 10639/03. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidades Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015, p. 14.

<sup>175</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5666, 18 nov. 1995. p. 03.



ainda era integrante da Frente Negra.<sup>176</sup> E acrescenta que “para você ver como é que é, Ituiutaba de certa maneira, desde os primórdios, teve uma gente aqui que estava preocupada com isso e estava brigando.”<sup>177</sup> Brigar significava lutar por direitos, e valorização da cultura negra, em torno de uma identidade. Dentre os meios de promover essa briga estava encenar e, ou promover encenações relacionadas com a cultura negra representava um dos meios de conscientização da raça, recurso usado pelos movimentos negros ituiutabano, mencionado pela entrevistada.

Durante a década de 1950, foram organizadas outras organizações culturais e artísticas, recreativas, algumas formadas somente por mulheres que procuravam unirem-se para lutarem por melhores condições sociais. Em 1964 com a implantação da ditadura militar, esses movimentos negros, e vários outros movimentos sociais passaram a ser duramente reprimidos e silenciados. Segundo Domingues<sup>178</sup> os militares acusavam os integrantes do movimento negro, a criarem algo que não existia na sociedade brasileira, o racismo. O mito da democracia ganhou ainda mais força, e impôs-se nas políticas de estado, políticas voltadas para a população negra foram quase extintas, já que a categoria raça foi banida dos órgãos de pesquisa e demais departamentos do governo brasileiro, que não assumia que o racismo era presente na sociedade.<sup>179</sup> Estudos financiados pela Unesco viria por colocar em risco esse discurso de democracia racial.

A chegada dos anos 1970 traz, porém, todo um movimento de contestação aos valores vigentes, que eram questionados na política oficial ou mais alternativa, na literatura, na música. Data dessa época, também, o surgimento do Movimento Negro Unificado (mn) que, ao lado de outras organizações paralelas, passava a discutir as formas tradicionais de poder. Apoiado, em boa parte, nas conclusões de Florestan Fernandes e da Escola Paulista de Sociologia, o mn tornou mais forte o coro daqueles que já demonstravam o lado mítico da democracia racial: exaltada como modelo, mas dificilmente encontrada na realidade.<sup>180</sup>

Como afirma Jaccoud:

A democracia racial passou de mito a dogma no período dos governos militares... De fato, a questão racial desaparece do debate público nacional. É somente com o processo de redemocratização do país que o tema das

<sup>176</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016.

<sup>177</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016.

<sup>178</sup> DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo, 2008.p.8

<sup>179</sup> MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.p.8

<sup>180</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Clara Enigma, 2012, p. 45.

desigualdades raciais retorna à cena, mas largamente diluído no debate sobre justiça social.<sup>181</sup>

Esse segundo momento dos movimentos negros, também é silenciado por outro golpe, assim como em 1937, a luta por direitos da população negra foi interrompida. Conforme Jaccoud<sup>182</sup> durante o período militar o racismo é silenciado, só reaparecendo, no final desse período. Somente no final dos anos de 1970, com a pequena abertura política do regime militar é que o movimento negro juntamente com outras organizações voltou a lutar pela redemocratização e por melhores condições sociais, assim também é retomada a luta contra o racismo.

Nota-se que ambos os movimentos da primeira metade do século XX tiveram como uma dos principais objetivos o acesso à educação. Esses movimentos e outros espalhados pelo Brasil foram a principal forma de luta contra a discriminação racial, e por melhores condições de vida dos negros brasileiros.

Em 1978, temos a terceira fase de mobilização dos movimentos negros que vai até o início dos anos 2000, nesse momento inicia-se com vários grupos negros unindo-se e formando o Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo, a partir de uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, por conta da morte sob torturas do trabalhador negro Róbson da Luz e a discriminação contra quatro jovens atletas negros, que foram expulsos do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo. Nesse ato as diversas organizações negras se unificaram nascendo assim o MNU. E três anos após aprovaram um programa de ações que defendia, de acordo com Domingues a:

Desmitificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização sindical e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.<sup>183</sup>

Percebe-se como objetivo do movimento para acabar de vez com o mito da democracia racial, e que a sociedade deveria assumir-se racista para que a discriminação diminuir-se minimizar até chegar a sua total extinção. Esse posicionamento demonstra o

---

<sup>181</sup> JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. p. 52.

<sup>182</sup> Ibidem.

<sup>183</sup> DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo, 2008.p. 9

cunho político do movimento para enfrentar as ações do governo, este que agia às vezes de forma violenta, através de seu aparato de segurança.

O MNU também teve como inspiração outros movimentos internacionais, que ficaram conhecidos seus enfrentamentos contra o racismo, como a luta por direitos civis dos negros estadunidenses, liderada por Martin de Luther King e Malcon X; e por movimentos de libertação dos países africanos, principalmente os de língua portuguesa, como Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

O que nos interessa aqui foi a abordagem dos movimentos negros aos assuntos relacionados à educação como fator fundamental importância para superar todas as discriminações e desigualdades vivenciadas pelo negro, para isso seria necessário inserir a História da África e do Negro nas escolas, através de seu conhecimento de suas origens culturais a sociedade brasileira teria como se reconhecer como fruto dos negros e combater extinguir de fato o racismo do nosso meio. Os militantes negros ituiutabanos estavam envolvidos em todo esse movimento de reorganização e de novas lutas “Ituiutaba estava conectada com os movimentos. Eu acho que não é uma coisa recente. Parece que por alguns anos perde esse elo, na década de 70 é quando o movimento negro nacional se reorganiza. A partir daí que a gente começa em Ituiutaba também, na década de 70”<sup>184</sup>. Segundo Fonseca<sup>185</sup> as questões referentes à população negra foram incorporadas à educação brasileira, por conta de toda luta empreendida pelos movimentos negros no século XX. Os anos 80 foram marcantes na consolidação de lutas a fim de alcançar esse objetivo, mesmo com a resistência da sociedade brasileira em assumir o racismo, as conquistas podem ser atribuídas à persistência.

O movimento negro passou, assim, praticamente a década de 80 inteira, envolvido com as questões da democratização do ensino. Podemos dividir a década em duas fases. Na primeira, as organizações se mobilizaram para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante. Vários foram os alvos de ataque: livro didático, currículo, formação dos professores etc. Na segunda fase, as entidades vão substituindo aos poucos a denúncia pela ação concreta. Esta postura adentra a década de 90.<sup>186</sup>

O movimento buscou, além da inserção da História Afro-brasileira e africana, fosse revistos os erros e lacunas referentes na História do Brasil, a representação do negro com estereótipos e preconceitos em textos e imagens nos materiais didáticos.

<sup>184</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016

<sup>185</sup> FONSECA Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2016. p. 11.

<sup>186</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out. nov. dez. 2000. p. 155.

## 2.2 Revisões nos fundamentos históricos, políticos e marcos legais

### 2.2.1 Novos referenciais historiográficos

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, e claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado.<sup>187</sup>

Durante muito tempo a História não se preocupou em narrar sobre povos não europeus, com a justificativa de que não haviam produzido algo significativo. Essa atitude, e os discursos de que não vivemos em uma democracia racial foram alvos de denúncias dos movimentos negros, além das condições desiguais que a população negra encontrava-se na sociedade brasileira, críticas como a forma que os livros didáticos abordavam o negro e sua inexpressiva presença na História Brasileira, sem contar com a grande evasão de crianças negras dos bancos escolares. Essas críticas que vinham de encontro com a própria mudança no campo historiografia.

O modelo de história reproduzido nos livros didáticos criticados era denominado de História Tradicional, de cunho eurocêntrico, em que somente uma matriz foi atribuída à construção da nação brasileira, por homens, brancos, prevalecendo um ponto de vista único do passado, homogêneo no qual a diversidade era vista como um problema.<sup>188</sup>

O golpe militar de 1964, derrubando o governo populista de João Goulart, ainda permitiu essas discussões por mais quatro ou cinco anos, mas inibiu, desde logo, os reflexos dessa efervescência no ensino médio. Os manuais didáticos praticamente não se alteram, os estudantes continuam decorando nomes de faraós egípcios e presidentes brasileiros, batalhas napoleônicas ou vitórias brasileiras na luta contra os “ferozes” paraguaios. Histórias de reis, heróis e batalhas, redutoras do homem à categoria de objeto ínfimo no universo de monstros grandiosos que decidem o caminho da humanidade e o papel de cada um de nós, simples mortais.<sup>189</sup>

Essa História factual, linear e de grandes feitos não era capaz de produzir análises da sociedade. Segundo Pinsky<sup>190</sup>, o questionamento desse tipo de História está ligado pessoas

<sup>187</sup> GINZBURG. C. **O queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 11.

<sup>188</sup> CARVALHO. João do Prado Ferraz de. Ensino de História e cultura escolar: resistências no contexto de uma tradição inventada. **Nova Escola**. 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/548/ensino-de-historia-e-cultura-escolar-resistencia-no-contexto-de-uma-tradicao-inventada>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

<sup>189</sup> PINSKY, Jaime. Nação e ensino de História no Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9.

<sup>190</sup> Ibidem.

que teriam saído da universidade e começaram a buscar outras explicações do que ocorria no social. Embora, uma nova postura de produção historiográfica, já tivesse em curso desde o final da década de 1920 na França, de um grupo de historiadores denominados de Escola do Annales, em referência a suas associações a revista propunha

[...] em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras.<sup>191</sup>

A proposta de uma nova abordagem historiográfica ampliou o campo de trabalho dos historiadores, deixando de lado uma História de cunho político, para uma história-problema, nesse campo caberia todas as atividades humanas, e a relação com outras áreas do conhecimento ampliando o campo de trabalho do historiador. Embora os seguidores das suas primeiras gerações tenham buscado construir uma história total ou de cunho econômico, deve-se considerar que eles abriram o campo de trabalho para novos objetos, novos problemas e novas abordagens.

[...] esses campos disciplinares foram recebidos com bastante entusiasmo pelos professores-pesquisadores desejosos de fazer ouvir a voz daqueles que estavam excluídos do campo da pesquisa histórica (camponeses, operários, mulheres, minorias raciais e sexuais).<sup>192</sup>

O uso de novas fontes “revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação.”<sup>193</sup>

Essa nova postura de abordagem historiográfica, chegaria nas academias brasileiras, somente nas últimas décadas do século XX, esses novos campos de trabalho mudou a postura de alguns pesquisadores que procuravam trabalhar com temática pouco exploradas como a escravidão, e novos métodos de trabalho começam a produzir trabalhos em que o negro, trazia novas posturas durante a escravidão. Outro fator foi a própria presença deles, ainda que pequena nas universidades.<sup>194</sup>

<sup>191</sup> BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.p.7.

<sup>192</sup> HUNT, Lynn. Devemos reiniciar a História? **Faces da História**, Assis-SP, v.2, nº2, p. 191-197, jun. dez. 2015.p.196.

<sup>193</sup> CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a História da educação do negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC-SECAD, 2005, p.23.

<sup>194</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out. nov. dez. 2000.p.150.

Pensavento<sup>195</sup> também coloca as transformações por quais a “Clio” teria passado nas últimas décadas do século XX, de um discurso tradicionalista de grandes heróis, grandes feitos, verdades absolutas, perde o sentido diante dos conflitos e movimentos de contestação colocando em dúvida os paradigmas, que não foram capazes de trazer compreensão para a realidade com suas explicações globalizante. E nem corresponder às demandas colocadas por novos grupos sociais. Postura que foi suprida pelas explicações a partir da

[...] história cultural abarca variadas fontes de estudo, apresentando reflexões teórico metodológicas que possibilitam a construção de olhares múltiplos. Não parece haver consenso entre os autores a respeito dos contornos da história cultural e de suas opções teórico metodológicas. Todavia, todas são unânimes em admitir que a história, a partir das discussões advindas dos estudos culturais, é uma forma de interpretação que questiona sua própria objetividade. Isso faz com que os temas tradicionais se diversifiquem com a inclusão de aspectos menos universais advindos da chamada meta-história, ou da história dos grandes eventos. A historiografia contemporânea indaga sobre sua própria escrita e opta por privilegiar temas microscópicos, indícios que podem abrir significados menos sujeitos ao questionamento de sua própria subjetividade.<sup>196</sup>

A História Cultural ampliou o tipo de fonte de trabalho do historiador, e seus temas de pesquisas, que passam a ser analisados sob o ponto de vista cultural como forma de interpretação da realidade vivida, deixando de ser uma história dos grandes eventos e de heróis.

## 2.2.2 Ação Afirmativa: no campo da educação

Porque a lei ela foi assim, ela veio, essa coisa vem de baixo pra cima. Chegou aqui. Quando ela chegou aqui, que virou a lei, que pra ela virar lei demorou. Olha que demorou. Que eu estou nessa briga desde 80. Ela saiu em 2000. Pra você ver.<sup>197</sup>

O comentário acima referente à lei 10639/03 demonstra que a legislação, não correspondeu a um ato de gabinete, mas representa a legitimação da luta dos movimentos negros de longa data, para que o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana viesse a torna uma realidade nas escolas.

A ratificação da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica foi uma das primeiras medidas do governo Lula, em 09 de

<sup>195</sup> PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.p.7-8.

<sup>196</sup> CAPEL, Heloisa Selma Fernandes; DIAS, Ana Raquel Costa. Estudos Culturais e História da Educação: trajetórias e confluências. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, Ago. 2016.p. 9.

<sup>197</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

janeiro de 2003 ao sancionar a lei 10639. Essa medida insere-se como uma ação afirmativa com caráter valorizativo<sup>198</sup> que vinha em consonância aos vários esforços que os movimentos negros empreenderam por uma educação antirracista, e de valorização da cultura afro-brasileira e africana.

As políticas afirmativas foram adotadas no país a partir das duas últimas décadas do século XX, elas são ações que vem oferecer subsídios as populações que não foram favorecidas pelos direitos de cidadania como saúde, moradia e educação e outros, embora juridicamente sejam reconhecidos como portadores desses direitos, não o possuem, por fatores históricos, em que esses direitos não são legitimados.

No caso, as políticas afirmativas adotadas pelo governo brasileiro, vêm suprir as injustiças relegadas às populações negras, que ainda são associadas ao sistema escravista, mesmo tendo sido abolido há mais de um século, e sua ideologia de dominação, o racismo ainda se encontra presente em nossa sociedade, embora a mesma negue que seja capaz de cometer tamanha injustiça, o racismo impediu por décadas que as populações afro-brasileiras tivessem seus direitos básicos atendidos, ou quando usufruíam eram tratados de forma desigual, com descaso como se o direito não fosse o deles.

Essas ações vêm reparar o descaso do governo federal, com para as populações afro-brasileiras, as possibilitando de ter os mesmos direitos de oportunidades que outros grupos sociais, no campo educacional, uma das políticas mais polêmicas foi a adoção do sistema de cotas nas universidades, que gerou vários debates, de pessoas contra e favor, mas defendendo que foi uma política que permitiu aos afro-brasileiros adentrarem um espaço, que lhes era negado.

É possível dizer que, até a década de 1980, a luta do movimento negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam a grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas.<sup>199</sup>

À medida que os movimentos negros atuavam em torno de conquista de direitos e representatividade, as políticas universalistas mostravam-se ineficazes para fins das

<sup>198</sup> SANTOS, Sales Augusto dos. Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: um Balanço. **Tomo**, n.24,2014.p. 41. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/3185/2787>>. Acesso em: 18 de out. de 2017. O autor aponta a diferença entre políticas para a superação das desigualdades sociais as punitivas, valorizativas e afirmativas.

<sup>199</sup> GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012. p.738. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

desigualdades raciais e sociais. A categoria raça passa a ser reivindicada nas políticas públicas para que pudessem atender as demandas da população negra.

O fato é que no Brasil a aplicação de políticas de ação afirmativa — expediente político-administrativo busca, por meio da intervenção no mercado ou de incentivos nos setores públicos e privados, atuar sobre a desigualdade social — é algo recente. Como demonstram Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, apesar de o debate intelectual sobre o tema datar dos anos 1970, e de já em 1978 ter se fundado o Movimento Negro Unificado e na década de 1980 terem se criado institutos e leis como a Fundação Palmares ou a Lei Caó, a questão só entraria de fato na agenda política no governo FHC.<sup>200</sup>

Para Santos<sup>201</sup>, as políticas de ações afirmativas adotadas nos anos 1990 e 2000 que correspondem aos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, não são medidas de boa vontade desses governos, mas emergiram de pressões e atitudes de populações negras. A militância em Ituiutaba concorda com essa visão.

O Lula, o Lulinha, não foi bom bonzinho pra nós não. Ele não foi bonzinho. Ele simplesmente tornou lei uma coisa que a gente já brigava antes e ele fez parte também dessa luta quando ele era do sindicato. Nós juntava sindicato, juntava todo mundo e ia pra briga. E interessante, no Rio de Janeiro, quando Benedita da Silva foi, não sei se era deputada ou senadora, um cargo bom, no RJ, nós fomos. Eu estava lá no RJ, num seminário que nós fizemos no RJ, onde Lula também estava lá. Lula estava lá junto conosco. Porque aí, sabe o que aconteceu? A nossa luta foi sendo agregada por outras entidades. GBT, os gays, os ciganos, as minorias (que não é minoria). Então isso tudo, lá no RJ, onde eu acho que assim, através da nossa luta, houve outros também que abriram pra que ocorresse, foi através da nossa. A nossa foi a primeira. Só que eles vieram aproveitar da nossa força na época e juntaram. Porque lá no RJ tinha isso tudo e eles brigam no pau mesmo. Eles não brigam igual nós. Eles chegam pegando no gogó do outro, eles pegam. Não é pacato igual o negro aqui não. Eles vai pra briga. E eu senti isso no RJ, dentro da universidade, lá. Quem fez a abertura foi a Benedita da Silva, que também é uma batalhadora, pra que essa lei fosse implementada.<sup>202</sup>

Para Adirce a conquista da legislação, não deve ser atribuída ao presidente que a sancionou, pelo contrário, ele conhece e participou dessa a luta que os movimentos negros junto com outras entidades empreenderam últimas décadas do século XX, em torno das mudanças de currículos, dentre elas a exigência do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, não sendo portanto, um ato de bondade, mas representa anos de luta de movimentos por reconhecimento de suas histórias e culturas. Além do movimento negro, outros grupos chamados minorias como de LGBTQI+, sindicalistas, indígenas, ciganos, que a

<sup>200</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Clara Enigma. 2012. p. 53

<sup>201</sup> SANTOS, Sales Augusto dos. Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: um Balanço. **Tomó**, n.24,2014.p. 45. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/3185/2787>>. Acesso em: 18 de out. de 2017.

<sup>202</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.



entrevista lembra que na realidade não é minoria, assumiam as lutas uns dos outros, quando ela diz que o próprio Lula fez parte, ela refere-se que os movimentos sindicais de que ele fez parte. E que ao mesmo tempo, os movimentos negros procuravam eleger seus representantes para cargos políticos para que estes pudessem estar levando suas demandas para dentro do poder público, e que fossem atendidos. Para ela os movimentos negros foram pioneiros na luta por direitos, que acaba por inspirar outros movimentos e dessa forma assumiam a luta de outros grupos. Outro ponto que menciona é a forma de atuação dos movimentos negros em diferentes localidades, para ela o negro em Ituiutaba é passivo, apesar de não desistir de lutar, mas ele não chega às vias de fatos como no Rio de Janeiro. Porém, mesmo não chegando às vias de fatos a comunidade negra de Ituiutaba tem mantido sua luta a seu modo por anos dentro da cidade, portanto, não pode ser considerado como pacífico, mas tem atuado na medida em que lhe possível vai ocupando espaço na sociedade e reivindicando suas demandas.

O relato de Adirce insere-se no contexto do processo de redemocratização do país do retorno da democracia, vários movimentos sociais mobilizaram-se na busca por direitos por suas demandas específicas ou em parceria com outros movimentos sociais. De fato, a luta por uma História que reconhecia o negro como sujeito que havia contribuído foi objeto de lutas no legislativo de ações de parlamentares negros como a mencionada Benedita da Silva (PT /RJ), Paulo Paim (PT/RS)<sup>203</sup> e outros parlamentares foram os representantes de demandas do movimento negro no congresso nacional.<sup>204</sup>

Se dentro do país a pressão dos movimentos foi o fio conduto para a proposição de ações afirmativas, a pressão externa pela implementação por essas políticas no país viria com a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância realizada em Durban em 2001, evento organizado pela ONU com objetivo de reunir pessoas de vários países a fim de discutirem formas e diminuir ou extinguir de vez as formas de racismo, discriminação e outras atitudes de intolerância, com determinados grupos sociais.

---

<sup>203</sup> O parlamentar é autor do projeto que deu origem ao Estatuto da Igualdade Racial aprovado em 20 de Julho de 2010, Lei nº 12.288 que tem estabelece políticas para diminuir as desigualdades entre os grupos raciais.

<sup>204</sup> SANTOS, Sales Augusto dos. Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: um Balanço. **Tomo**, n.24,2014.p. 52. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/3185/2787>>. Acesso em: 18 de out. de 2017.

No Brasil foram organizados alguns encontros e uma Conferência Nacional, com o intuito de prepararem-se para o encontro internacional. Segundo Gomes<sup>205</sup> esse momento de preparação é marcado por um consenso das entidades do movimento negro em relação à necessidade de se implementar as ações afirmativas no Brasil. E a educação básica e superior e o mercado de trabalho são as áreas mais destacadas como as mais necessitadas desse tipo de política.

O Estado brasileiro apresentou durante o encontro internacional algumas propostas e assumiu, assim como outros países o compromisso de implementar políticas de ações afirmativas no país para acabar com a discriminação racial, e outras formas de preconceitos e desigualdades. Segundo Munanga:

Podemos combater a discriminação e o preconceito, assim como seus efeitos por meio de duas maneiras básicas: a primeira é a Legislação Penal, ou seja, a criação de leis que punam atos discriminatórios e a segunda é por meio da promoção de igualdades de oportunidades ou ações afirmativas.<sup>206</sup>

Conforme Oliveira<sup>207</sup> todo o aparato jurídico-normativo que vinha se desenvolvendo desde a década de 1990 referente à educação é acrescida pela Lei 10.639/03, o projeto de lei dos deputados federais Ester Grossi e Bem-Hur Ferreira ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).<sup>208</sup> A lei modificou os artigos 26-A, 79-A e 79-B da LDB e tornava obrigatória a inclusão no currículo oficial a “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Com o seguinte texto:

Art. 1º - A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:  
Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.  
§ 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

---

<sup>205</sup> GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. São Paulo: Anpae. v. 27, n. 1, 2011, p.2-3.

<sup>206</sup> MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. p.185.

<sup>207</sup> OLIVEIRA, Marli Solange. **A Representação dos Negros em Livros Didáticos de História: Mudanças e permanências após a promulgação da Lei 10.639/03**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.p. 60.

<sup>208</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba. 31 out. 2002. “Escolas deverão ensinar História Afro-brasileira”. Informando de como seria esse ensino, bem como a formação dos professores trabalharem com a temática.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.  
209

A sanção dessa lei reafirma a importância de ações pedagógicas na inserção dos valores referentes à História da África e de valorização da cultura afro-brasileira no ensino, como forma de se extinguirem as desigualdades étnicas raciais existentes no ambiente escolar.

Isso sem esquecer o impacto das novas leis, que vêm introduzindo novas ementas nos currículos e reescrevendo o passado, ou das políticas de cotas sociais e raciais na educação e no trabalho. No entanto, longe de se constituir como um caso isolado, “a raça está por toda parte”: nas piadas que inundam o cotidiano, nas expressões do dia a dia, na propaganda de turismo e na discriminação no mundo do trabalho, na esfera social e da intimidade. É particular, pois a discriminação pouco aparece nos discursos oficiais. É específica, porque se afirmar no privado, talvez como categoria nativa, neutralizada pelo costume. Quase como uma etiqueta, uma regra implícita de convivência, no Brasil cor combina com prestígio e com lugar social, e apesar de silenciosa é eloquente em sua aplicação.<sup>210</sup>

Para Schwarcz, apesar de a lei ter sido sancionada, a razão de sua existência permanece, a atitudes de racismo ainda permeia nosso dia a dia, seja com brincadeiras, piadas ou outros atos, na desigualdade de oportunidades, isto deve-se ao fato da discriminação ser ignorada pelo poder público, embora ela continua afirmando-se no particular, dessa forma a cor continua definido a posição do indivíduo na sociedade. Realidade que pode começar a ser questionada e caminhar para uma possível mudança com a implementação de fato do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

### 2.2.3 Reedificando os marcos legais: 13 de maio e 20 de novembro

A data da assinatura da lei Áurea, 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão, foi um marco que aparecia nos livros didáticos como um momento em que a princesa teria dado a tão sonhada liberdade para os escravos. Essa data que foi comemorada no pós-abolição passa ser questionada, depois dos estudos historiográficos em torno do ato da princesa Isabel de assinar

<sup>209</sup> BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

<sup>210</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Clara Enigma. 2012. p. 72

a lei que aboliu por definitivo a abolição. A revisão historiográfica revelou outras versões para o ato, de que na realidade quando a lei Áurea foi assinada mais de 90% da população já se encontrava livre, seja por meio de fugas, formando quilombos, compras de alforrias individuais ou coletivas, demonstrando que o quadro de intensas resistências contribuiu muito mais para colocar um ponto final em um sistema que não mais se sustentava.

Desde as primeiras décadas do século XX, os movimentos negros procurava politizar o dia 13 de maio. “A FNB buscou politizar as comemorações do dia 13 de Maio, transformando aquela data numa oportunidade para discutir e refletir sobre a situação do negro no país.”<sup>211</sup> Pois, abolição não representou ter a liberdade de construir uma vida digna, sem emprego, moradia, oportunidade de estudar a liberdade seria camuflada. Dessa forma, “essa politização do 13 de Maio era importante, pois permitia colocar em discussão antigas e novas demandas do negro, algo que os governos republicanos tentaram sistematicamente esvaziar.”<sup>212</sup>

Embora a data fosse questionada desde o início do século pelos movimentos negros, durante muito tempo a data foi comemorada ou celebrada pela comunidade negra. Em Ituitaba não foi diferente

[...] no dia 13 de maio, dia da Missa dos Homens de Cor. Eu tenho pavor essa festa ser em maio. Porque, mas ela vem de uma tradição familiar, que eu acho que já poderia há muito tempo ter mudado, que eu acho que nós temos, que devemos a quem é o Zumbi dos Palmares. A princesa Izabel, tem que referendar ela pra que? Eu não vejo. Eu vejo 13 de maio o dia do branco. Porque você sabe a história. Professora de história, você sabe muito bem a nossa história. Que ela assinou a lei lá na calada da noite e pronto, o negro saiu sem teto, sem comida, sem emprego. E continua até hoje excluído. Então a gente não tem nem que valorizar essa princesa Izabel. Teve uma missa, teve um terno que cantou bonito pra ela. Eu queria morrer! Ela é a rainha! Então que falta nisso aí? Esclarecimento. Que é buscar, aprofundar isso.<sup>213</sup>

O fato da festa da Congada ser realizada no mês de maio, é algo que causa incomodo para a militante do movimento negro, apesar dela entender que faz parte de uma tradição familiar, a festa ainda ser realizada no mês de maio. Para ela festa que é um dos momentos mais importantes durante o ano para a comunidade negra, quando todos reúnem-se para celebrar a suas origens culturais, não pode ser em reverência a autora da assinatura da lei Áurea, a Princesa Isabel, até porque não ter abolição trazido mudanças significativas para a comunidade negra, sendo assim como ela mesma menciona, a historiografia tem evidenciado

<sup>211</sup> ALBURQUERQUE, W.R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006. p.266.

<sup>212</sup> Ibidem.

<sup>213</sup> Luzia Eterna entrevista realizada em 17 de junho de 2016.

que outras personalidades como Zumbi dos Palmares tiveram um histórico de vida e luta pela população negra serve como referencial. Isto é algo que precisa ser esclarecido aos congadeiros, que devem estudar e buscar outros referenciais.

#### 2.2.4 A figura de Zumbi dos Palmares e o vinte de novembro

Zumbi dos Palmares foi um dos líderes da maior comunidade de quilombo durante o período colonial, lugar de resistência a um sistema que os colocava na condição de escravizados, situado na Serra da Barriga em Alagoas. Por outro, essa forma de resistir ao sistema e leva-lo ao colapso, inspirou os militantes das décadas de 1970 e 1980, a ver nele uma referência a ser seguida.

Por volta, das últimas décadas do século XX grupo de militantes, começam se articular em torno de fazer as celebrações do dia 20 de novembro com uma data para reflexão de qual lugar as comunidades negras estavam ocupando na sociedade brasileira, no sul do país inicia-se esse movimento em torno de um dia da consciência negra. Sendo que as primeiras discussões em torno dessa data teriam surgido do grupo Palmares na Capital Gaúcha, desde 1971, que fizeram um estudo da historiografia do negro, procurando, ações de luta e mobilização em torno do povo negro. O primeiro 20 de novembro teve uma programação para homenagear três figuras, Luís Gama, José do Patrocínio, e Palmares, que se tornaria um ato político nas discussões do MNU em 1978.<sup>214</sup>

A forma como Zumbi dos Palmares teria resistido à dominação e invasão do seu povoado, serviram de motivação e referência para os movimentos negros, a sua figura como um o exemplo a ser seguido. Por isso, iram lutar para que essa data viesse a ser reconhecida por toda sociedade brasileira, tornando-a feriado, fato que não veio a se concretizar. Essa data consta em um dos artigos da lei 10639, artigo 79-B, que assim dispõe: “art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra”. Desde então, a data tornou-se oficialmente a ser celebrada nos estabelecimentos de ensino. Em 2011, a lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.<sup>215</sup> Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. No entanto, deixou que os estados e municípios definissem por meio de suas legislações a data como feriado. Desse modo, somente cinco estados da federação

<sup>214</sup>SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.p.25-27.

<sup>215</sup>BRASIL. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, DF.

tem leis estaduais do dia 20 de novembro como feriado: Alagoas, Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Rio de Janeiro. Em 1045 cidades brasileiras também é feriado segundo o levantamento da SEPIR realizado em 2015, em Minas não tem nenhuma lei estadual estabelece a data como feriado, mas ela é celebrada em 12 municípios mineiros.

Em Ituiutaba a data é ponto facultativo desde 1990, consta no artigo 154 da lei orgânica do município<sup>216</sup> a medida seria fruto dos esforços da comunidade negra e do vereador na época Luziano Justino Dias. Sendo para alguns militantes uma das lideranças dos movimentos negros e representante da comunidade negra no legislativo municipal. Após a instituição da data todos os anos a comunidade negra fazia-se presente no centro da cidade com apresentação da congada para fazer valer o ponto facultativo, bem como apresentava as atividades que realizavam nas escolas.<sup>217</sup>

A representatividade da comunidade negra na Câmara Municipal foi um dos pontos levantados durante as entrevistas.

- E dentro da Câmara? Vocês tinham alguma representatividade? Algum vereador que representava?
- Tinha. O interessante é que esses anos, 90, 80, sabe, até os anos 2000, a gente tinha mais representatividade. Nós chegamos a ter três vereadores negros dentro da Câmara. Três vereadores negros! Nós tínhamos o Carlos Modesto, nós tínhamos o Luziano e nós tínhamos o Zé, Zé da Identidade que nós chamamos ele hoje. Eram três pessoas que eram negras e que estavam lá.
- Eles lutaram pela comunidade?
- Lutaram. Não vou falar que não lutou não, mas devia ter feito mais. Projeto assim, voltado para comunidade negra, feito por eles, eu não tenho conhecimento. Pode ser que tenha, mas eu não tenho conhecimento.<sup>218</sup>

Para alguns membros da comunidade negra embora conseguissem eleger negros para ocupar cargos no legislativo, ações deles não foram tão ativas, em favor da comunidade negra.

Como mencionado no capítulo anterior, a proposição de um projeto de lei com o objetivo de incluir estudos e debates em relação a discriminação racial, étnica e religiosa nas escolas do município, de autoria do vereador Carlos Modesto, não foi sancionado. O vereador também apresentou à câmara municipal, na mesma ocasião, um outro projeto de lei referindo-se à comunidade negra a construção de um memorial de Zumbi dos Palmares na praça 13 de

<sup>216</sup> ITUIUTABA. **Lei Orgânica do Município de Ituiutaba, Minas Gerais**. Ituiutaba, MG, Câmara Municipal de Ituiutaba, 1990.

<sup>217</sup> SILVA, Renata Nogueira da. **O poder da memória e a negociação da memória do patrimônio**: Traduções das práticas congadeiras em tempos de vivificação da ideia de cultura. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. 2012. p.129. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11818>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

<sup>218</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

Maio, local de reduto da comunidade negra ituiutabana, monumento este denominado de “Memorial Coragem”.

Este último projeto teve a sanção do legislativo e do executivo tornou-se lei sob o número 3134 de 25 de maio de 1995<sup>219</sup>, o seu texto determinava a sua execução da obra, com recursos previstos no orçamento do município, como forma de eternizar a homenagem e reconhecimento dos “vultos” da comunidade negra local e de sua raça. Este fato nos revela que aprovação de um monumento que ficaria exposto em uma praça pública, lugar que as pessoas que por ali passam, veem a placa com o nome das autoridades em exercício na inauguração da obra, foi votado e sancionado no mesmo mês de sua proposição, e sua execução e inauguração foi noticiada os jornais da época<sup>220</sup>, dois anos depois da lei ter sido aprovada. Segundo Le Goff:

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.<sup>221</sup>

De fato, preservar a memória de executores de homenagens à população negra foi a eleita para permanecer na memória coletiva dos ituiutabanos. Isto porque, o outro projeto que deve ter sido vetado pelo prefeito, medida que poderia ter sido derrubado pela Câmara de vereadores, e o projeto dos estudos contra a discriminação nas escolas poderia ter tornando-se uma lei municipal. Porém, como disse uma representante do movimento negro está poderia ser uma medida mais complexa.

- É, porque também tem a questão da educação, você tá mexendo mais fundo, né...Interesses muito mais profundos. E o prefeito pra sancionar uma lei dessa ele tem que criar cargos, ele tem que contratar pessoas, ele tem que colocar pessoas ali pra trabalhar com isso. Negros! Aí já é outra história, né? Vai dar poder, vai dar munição por inimigo?!<sup>222</sup>

Discutir sobre a situação dos negros poderia representar a reflexão do seu status na sociedade, podendo provocar mudanças do seu papel de como mobilizar-se em torno de converte essa condição. Embora a preservação da memória de lideranças seja importante, como referenciais não leva a reflexões tão profundas de primeiro momento, quanto estabelecer o debate da condição do negro na sociedade em que vivemos.

<sup>219</sup> ITUIUTABA. **Lei nº 3134 de 25 de maio de 1995**. Autoriza o Executivo a erigir um monumento na Praça 13 de Maio, em homenagem à raça negra e dá outras providências. Ituiutaba, Minas Gerais, 1995.

<sup>220</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, 13 mai. 1997. p. 01

<sup>221</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. p.535

<sup>222</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016.

Minha pretensão não passa por desqualificar o papel das lideranças negras, que firmaram-se como referência para os movimentos negros contemporâneos, pelo contrário, esses referenciais são importantes, são exemplos de pessoas que mesmo em condições adversas, como a de Zumbi dos Palmares que viveu sob um regime escravidão subverteu a sua condição e de sua comunidade.

Esses marcos referenciais foram importantes até para se discutir o lugar que educadoras negras tinham dentro das escolas.

- Nas escolas. Dentro da escola. A gente queria negros na escola com poder de decisão lá dentro da escola. E com poder de decidir o que se comemorava ou não. Porque até então não se comemorava nem 20 de novembro, nem 21 de março. Era comemorado 13 de maio como o dia da abolição. Então a partir da mudança da comemoração desses marcos comemorativos você abre, você amplia a discussão. Aí você começa a discutir o preconceito e a discriminação. E não comemorar abolição. A luta começa aí e assim, porque nós temos maioria das mulheres negras, aliás, todas as mulheres negras que conseguiram chegar ao ensino superior completo aqui elas eram professoras. E desde longa datas, e nenhuma delas tinha alcançado um cargo.<sup>223</sup>

A fala demonstra que mesmo estudando, as professoras negras não haviam alcançado papel de liderança dentro de seu local de trabalho, que pudesse implementar medidas para o conhecimento e valorização da cultura negra. O fato de que mulheres negras pudessem alcançar a liderança na escola foi tido com receio por parte da comunidade escolar. “Sendo que naquela época, na época de mobilizar pra que houvesse a diretora negra foi assustador. O pessoal não entendia por que fazer eleição.”<sup>224</sup> Este fato demonstra que a comunidade escolar não via com bons olhos, negras em cargo de liderança, revelando o preconceito para com as professoras negras.

Mesmo não sendo uma atitude bem aceita, a comunidade negra conseguiu eleger diretoras negras para ficar à frente de escolas municipais e estaduais. Como forma de aumentar a representatividade negra em postos de lideranças e ter poderes de decisão em torno da comunidade negra, embora tenha sido uma conquista para o movimento negro

Aí nesse período o movimento negro começa a rachar. Aí o pessoal falava, por causa de cargo! Não era por causa de cargo não! Por causa de posição política mesmo. Diferentes posições políticas dentro do movimento, que era muito amplo.<sup>225</sup>

Mesmo representando conflitos internos no movimento negro, o fato de ter mulheres na liderança das escolas indicava a possibilidade de que os conhecimentos sobre uma História

<sup>223</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016.

<sup>224</sup> Sônia Maria entrevista realizada 20 outubro de 2016.

<sup>225</sup> Maria Silva entrevista realizada em 16 junho de 2016



e Cultura Afro-brasileira e Africana poderiam fazer parte das atividades escolares nos estabelecimentos de ensino de Ituiutaba.

### 2.3 Ações em torno de uma educação antirracista nas escolas de Ituiutaba

Outra ilusão de certos eruditos: “imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo de documento, específico para esse uso”. A história só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas: “poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas dessemelhantes.”<sup>226</sup>

O trabalho de pesquisa é mesmo muito interessante, o pesquisador embora busque trabalhar com determinado objeto, suas fontes o direcionam por outros caminhos, ir em busca de legislações que pudessem indicar a luta por uma educação antirracista me levou a tomar conhecimento de ações de alguns membros comunidade negra que lutava por uma identidade negra e promovia formas de valorização da cultura negra tendo a educação como suas bandeiras de mobilização.

- Mas houve alguma lei? Houve algum projeto relacionado com a educação?
- Teve. O grupo de estudo conscientização é o mesmo que estudar. Só que essa conscientização era pra analfabetos, estudantes e professores.
- Como é que esse grupo ia atuar?
- Ia se alfabetizar em história. As histórias que se passavam. Tinha o livro do Mandela....
- Aonde que seria?
- Na casa de uma conhecida nossa. Do Congo Verde. Camisa Verde.<sup>227</sup>

O conhecimento de Histórias de personalidades negras e outras lutas do povo negro no Brasil, ou em outros lugares do mundo, servia para promover a conscientização da raça, de como romperam com suas realidades como exemplos de superação do racismo e exclusão ao qual estivesse submetidos, essa era uma das ações do Grupo de Estudo e Consciência Negra de Ituiutaba, que acreditava que todos os negros deveriam ter conhecimentos do seu lugar na sociedade, atuavam de maneira conjunta, os que haviam conseguido um grau mais elevado de instrução, compartilhava esse saber com os que ainda não tivessem tido oportunidade de instruir-se.

Uma das atuações do movimento negro de Ituiutaba dentro das escolas foi através de palestras que eram feitas relacionadas com a discriminação racial e sobre doenças que atingiam a população negra, como forma de conscientizar dos cuidados com a saúde e de instruir como as pessoas deveriam agir.

<sup>226</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.27.

<sup>227</sup> Sônia Maria entrevista realizada 20 outubro de 2016

Dentro desse Ituiutaba, a nossa pedra fundamental aqui dentro de Ituiutaba chama-se Sônia Maria Silva do Carmo. Foi através da Sônia, que a gente fazia nas escolas, fazia reuniões nas escolas, palestras, a gente fazia, chamava, tinha médicos que davam palestras para o nosso povo sobre anemia falciforme, a parte de saúde da mulher.<sup>228</sup>

Atitudes como da professora Sônia, foram realizada em vários lugares do país, por mulheres que procuravam atuar na valorização e reconhecimento da cultura negra.

[...] é preciso registrar que o grande aliado do movimento de mulheres negras, no combate aos preconceitos na educação, foi o movimento de docentes das escolas públicas (no qual há uma predominância feminina), que teve uma atuação muito vigorosa nos anos 80. “Na medida em que o movimento negro se engajou nas lutas pela valorização da escola pública, ele pôde sensibilizar o setor educacional na defesa de suas reivindicações contra o racismo.”<sup>229</sup>

As parcerias com os órgãos responsáveis pela a educação no município eram sempre buscadas pelas professoras, quando estes não demonstravam interesse em promover parcerias mais solidas, eles contavam com ações de alguns secretários que atendiam as demandas de promover pequenos eventos em que pudessem esclarecer os alunos de doenças que atingiam a população negra, ou mostrar alguma representatividade negra, no qual os alunos negros pudessem se ver representados. Estes possibilitavam que houvesse

[...] palestras e forneciam pra gente, médicos pra alertar sobre as doenças, falar com as mulheres negras e não negras, tinha que procurar médico pra fazer os exames que praticamente a gente faz. Então tudo isso a gente puxava nas escolas públicas do município e a gente fazia isso. Agora do estado, do município não, do estado, mas com apoio do município. Porque nós tínhamos uma pessoa que tinha essa visão. Que o nosso povo precisava ser esclarecido através de médicos, através de educadores, e ela tinha essa visão. Então a gente fazia, montava os seminários, que geralmente acontecia. E tinha também a parte de cultura. A gente trazia muitas pessoas, livros, pra dar, como chama? Escritores negros.<sup>230</sup>

O contato com as escolas do município era de forma mais flexível, que nas estaduais. A preocupação não era somente promover uma conscientização de cuidado com o corpo e a saúde, mas de mostra o quanto a cultura afro-brasileira era importante, para isso buscava-se parcerias com pessoas de outras localidades, como do Hélio Santos<sup>231</sup> que na época fazia parte do grupo Interministerial Ministerial, que vinham falar de Histórias de valorização da cultura

<sup>228</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>229</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out. nov. dez. 2000.p. 155.

<sup>230</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>231</sup> Atuou no Grupo Interministerial formado, pós Marcha Zumbi dos Palmares em 1995.

negra, alguns eventos registrados em jornais<sup>232</sup>, eles ocorriam especialmente em datas emblemáticas para a população negra e no aniversário do Palmeira clube no mês de Julho.

Isso aí acontecia durante o ano e dava essas datas aqui, acredito eu, que era mais ou menos na época do Julho o, que era aniversário que reunia o pessoal, o pessoal vinha mais, tinha interesse de vir. E a gente aproveitava essa ocasião e mostrava, e mostrava o trabalho. E dentro desses seminários, sempre a gente fazia seminários com os professores da rede pública buscados pela Sônia, né? A gente fazia isso e dava essas palestras. Pra que valorizasse, que valorizasse a nossa criança, que a nossa criança não fosse discriminada dentro das escolas, porque você sabe que é. Eu fui pra escola de trancinha. Trancinha, lacinho. Minha mãe gostava de aprontar a gente bonitinho, então lacinho, trancinha, e a gente geralmente era discriminado pela trancinha. Então tinha que falar que a trancinha é nossa cultura. É bonito, nós somos negros, lindos, e não tem nada que menino achar que nossa trancinha tá feia, nossa trancinha tá linda.<sup>233</sup>

Nota-se que a atuação do movimento negro não se resumia a ir conversa somente com os alunos, mas de promover uma formação dos professores para que estes tivessem consciência de que a criança negra sofre discriminação nas escolas e que os professores teria que estar atentos a isso. Pois, a discriminação tem sido um dos fatores de repetência e evasão de crianças negras das escolas.<sup>234</sup> Nossa entrevistada, toca numa questão, que é motivo de alta estima e identidade, o cabelo da criança negra, especificamente o penteado que utiliza, as tranças. Nilma Gomes que estudou sobre corpo negro e cabelo crespo conclui que “Para esse sujeito, o cabelo carrega uma forte marca identitária e, em algumas situações, é visto como marca de inferioridade.”<sup>235</sup> Isto porque:

O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um

<sup>232</sup> DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, 3 mar. 2002.p. 1-2. I Seminário de direitos Humanos tinha como “objetivo e conhecer, buscar e proteger o cidadão de raça negra, buscando alertar para as diversas formas de discriminação e elevar a autoestima do cidadão negro”.

<sup>233</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>234</sup> CAVALHEIRO, Eliane S. Introdução. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/0. Brasília: MEC-SEC D, 2005, p.12.

<sup>235</sup> GOMES. Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.p. 173.

sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo.<sup>236</sup>

A autora esclarece como a classificação do cabelo em ruim ou bom, marca a construção do racismo brasileiro, mas que não é aceita pelos negros, como Adirce apontou a mudança que penteado adquiriu ao longo do tempo, na sua época de escola as tranças representavam a marca de inferioridade, pois era discriminada por usar esse penteado, mas atualmente é visto como valorização da cultura negra, o penteado é usado como marca da identidade de crianças negra.

Com a aprovação da legislação federal as ações dos movimentos negros tiveram mais legitimidade como em ações como um projeto que procurava trabalhar a lei 10639/03 do Grupo de Estudos e consciência negra. “Nos Caminhos da Cultura Afro-brasileira”. Nele constava que o vinte de novembro contava com uma série de atividades culturais e desfiles de beleza.

A Fundação Zumbi dos Palmares, que recebe uma verba do município para suas despesas. Aparece no orçamento do município de Lei nº 4295, de 2014 com uma previsão de gasto com contratação de profissionais especializados na aplicação da lei. Além do profissional, o orçamento previa eventos culturais da FUMZUP dentre eles a Semana da Consciência Negra.

E a fundação foi criada pra isso. Pra atender à comunidade. Pra agregar a comunidade. Se você tivesse um projeto, que hoje não funciona assim, por exemplo, você pertence à escola fulana de tal. Olha, eu tenho um projeto aqui pra trabalhar, pra tirar a criança de rua, tal. Qual é o passo do projeto? O que que você precisa? Então isso, isso, leva lá na fundação e a fundação obrigatoriamente teria que correr atrás do recurso. Foi pra isso que ela foi criada. Pra agregar. O grupo de estudo precisa de um projeto. Que trabalhar com tirar as crianças da rua. Inclusive nós tivemos esse projeto no grupo de estudo.<sup>237</sup>

Além de aprenderem a tocar, os alunos teriam aulas de informática e digitação, como meio de os prepararem para o ingresso no mercado de trabalho.<sup>238</sup>

Então nós do grupo reunia as crianças, levava pro Palmeira Clube, que era o espaço que a gente tinha, e o Vicente Paixão trabalhava essas crianças na escola de samba. Mas pra essa criança ter acesso a esse projeto, ele tinha que ter nota boa lá na escola. Ele tinha que frequentar a escola, tinha que ter nota, tinha que ter comportamento, tinha que ter aquilo que você sabe que tem que ter um projeto dessa forma. Então geralmente a gente voltava, por a

<sup>236</sup> GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade. Ação educativa.[20..]. p. 3Disponível em:<<http://acaeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em 23 de jan. 2018.

<sup>237</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>238</sup> JORNAL DO PONTAL. Ituiutaba, nº 1359, 10 mai. de 2003, p.24 “Projeto promove cultura e profissionalização em Ituiutaba.”

gente estar numa escola de samba mirim, o menino tem que ter nota boa. Nós não trabalhamos na educação? Por que a escola de samba? Porque Rio de Janeiro tem escola de samba, a cultura, entendeu. Então isso trazia pra cá e lá na escola a gente trabalhava a valorização do menino negro. Que nessa época a maioria dos menininho era negra que pertencia à escola. Tinha branco? Lógico que tinha. Lógico que tínhamos branco. Não é? A gente não vai discriminar assim. Criança é criança.<sup>239</sup>

Outro dado é como a FUZUMP tem procurado promover a implementação da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no município<sup>240</sup>, por meio de parcerias, como a com uma instituição de curso superior que chega em 2007 na cidade de Ituiutaba o campus avançado da Universidade Federal de Uberlândia a Faculdade de Campus Integrado do Pontal-FACIP, que promove cursos, oficinas e seminários relacionados com a temática da formação para as relações ético-raciais.

---

<sup>239</sup> Adirce Maria, entrevista realizada em 20 agosto de 2016.

<sup>240</sup> JORNAL DO PONTAL. Ituiutaba, 07 mar. 2003. p.12. Palestra sobre a obrigatoriedade da lei 10639/03.

### **CAPÍTULO 3. “QUE FORMIGUINHA É ESSA QUE NÃO ANDA?” IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM DUAS ESCOLAS DE ITUIUTABA**

Neste capítulo no primeiro momento procuro relatar as ações das secretarias de educação do município de Ituiutaba diante da aprovação da lei federal 10639/03 que tornava obrigatório o ensino da História e Cultura da Afro-brasileira e Africana, nos estabelecimentos de ensino, ações estas que sinalizaram ou não para Implementação dessa legislação.

Em seguida apresento o ambiente escolar, local de trabalho das professoras de História. Descrevendo as características físicas desse lugar, bem como procurando perceber os aspectos políticos presentes em um dos seus documentos, o Projeto Político Pedagógico-PPP, que oferece pistas de qual tipo de currículo é ou pode têm a intenção de ser praticado nessas instituições. Imagino assim poder fazer emergir a cultura escolar destas instituições educacionais.

No próximo passo descrevo o perfil dessas profissionais colaboradoras a partir das informações coletadas de um questionário aplicado a elas, na sequência procuro dialogar com as falas dessas profissionais no sentido de ter uma compreensão de como desenvolviam seu trabalho, e se o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana esteve presente ou não nas suas práticas pedagógicas.

E por último descrevo as duas últimas atividades desenvolvidas por mim, no ano de 2017, como uma possibilidade de trabalho da História e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula.

#### **3.1 O papel das secretarias de educação**

Ao indagar as atribuições das secretarias de educação em relação a implementação da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, fez-se porque estas deveriam serem os órgãos responsáveis pela formação continuada dos professores, especialmente para que aqueles que não tiveram essa abordagem temática em seus cursos de formação inicial e pudesse tomar conhecimento e desenvolver trabalhos sobre a temática em suas salas de aula. A presença de um movimento negro atuante foi fundamental para o conhecimento da lei 10639/03 e de sua implementação em um desses órgãos na cidade de Ituiutaba.

O município de Ituiutaba conta com um centro de formação continuada para os professores, o CEMAP - Centro Municipal de Assistência Pedagógica e Aperfeiçoamento Permanente de Professores -, que oferece vários cursos para professores da rede municipal. A participação nos cursos não é obrigatória, mas garante pequenos benefícios na carreira do docente. Dentre os cursos oferecidos, um é sobre a temática da diversidade e, conta com formação voltada para a educação das relações ético-raciais.

Desde o segundo semestre de 2003 a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, já era um dos cursos a serem ministrados pelo CEMAP intitulado como a “Lei 10639: sua dimensão, perspectiva e possibilidades.”<sup>241</sup>

Nos jornais locais, as ações feitas pela Secretaria Municipal de Educação ou em parceria com outras instituições como a Fundação Zumbi dos Palmares, procuram passar uma impressão de que ela tem uma preocupação com a implementação da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.<sup>242</sup> Mas, uma das entrevistadas revelou que se existem ações dessa temática entre os cursos de formação no centro municipal, isso se deve às pressões do movimento negro local. No seu ponto de vista.

A secretaria municipal teve um leve papel, poderia ser feito mais. Quem teve o papel, se eu colocar pra você, entre a superintendência e o poder municipal, eu falo que o poder municipal ajudou mais. Não foi falta de cobrança. Não foi falta de cobrança. É falta mesmo de interesse deles. Do Estado, através da superintendência. Porque eu não vejo e não vi antes o interesse do Estado de Minas Gerais a implementar a lei 10.639. Eu não vejo. Muito pouquinho. Aqui, acolá.<sup>243</sup>

Na visão da entrevistada a secretaria de educação, deveria ter desempenhado um papel mais ativo na implementação da lei 10639/03 no município, desde 2003 como mencionamos há entre os cursos do CEMAP, um destinado implementação da lei federal, durante todo esse período teve somente duas formadoras que foram responsáveis por esse curso ambas militantes do movimento negro local, mesmo elas tendo cargos próprios dentro da secretaria de educação, o trabalho com a temática foi por conta das pressões do movimento negro perante as autoridades educacionais. Quando a prefeitura mostrava-se omissa em relação ao cumprimento da temática o movimento pressionava. Assim contou Adirce.

Aí mudou a política [...] Tem que colocar uma lá pra dar pelo menos a continuação, né, do trabalho da L. Ou você tá achando que eles chamaram algum. Chamou ó, gente! Nós estamos precisando. Lazara Maria, que é minha amiga. Nós estamos precisando de alguém pra trabalhar aqui dentro

<sup>241</sup> JORNAL DO PONTAL. Ituiutaba. n. 1419, 07 ago. 2003. p.2.

<sup>242</sup> JORNAL DO PONTAL. Ituiutaba. 14 mai. 2010. “Secretaria de Educação prepara professor e valoriza etnias.”

<sup>243</sup> Adirce Maria, entrevista realizada 20 agosto de 2016.

[...] Fizemos ofício! Fizemos ofício e no dia da apresentação, que tinha mais de quatrocentas pessoas, sei lá quanto lá no Hotel Bernal, nós entramos. Fizemos apresentação. Eu fiz abertura. E nós entramos com a força e a coragem e o peito cantando.<sup>244</sup>

A pressão de alguns membros do movimento negro local, fez com que a secretaria de educação tomasse medidas de promover um curso de formação continuada para a implementação do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em documentos voltados para a educação como Plano Decenal de Educação do Município,<sup>245</sup> há menções que demonstram a presença de ações de antirracismo a serem adotadas na educação municipal como: a erradicação a todas as formas de discriminação, garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Na busca de informações em relação ao papel da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, órgão da secretaria estadual de educação, conversei com duas superintendentes. Uma delas, que ficou por mais de 15 anos à frente da Superintendência, Adelina de Jesus<sup>246</sup>, me disse que superintendência não teve qualquer ação no sentido de promover uma formação continuada de professores que pudesse contribuir para a implementação da lei 10639/03, mesmo tendo pressões por parte de militantes do movimento negro local, para fazer parte do quadro de funcionários do órgão e promover essa ação dentro da superintendência.

As ações promovidas por essa instituição foram na sua maioria em parceria com a secretaria municipal ou pequenos eventos como palestras ou algum encontro para que os professores tomassem conhecimento da temática. A atual superintendente, Vicentina Maria dos Santos<sup>247</sup>, disse que o trabalho com a lei 10639/03 é desenvolvido nas escolas, mas também não nos informou nenhuma ação no sentido de formação continuada para os professores em relação ao ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Durante nossa conversa ela me relatou um caso de racismo que teria presenciado, quando era diretora de uma escola da rede municipal. Segundo ela, uma aluna branca ingressante na pré-escola que nunca tinha frequentado uma escola, ao chegar na sala de aula pela primeira vez e notar que sua professora era negra, teria tido uma atitude inesperada, negando-se a permanecer na sala porque a docente era preta, não tendo como contornar a situação, a mãe foi chamada para levar a filha embora, atitude essa que repetiu-se por alguns dias. O fato da aluna não querer ter

---

<sup>244</sup> Adirce Maria, entrevista realizada 20 agosto de 2016.

<sup>245</sup> IUIUTABA. **Plano Decenal Municipal de Educação de Ituiutaba-MG**. 2015.

<sup>246</sup> Nome fictício.

<sup>247</sup> Nome dictício.



uma professora preta, revela a presença do racismo na nossa sociedade, quando a criança chega na escola traz todos os valores, não sabe reconhecer as diferenças raciais. Já que a criança não queria ter uma professora com a cor da pele diferente da sua, atitudes como essa nos mostra a importância do trabalho do professor na sala de aula para desconstruir estereótipos. Segundo Siman,<sup>248</sup> antes de nossos alunos entrarem na escola, eles já constroem representações e experimentam formas de discriminação social e cultural dos diversos grupos presentes na sociedade. A estudiosa considera que as representações não devem ignoradas e que os professores precisam conhecer essas representações.

Após a aprovação da lei 10639/03 a secretaria estadual iniciou algumas ações como

[...] em Minas Gerais, foi constituído o Pró-afro, posteriormente Afrominas, projeto de valorização da cultura afro-brasileira na escola pública, da Secretaria Estadual de Educação, cujas ações visam ampliar e fortalecer a educação como instrumento de promoção social, de cidadania e implementar uma política estadual de educação para erradicação do racismo no ambiente escolar.<sup>249</sup>

No centro de referência virtual do professor - CRV,<sup>250</sup> atualmente esse projeto tem a denominação de Afroconsciência, com vários materiais online a disposição dos professores sobre legislação do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, diretrizes curriculares, projetos desenvolvidos nas escolas e as caminhadas pela igualdade racial, formação de professores de Belo Horizonte, e ações como Projeto Ubuntu que vai subsidiar a iniciação científica com alunos do ensino médio, nesse ano de 2018.

Dessa forma, pode-se dizer que essas ações da secretaria estadual mostram-se tímidas com relação a medidas de uma educação inter-racial e antirracista visto que essas formações não são desenvolvidas no interior do estado mineiro, portanto não alcança todas as regionais de ensino. Segundo Filice<sup>251</sup>, atitudes de omissão dos gestores da educação para com a implementação da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, podem ser interpretadas como as visões de mundo, que não reconhecem ou negam o racismo presente na sociedade brasileira.

<sup>248</sup> SIMAN, Lana Mara de Castro. Representação e Memórias Sociais Compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da História. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n.67set./dez. p.348-365. 2005

<sup>249</sup> BRAGA, Alexandre Francisco. Educação Afro-Indígena: caminhos para a construção de uma sociedade igualitária. **Cadernos da Escola do Legislativo**. p. 158. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/20/capitulo\\_cinco.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/20/capitulo_cinco.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2017.

<sup>250</sup> Disponível em: <[http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/index2.aspx?id\\_objeto=23967](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index2.aspx?id_objeto=23967)>. Acesso em: 03 nov. 2017.

<sup>251</sup> FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: cultura na implementação de políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2011.p.12.

No seu Plano Decenal de Educação do Estado de 2010 a 2020 <sup>252</sup> não consta qualquer menção as temáticas das relações étnico-raciais ou medidas antirracistas. Isso significa pouca atenção, do Estado mineiro para as questões relativas à desigualdade, diversidade e ao final à própria cidadania.

Pelas fontes que tive acesso pode-se concluir que a implementação da lei 10639/03 no município de Ituiutaba por órgãos educacionais acontece somente na secretaria municipal de educação, tal fato deve-se a atuação do movimento negro local e ações de professores, que demonstraram terem um histórico uma luta por direitos e reconhecimento de uma História e Cultura Afro-brasileira e africana, anteriormente a legislação nacional que mudou a um artigo 26 A da LBD lei máxima da educação brasileira.

### **3.2 Perfil das escolas e o ensino de História dos Projetos Políticos Pedagógicos**

Uma das escolas em que duas profissionais entrevistadas atuaram é Escola Municipal Manuel Alves Vilela, localizada na Avenida Niterói nº 230 Pirapitinga - Ituiutaba-MG. Consta em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que este é um bairro da periferia da cidade, e que nome da instituição foi escolhido pela Câmara Municipal de Ituiutaba, em homenagem a um fazendeiro de Alto do Carmo, atualmente Campo Alegre. Lugar em que escola funcionava inicialmente, desde 1966. A transferência para a zona urbana foi em 1980. Mas, somente a partir de 1998, é que ela passou a funcionar no prédio atual, quando ocorreu a municipalização de uma escola estadual que funcionava no prédio.

A escola conta com acessibilidade, biblioteca, acesso à internet, com laboratório de informática e 20 computadores disponíveis aos alunos, 20 salas, 91 funcionários, uma diretora, 2 vice- diretores, 5 especialistas, 32 professores efetivos e 18 contratados, um auxiliar de biblioteca, uma secretaria.

Oferta todas as fases do ensino fundamental, desde a educação infantil, do 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos – EJA Fundamental. Funciona em três turnos, com uma média de 780 alunos, destes 277 estão matriculados no ensino fundamental Anos Finais, esses alunos são tanto da zona urbana quanto rural, descritos como “filhos de famílias com carentes afetivas e financeiras, pais desempregados ou com um jornada arrojada de trabalho.”<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> BELO HORIZONTE. **Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte - MG. 2010.

<sup>253</sup> Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Manuel Alves Vilela 2016. Porém, no documento não há qualquer parâmetro que justifique a conclusão a carência afetiva dos alunos. Dessa forma, tal constatação não

Os dados do questionário aplicados aos alunos no ano de 2015 na Prova Brasil, dos 57 respondidos, autodeclararam-se 16 brancos, que corresponde a 28%, 29 pardos representando 51%, 4 pretos correspondendo a 7%, 2 amarelos representando 2%, nenhum indígena e 6 não souberam como autodeclarar-se representando 11%. Mesmo sendo dados de um único ano escolar do ensino fundamental Anos Finais nos permite ter uma dimensão raça/cor dos alunos que são atendidos pela instituição, já que se trata do último ano de ensino oferecido pela escola. Se considerarmos a metodologia do IBGE que agrupa os dois grupos pretos e pardos, denominando-os de negros, então a maioria dos alunos que cursavam o 9º era constituída por negros, esses dados corresponderiam a 58% do total de alunos que responderam o questionário.

A outra instituição em que as outras duas de nossas depoentes trabalharam é a Escola Estadual Coronel Tônico Franco de 1º e 2º Graus<sup>254</sup>, localizada Av. Cônego Ângelo Tardio Bruno, nº 375, Bairro Platina, um dos bairros antigos da cidade. Criada em 1965 ofertava somente o ensino fundamental Anos Iniciais, à época nomeado de 1º Grau. A partir de 1985 passa a oferecer o ensino médio designado de 2º grau e cursos técnicos como contabilidade e magistério. A escola funcionava em dois prédios alugados um pelo Estado e outro cedido pela paróquia local, ambos situados à Rua Isaías Andrade de Souza, sem número. Em 1971, realizou-se a inauguração das novas instalações no prédio atual<sup>255</sup>.

O nome da instituição foi em homenagem ao Senhor “Antônio Domingues Franco”, Tônico Franco – prefeito em Ituiutaba no período de 1919 a 1922 e 1925 a 1926. Nascido na cidade de Ituiutaba em 9 de maio de 1866. De uma família tradicional de Ituiutaba, de produtores rurais. Tônico Franco teria se dedicado à pecuária de corte. Descrito como impulsionador do ensino primário na cidade de Ituiutaba, criador do primeiro cemitério municipal, e pela canalização de uma nascente, onde hoje é o centro, e teria instalado a iluminação pública na cidade.

A escola conta com 17 salas, laboratório de informática e 22 computadores disponíveis para os alunos, biblioteca, acesso à internet banda larga. Um diretor, 3 vice-diretores, 3 especialistas, 39 professores efetivos e 15 designados, um secretário, 3 auxiliares de biblioteca.

Há três anos a escola oferece somente o ensino fundamental Anos Finais, ensino médio, EJA Médio e no último ano cursos técnicos como informática e administração. Pelo

---

tem legitimidade, pois o simples fato de ser pobre não significa que não são amados ou desprovidos de afeto familiar.

<sup>254</sup> Trabalho nesta instituição há 10 anos.

<sup>255</sup> Informações coletas pelo Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Tônico Franco 2014.

fato de ter deixado de oferecer o ensino fundamental dos Anos Iniciais, houve uma grande diminuição no número de alunos no ensino fundamental Anos Finais na escola. Atualmente funciona nos três turnos, com uma média de 900 alunos, sendo que 270 estão matriculados no ensino fundamental Anos Finais. Os dados do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE)<sup>256</sup> demonstram que 3% dos alunos são da zona rural, menos de 3% utilizam transporte público, o nível sócio econômico dos alunos avaliados na escola é alto.<sup>257</sup> Em relação a cor/ raça, 44,59% declararam serem da cor branca, 45,87% da parda, 4,49% preta, e 5,05% não declararam.<sup>258</sup>

Já dados da Prova Brasil de 2015 que de 26 questionários aplicados desses 24 foram respondidos, 9 estudantes do 9º declararam-se branco, correspondendo a 39%, outros 39% declaram-se pardos no total de 9 estudantes, 1 estudante negro que correspondeu a 4%, nenhuma declarou-se amarelo, 1 aluno declarou-se indígena que correspondeu a 5%, e 3 estudantes souberam como autodeclarar-se correspondendo a 13%. Apesar do número de negro e indígena ser igual na autodeclaração, na porcentagem dos dados o negro ficou com 1 a menos que o indígena. E se considerarmos os dados do SIMAVE que traz os dados de autodeclaração da escola toda, e da prova Brasil, e utilizarmos o critério do IBGE de considerar pretos e pardos novamente temos a maioria dos alunos da escola de negros.

### 3.2.1 O ensino de História e os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas

A história tornou-se uma disciplina obrigatória no Brasil, no século XIX, quando se buscava a afirmação do Estado Nacional, nos seus primeiros tempos ela era dividida entre uma história religiosa, que tinha como base as escrituras sagradas, e outra tida como história da civilização, fundamentada na história francesa.<sup>259</sup>

Uma história do Brasil, só teria surgido no final do século XIX, marcada pelo viés político, cronológico e de biografias de brasileiros “importantes”, e fatos que pudessem consolidar a nacionalidade brasileira. Com essa finalidade é criado o Instituto Histórico e

<sup>256</sup> Sistema Mineiro de Avaliação, que avalia o ensino das escolas públicas, esses dados são referentes ao ano de 2015, foram avaliados alunos dos anos finais da cada uma das fase do ensino básico, 9º e 3º ano do Ensino Médio

<sup>257</sup> Conhecendo a realidade dos alunos que frequentam essa instituição, esses dados não correspondem as suas realidades, a maioria dos pais são trabalhadores do comércio local ou de empresas da cidade, visto que ela recebe alunos da outra instituição que apresenta sua clientela é de baixa renda.

<sup>258</sup> Dados do SIMAVE 2015, na página da escola. Disponíveis em: <<http://monitoramento.caedufff.net/#/indicadores/pagina-escola?idInstituicao=31196533&idParticipante=2>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

<sup>259</sup> MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania porque ensinar história hoje? In: SOIHET, Rachel & ABREU, Martha. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p. 168-169.

Geográfico Brasileiro- IHGB, que tinha o propósito de detectar as origens do país, e colaborar para a formação de uma identidade nacional homogênea.<sup>260</sup>

As primeiras críticas quanto a esse tipo de ensino história surge em 1930 com o movimento da Escola Nova, que questionava o estudo do passado, caracterizado pela memorização, focado na política, no nacionalismo e militarismo. Mas apesar das críticas, essa tendência historiográfica denominada de tradicional iria permanecer sendo ensinada nas escolas brasileiras por algumas décadas.

Durante o período da ditadura militar de 1964-1984, o ensino de história também foi objeto de manipulação, fragmentação e fusão nos chamados Estudos Sociais que reunia as disciplinas da História e Geografia, marcado por um ensino tecnicista, despolitizado e sem reflexão, a história tornou-se uma disciplina da memorização de fatos, data e pessoas heroicas. Nossa História está cheia delas, quase todos, homens e brancos.

Com a abertura política do regime militar, no contexto de redemocratização a década de 1980, seria marcada por mudanças em todos os sentidos, momento de retomada dos direitos civis, os movimentos sociais fervilhando em busca de direitos, dentre eles fazerem parte da Clio, que não poderia mais ser um conhecimento somente de um povo. Assistimos assim uma reconfiguração no ensino de história, com reformas curriculares em vários estados brasileiros como São Paulo e Minas Gerais, que “incorporaram a preocupação com um ensino de História que superasse a memorização dos conteúdos e unicidade de discurso.”<sup>261</sup>

A reforma em nível nacional viria na década de 1990 com a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que tinha como objetivo formar cidadãos críticos e contribuir para a construção da identidade, pensada além da questão nacional, pois era preciso enfrentar a questão do nacional e global.<sup>262</sup> Dessa forma, a mudança curricular não foi exclusiva do Brasil, vários países do mundo fizeram reformas educacionais em função da globalização econômica.<sup>263</sup> Felice analisa esse contexto:

As tendências, a partir da década de 1990, sinalizam para transformações efetivas nas relações sociais e culturais. A internacionalização da economia, a globalização da comunicação e o desenvolvimento tecnológico afetam o campo social e educacional. Em contrapartida, paralelamente ao processo de

<sup>260</sup> MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania porque ensinar história hoje? In: SOIHET, Rachel & ABREU, Martha. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p.169.

<sup>261</sup> CARVALHO FILHO, Roper Pires. Ensino de História: políticas curriculares, cultura escolar, Saberes e práticas docentes. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 2, jul./dez. 2012. p.87.

<sup>262</sup> MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania porque ensinar história hoje? In: SOIHET, Rachel & ABREU, Martha. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.p. 174

<sup>263</sup> CARVALHO FILHO, Roper Pires. Ensino de História: políticas curriculares, cultura escolar, Saberes e práticas docentes. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 2, jul./dez. 2012. p.89.

disseminação dos valores dominantes de acordo com as regras do mercado financeiro, grupos, associações, organizações, entidades de classe, uma gama de sujeitos coletivos vêm promovendo agrupamentos de múltipla naturezas, cultural, religiosa e étnica, evitando a assimilação cultural, política e social e impulsionando outros movimentos em direção às identidades, culturas e valores que lhes são significativos. Eles exigem participação nas instâncias de poder e colocam em xeque os percursos pensados, a priori, pelo Estado e/ou pelo setor privado, em benefício do mercado.<sup>264</sup>

Dessa maneira, os documentos educacionais desse período visaram responder as reivindicações dos diversos grupos sociais, que buscam afirmação de suas identidades e reconhecimento de suas diferenças étnico-culturais, questionando o tratamento que o Estado vinha dando as suas demandas e exigiam a participação nos governos para que pudessem ter seus direitos atendidos. Nesse panorama não é mais possível pensar e praticar um currículo que atendesse a uma única identidade, mas e que pudesse atender as diferenças.

Hall aponta que a globalização traz um conceito de identidade mais plural para o sujeito pós-moderno, deixando de lado a identidade fixa e permanente de outros períodos.<sup>265</sup> Ele defende que identidade nacional, “não são coisas com as quais nascemos, mas formadas e transformadas no interior da representação”<sup>266</sup> é uma comunidade imaginada, para ele não existe uma identidade única, mas identidades culturais que são híbridas feitas por um conjunto de outras.<sup>267</sup>

Tomaz Tadeu da Silva estudioso das teorias do currículo esclarece a relação entre identidade e diferença.

Na teoria social contemporânea, a diferença, tal qual como a identidade, não é um fato, nem uma coisa. A diferença, assim como a identidade, é um processo relacional. Diferença e identidade só existem numa relação de mútua dependência. O que é (a identidade) depende do que não é (a diferença) e vice-versa.<sup>268</sup>

Nesta perspectiva, é possível pensar a relação das identidades e alteridade, Pensavento coloca que o trabalho do Historiador é sempre o “dar a ver um Outro, resgatando uma diferença.” Na “História cultural importa resgatar como a diferença é percebida e representada pelos homens. [...] A produção de identidades, no caso, é sempre dada com relação a

<sup>264</sup> FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: cultura na implementação de políticas públicas.** Campinas: Autores Associados, 2011, p.31.

<sup>265</sup> HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 10.

<sup>266</sup> Ibidem p. 48

<sup>267</sup> Ibidem p. 69

<sup>268</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento e Identidade: Uma introdução as teorias de currículo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005, p.101.

alteridade com a qual se estabelece relação.” Considera que é importante perceber como se constrói essa diferença.<sup>269</sup>

A identidade e alteridade são múltiplas, a alteridade é minha relação com o Outro, através da representação são construídas as identidades, assim como é possível perceber como o outro foi representado em outras temporalidades, que refletem na realidade atual. Sendo assim as identidades são plurais e precisam estar representadas nos documentos curriculares. Por entender que

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja a nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.<sup>270</sup>

Por não ser um documento neutro, o currículo expressa os interesses de grupos que detém determinado poder na sociedade e desejam manterem seu status. Com a expansão do ensino, e dos movimentos de crítica e resistência, o currículo passa ser objeto de contestação, pois o mesmo deve prestigiar os vários grupos que compõe a sociedade brasileira.

Neste contexto insere-se a lei 10639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, sendo uma das maiores conquistas dos movimentos negros, no campo da educação trouxe uma mudança curricular, em relação aos estudos das populações negras e africanas que teriam suas histórias e culturas presentes nos currículos escolares.

Dentro desta ótica procurou-se perceber nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas as mudanças curriculares empreendidas no ensino de história e de reconhecimento e valorização das culturas afro-brasileiras e africanas.

No PPP<sup>271</sup> da Escola Municipal Manoel Alves Vilela, consta que os objetivos, finalidades e princípios de educação foram elaborados com base nas legislações federais, LDB 9394/96 e PCNs, “baseando-se sempre na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, a tolerância, o pluralismo cultura, e social”.

O currículo pedagógico do ensino fundamental, Anos Finais, organizado conforme a LDB, com os componentes obrigatórios e a parte diversificada estão especificadas no documento consta no que a finalidade do ensino de História do Brasil “levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias na formação do povo brasileiro, especialmente as de natureza indígena, africana e europeia”. E faz uma referência a lei 11645/08 “Cultura

<sup>269</sup> PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. P. 89-90.

<sup>270</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento e Identidade**: Uma introdução as teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005, p.150.

<sup>271</sup> Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Manuel Alves Vilela. 2016

Afro-brasileira: os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileira e indígena serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Artes, Literatura e História Brasileira”. Dentre as ações e estratégias da escola, consta “Mobilizar a comunidade para os movimentos afro-brasileiros.”

No PPP<sup>272</sup> da Escola Estadual Coronel Tonico Franco consta que foi elaborado de acordo com Educação Nacional, e que sua finalidade e princípio básico consiste

[...] no respeito, a responsabilidade e a valorização do outro, resgatando potencialidades, num compromisso profissional único de formação integral de nossos alunos. O trabalho é direcionado a compreensão do sentido da vida, na elaboração consolidada e saudável de conhecimentos e de vivências que lhes proporcionem a alegria de viver, de amar e de servir, na busca de sua auto-realização.<sup>273</sup>

O currículo pedagógico do ensino fundamental e médio está organizado de acordo com a Base Nacional Comum, com os componentes obrigatórios e a parte diversificada estão especificadas no documento componente de História dentro dos quatro os objetivos descritos, somente um faz referência aos povos “compreender o processo de formação dos povos, suas lutas sociais e conquistas, guerras e revoluções, assim como cidadania e cultura no mundo contemporâneo” sem fazer referência a etnia ou raça dos povos estudados, e nem menciona o a lei 10639/03 que modificou artigo 26 A da LDB que estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana nas instituições escolares.

A única menção referente a cultura afro-brasileira e indígena aparece entre as atividades socioculturais, que podem ser trabalhadas a partir de projetos ou atividades de datas comemorativas dentre essas datas aparece o 13 de maio como o dia da Abolição, o dia 20 de novembro não aparece entre as datas e que o trabalho com cultura afro-brasileira e indígena vai permear todo o trabalho educativo.

Constata-se assim pelos documentos que o ensino da História e cultura afro-brasileira faz-se mais presente no PPP da escola municipal do que na estadual, ao colocar a legislação entre os princípios de todo seu currículo escolar, revelando que em termos do documento escolar tem-se a pretensão do cumprimento da legislação, e ao estabelecer entre suas ações o diálogo com os movimentos afro-brasileiros, subtende-se que sejam os locais, contribui para a interação entre os movimentos negros e a escola. Já o PPP da escola estadual o ensino da história e da cultura africana não é mencionado, nota-se que a escola adota uma posição de timidez e/ou omissão em relação à lei 10639/03, sendo feita a referência somente do ponto de vista cultural dos povos afro-brasileiras e indígenas, além do dia 13 de maio ser celebrado como o dia da Abolição,

<sup>272</sup> Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Tonico Franco. 2014

<sup>273</sup> Ibidem.



desconsiderando que para os movimentos negros essa data foi ressignificada como o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. Essa postura corrobora com a constatação de Santomé em relação aos currículos:

Basta observar as disciplinas dos distintos cursos e níveis do sistema educacional e seus correspondentes temários para logo darmos conta do tipo de cultura que a escola valoriza contribui para reforçar, ao mesmo tempo que também podemos observar ausências, ou seja, tudo aquilo que essa mesma instituição não considera como merecedor de ocupar a sua atenção.<sup>274</sup>

Desta maneira, as escolhas adotadas nos currículos das escolas dizem o que e como elas vão ensinar. Ambos os documentos das escolas apontam o tipo de ensino de história e a base curricular que adotam essas instituições.

Pelos PPPs é possível notar que o ensino de história a ser praticado nessas instituições é o que tem como base os PCNs, isto está explícito no documento da escola municipal. Embora, a escola estadual não tenha explicitado, em seu texto os princípios e objetivos são dos PCNs, apesar de mencionar a “flexibilidade na seleção dos conteúdos, prevaleceu a afirmação de uma estrutura de organização curricular hierarquizada e centralizador”<sup>275</sup> na forma como eles poderão ser concretizados na sala de aula.

Desse modo, embora apresente limitações “a proposição de se organizar o ensino de História com base em eixos temáticos é uma evidência da influência das novas tendências historiográficas, especialmente da Nova História Cultural”, considerando a cultura como ser e agir dos diversos grupos sociais a serem estudados.

A perspectiva cultural também mencionada por Hall ao afirmar que a cultura assume a centralidade no contexto da globalizado, “sugere é que cada instituição ou atividade social gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas - sua própria cultura.”<sup>276</sup> Assim é entendido que cada uma das instituições escolares aqui mencionadas nesta pesquisa possuem uma cultura escola.

O conceito de cultura escolar que compartilho é o de Dominique Julia como objeto histórico estabelece que:

[...] a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses

<sup>274</sup> SANTOMÉ, Jurjo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na Sala de Aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 161

<sup>275</sup> MACEDO NETO, Manoel Pereira. Parâmetros Curriculares Nacionais de História: desafios e possibilidades da história ensinada na educação básica. **Revista História em Reflexão**: UFGD, Dourados, v.3, n.6, jul/dez., 2009, p. 3.

<sup>276</sup> HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, 1997. p.13.

comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).<sup>277</sup>

Dessa forma, conhecer as narrativas de professoras que trabalham nessas instituições pode nos possibilitar conhecer as práticas escolares desenvolvidas por elas, considerando os currículos que são adotados nos documentos das escolas e outras normalizações e práticas que fazem parte da cultura escolar dessas instituições. Essas práticas são compreendidas aqui como táticas.<sup>278</sup> Com elas conseguimos perceber como os sujeitos agem no seu cotidiano, recebendo normas que lhes são impostas, porém não as reproduzem da forma como lhe são impostas. Sendo assim, elas cumprem as metas, mas não as que lhe são determinadas; as usa de acordo com os seus interesses.

Assim, considero que o currículo e as normas das escolas não são algo estático, mas que podem praticados ou não pelas professoras de maneira como agem ou deixam de agir em suas práticas cotidianas da sala de aula.

### **3.3 Perfil das entrevistadas e a escolha pela História**

A pesquisa contou com colaboração de quatro professoras que trabalham ou trabalharam no Ensino Fundamental, Anos Finais, procurou-se perceber as mudanças e permanências diante da lei federal 10639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no ensino fundamental e médio, nas instituições públicas e privadas. Duas colaboradoras encontravam-se já afastadas da sala de aula esperando aposentadoria, e duas na ativa na docência uma com quinze anos e outra com seis anos na profissão. Por que entrevistar professoras que já se encontravam quase no fim da carreira? Porque elas trabalharam mais tempo antes da legislação e quando a mesma foi aprovada ainda estavam na ativa, portanto, vivenciaram esse período de transição entre a inexistência de uma legislação que obrigasse que o ensino de História da África e da cultura Afro-brasileira fosse uma temática em suas aulas, e depois como lidaram com a questão da temática ter tornando-se uma obrigatoriedade.

---

<sup>277</sup> JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista brasileira de história da educação**, n.1, jan./jun. 2001, p.10-11.

<sup>278</sup> CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 100.

Todas as experiências de sala de aula das colaboradoras são de escolas públicas, sendo duas de uma escola municipal, uma na ativa e outra estava em ajustamento pedagógico,<sup>279</sup> e duas de uma escola estadual, tendo uma na ativa e outra afastada para aposentadoria. Porque a escolha pelas escolas públicas? Por serem as redes que mais recebem alunos.<sup>280</sup> O objetivo de entrevistar duas de cada rede, foi no sentido de perceber se existe diferença na maneira de trabalhar a temática, pois cada uma tem sua própria cultura escolar.

Na perspectiva de traçar um perfil de nossas entrevistadas, elas responderam um questionário relacionado com sua vida profissional e pessoal. Por essas respostas, obtive as seguintes características: as duas que aguardavam na época pela aposentadoria tinham mais de 60 anos de idade. E as outras da ativa tinham mais de 40 anos de idade. Três se autodeclararam-se brancas, e uma declarou ser negra. Todas formadas em História, três fizeram especializações relacionadas à educação e uma com História, e atuaram ou atuam no ensino fundamental, Anos Finais. As duas professoras aposentadas, responderam terem se graduado em mais de uma graduação.

Professora Saan tem 43 anos de idade, casada, tem dois filhos, natural de Ituiutaba, autodeclarou-se preta, reside no Bairro Brasil em Ituiutaba, é formada em Estudos Sociais e História e possui uma especialização em supervisão, trabalha como docente desde 2001, na rede pública de ensino estadual, atuou na Escola Estadual Coronel Tônico Franco, lecionando História no fundamental, Anos Finais e Ensino Médio.

Professora Ilza tem 68 anos, natural da cidade de Grupiara- Minas Gerais, divorciada, tem 3 filhos, autodeclarou-se branca, reside no Bairro Jardim do Rosário em Ituiutaba, formada em Pedagogia e História, com especialização em História dos Sistemas Econômicos e Sociais, atuou por mais de 30 anos como docente de História, encontrava-se afastada da sala de aula para aposentadoria, trabalhava na rede estadual, no ensino fundamental e médio. Trabalhou na Escola Estadual Coronel Tônico Franco.

Professora Lourdes tem 52 anos, natural da cidade de Goiânia – Goiás, solteira, tem dois filhos, autodeclarou-se branca, reside no bairro Gardênia em Ituiutaba, formada em História, tem uma especialização em PROEJA, atua como docente de História desde 2009 na

---

<sup>279</sup> Afastada da sala de aula, mas desenvolvendo outras atividades na escola. Consta no site do servidor que é “Quando o servidor apresenta uma doença que reduz sua capacidade para o trabalho de forma que não consiga exercer as atividades do seu cargo original, mas possa ainda exercer outras atividades, ele pode ser ajustado de função”. Disponível em: <<https://www.portaldoservidor.mg.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/pericia-medica-e-saude-ocupacional/ajustamento-funcional>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

<sup>280</sup> Número de alunos matriculados no ensino fundamental, Anos Finais, segundo dados do censo

rede pública estadual e municipal, no ensino fundamental II, suas experiências referem-se a Escola Municipal “Manuel Alves Vilela.”

Professora Zilá, tem 62 anos, natural de Ituiutaba, casada, tem dois filhos, autodeclarou-se branca, reside no Setor Norte em Ituiutaba, formada em História e Geografia, tem especialização em educação, encontrava-se afastada da sala de aula, atuou por mais de 25 anos como professora de História na rede municipal, no ensino fundamental II, trabalhou na Escola Municipal “Manuel Alves Vilela”.

As entrevistas tiveram como foco os seguintes aspectos: a escolha da profissão, Conhecimento da lei e relevância, forma de orientação sobre a lei e estudo; prática pedagógica e materiais; dúvidas e anseios, comportamento e sentimento dos alunos. Os quais serão apresentados a seguir.

### 3.3.1 A escolha pela disciplina: tornar-se e ser professor de História

A escolha da profissão é uma fase importante da vida do indivíduo, pois será às vezes o ofício que exercerá durante toda sua vida profissional, esse é também um aspecto para identificar o tipo de profissional que atuou ou atua na sala de aula, as razões que as levaram a decidir pelo magistério, contribuem para que possa-se conhecer seus referenciais e escolha pela docência. Dessa forma Fonseca nos fala: “Não podemos deixar de reconhecer a heterogeneidade, as singularidades, as histórias de vida, a diversificação, as identidades e as diferenças de professores e alunos no mundo globalizado e multicultural.”<sup>281</sup>

Duas entrevistadas disseram que escolheram a profissão por livre e espontânea vontade. E duas falaram que foi por falta de oportunidade, de fazerem o que queriam, pois desejavam fazer outro curso. Zilá nos disse “Falta de opção. Que eu queria fazer Medicina, como aqui em Ituiutaba não tinha e minha condição financeira não permitia, eu fiz o que eu mais me assemelhava. Aí eu fiz História.”<sup>282</sup>

Lourdes também gostaria de ter feito outro curso.

Foi opção. Mas ao mesmo tempo foi falta de opção. Porque na época, na verdade eu queria Geografia, mas não tinha. Só que geografia e história sempre foram as minhas matérias preferidas. Então, não tendo Geografia, optei pela História. Sempre gostei também.<sup>283</sup>

<sup>281</sup> FONSECA, Selva Guimarães. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas, **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 91, n. 228, p. 390-407, maio/ago. 2010, p.400.

<sup>282</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

<sup>283</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015

As duas que disseram ter escolhido porque não tiveram a oportunidade de fazer os cursos que desejavam, pois os mesmos não eram oferecidos na cidade, Lourdes aponta que havia uma simpatia pela disciplina, por isso acaba optando por História. Zilá foi enfática em afirmar que a disciplina não era a sua escolha, mas que acaba decidindo pela pelo curso por condições financeiras, e diz ter escolhido a que mais se assemelhava, mas a História não é uma disciplina tão semelhante à Medicina, talvez ela quisesse dizer que é a que mais se assemelhava pelas suas escolhas e gosto.

Já a professora Ilza relatou. “As questões relacionadas com o homem, sua trajetória, os fatos que o envolvem na sociedade, um contexto geral.”<sup>284</sup> A professora Saan disse.

Eu passei a gostar de História quando eu estava no ensino médio, que eu tinha um professor que era o Tadeu, e aí ele começou a me mostrar, de acordo com o livro didático, fazendo comparação da História com a nossa realidade atual, aí eu passei a gostar de História.<sup>285</sup>

A professora Ilza foi bem sintética ao falar sobre sua escolha, buscando o seu entendimento do que seria a História, para justificar sua escolha, não colocando suas opções pessoais, mas o objetivo da disciplina. Saan foi a única que disse ter escolhido a disciplina por gosto, nos revelando a importância de sermos um referencial para os nossos alunos, as aulas do professor de ensino médio que sabia como relacionar os conteúdos do livro didático com a realidade de seus alunos, fez com ela pudesse compreender e se interessar pela História.

Essa é uma habilidade que poucos de nós professores de História conseguimos desenvolver em nossas aulas, pois muitas vezes somos questionados para que serve esse conteúdo, no que ele muda na vida do aluno, na realidade dele, nos revelando a dificuldade de saber relacionar o conteúdo com a vivência de nossos alunos. Pode-se dizer que os professores que conseguem desenvolver essa habilidade se tornam referenciais para que seus alunos escolham a disciplina e possam ser bons professores. Dessa forma concordo com Silva Júnior e Sousa

Analisar a história da formação inicial de professores pode nos oferecer subsídios para refletir sobre a construção da identidade docente. Entendemos que o ser, o formar-se professor, está intimamente relacionado ao conceito de profissionalização que envolve condições de trabalho, carreira regulamentada e formação.<sup>286</sup>

---

<sup>284</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016

<sup>285</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016

<sup>286</sup> SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes & SOUSA, José Josberto Montenegro. Ser e Tornar-se Professor de História: Um estudo em escolas no meio rural e urbano. **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 3, set./dez. 2015, p. 901.

Outro questionamento foi se gostavam de atuar em sala de aula, três disseram sim, outra admitiu que sua prática se faz pelo profissionalismo, mas nem por isso deixa de fazer um bom trabalho. Esse questionamento está ligado à escolha, as professoras que disseram ter escolhido por falta de opção disseram que gosta de forma bem simples e sucinta “Sim. Apaixonada”<sup>287</sup> sem nos dar maiores detalhes de como é atuar na profissão.

A Professora Saan assim narrou: “Sim, me sinto realizada dentro de sala de aula. Ainda mais quando a gente tem determinados alunos que reconhece a gente depois, chega até a gente e agradece a gente pelo ensinamento, de ter compartilhado com eles.”<sup>288</sup>

A Professora Zilá disse: “Olha, eu sou sempre muito sincera. Eu dou aula por profissão. Mas tudo que eu fiz eu procurei fazer da melhor forma possível e eu gostava sim. Eu dava muito amor e minhas aulas eram sempre muito diversificadas.”<sup>289</sup>

Os relatos de Saan e Zilá nos dão pistas de como a escolha interfere em suas práticas em sala de aula, Saan que decidiu estar na profissão por ter tido um professor como referencial, consegue ser uma referência para seus alunos, que reconhecem que adquiram conhecimento com ela. Zilá, já nos fala, que exercer a docência não envolve somente escolha, mas que é uma profissão que se aprende a desenvolver, e já que tinha que desempenhar esse trabalho procura fazer de forma que não fosse algo maçante, mas de forma diferenciada para que pudesse chamar atenção de seus alunos para que eles se interessassem pelo conteúdo. Fonseca nos aponta que:

No jogo relacional entre os sujeitos professores e alunos, as pesquisas da área têm focalizado: as relações interpessoais; o respeito, a aceitação e a valorização das diferenças entre os alunos; o trabalho em parceria em oposição às relações verticais; a construção da autonomia; a sempre destacada motivação para o estudo, a aprendizagem e o desenvolvimento do prazer de aprender e também de ensinar – vemos aí que as dimensões afetivas e éticas são ressaltadas.<sup>290</sup>

### 3.4 Conhecimento da lei e relevância de seu ensino

Todas relataram que tem conhecimento da lei 10639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e particulares, no ensino básico. Segundo Ilza “Tivemos. Fizemos uma preparação, fizemos vários trabalhos na

---

<sup>287</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016

<sup>288</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016

<sup>289</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015

<sup>290</sup> Fonseca, Selva Guimarães. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas, **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 91, n. 228, p. 390-407, maio/ago. 2010, p. 402.

sala de aula no ano seguinte, em prol dessa questão.”<sup>291</sup> Saan disse que “Sim. Eu recebi a lei, né, que veio numa cartilhinha pra mim. De uma amiga minha de Brasília que mandou pra mim. Aí que eu tive conhecimento da lei.”<sup>292</sup> Lourdes relatou “Tenho conhecimento e acho válida porque demorou para que o Brasil tomasse providências a essas questões.”<sup>293</sup> Zilá também falou “Tenho. Eu fiz um curso sobre a lei 10.639 e fui eu que implantei a lei aqui na escola.”<sup>294</sup>

Ilza relata que tomaram conhecimento, e que já no ano após a sanção da lei, começaram a desenvolver atividades na sala de aula que eram relacionadas com o conteúdo, o conhecimento foi obtido na rede estadual em estava trabalhando na época. Já Saan disse que tomou conhecimento da lei, a partir de uma amiga, que teria enviado para ela, um material informando da aprovação da lei, e que está deveria entrar em vigor nos estabelecimentos de ensino. Lourdes ressalta a postura do país em não ter tomada nenhuma providência antes sobre as questões étnico-raciais na escola. Zilá disse que além de ter tomado conhecimento pela rede de ensino onde trabalha recebeu formação e replicou a seus colegas na escola em que atuava.

De fato, o Brasil demorou a tomar atitudes relacionadas à questão racial, isso se deveu à ideologia da democracia racial, embora no início dos anos 50 tenha sido aprovada a legislação que tornou o racismo uma contravenção. Mesmo não havendo aplicação efetiva esse foi um indício importante de reconhecimento do Estado e da Sociedade de existência do racismo. Mas medidas efetivas do governo brasileiro contra o racismo foram observadas somente na última década do século XX, momento de reivindicação por diretos de diversos grupos de várias partes do mundo, que lutam por políticas de reparação por terem sido em algum momento de suas histórias recebido tratamento contrário aos direitos humanos.<sup>295</sup> O antropólogo Kabengele Munanga comenta sobre a importância de o país assumir esse compromisso de reconhecer que uma parte da população tem ficado em condições de desigualdade em relação aos outros grupos sociais como o primeiro passo para que medidas de reparação pudessem ser tomadas, pois quando se nega que existe o racismo, nega-se também que o racismo é algo que precisa de solução.

O fato de o Brasil oficial assumir o seu racismo, é assumir as discriminações da sua sociedade. Isso já é o ponto de partida, é a tomada de consciência.

<sup>291</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016.

<sup>292</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016

<sup>293</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

<sup>294</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

<sup>295</sup> ABREU, Martha et al. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, v. 3, n. 5, jan./jun., 2010, p. 21.

Sem esse reconhecimento você não pode implementar política de mudança para uma realidade em que você não acredita existir.<sup>296</sup>

Em relação à relevância em trabalhar com a História e cultura Afro-brasileira e Africana. Todas consideraram importante e duas apontaram as razões mais específicas desse estudo. Ilza disse “Acho. Muito importante. É uma cultura riquíssima.”<sup>297</sup> Zilá colocou que “É estudar as raízes da cultura brasileira. Porque não tem como estudar a sociedade brasileira se não estudar a questão do negro e a questão do índio.”<sup>298</sup> Para Lourdes “É resgate. É dívida que nós temos. É saber, é valorização. É tudo que o Brasil não faz. Precisa urgentemente começar a fazer.”<sup>299</sup>

A Professora Saan assim relatou:

- Pra mim é de suma importância, porque é através desse estudo que a gente orienta os nossos alunos, apesar de sermos um grupo de risco, que sempre estamos aí na mira da discriminação, conscientizar alunos, conscientizar diretores, conscientizar supervisores. Então é muito importante trabalhar a história da África na escola. Ressaltar isso, né, que a África não é só o negro, só o preto. Que só fala assim: tudo escuro é da África, então ressaltar essa beleza que tem a África, os negros também, né?<sup>300</sup>

Ilza não aponta a importância de trabalhar com a cultura afro-brasileira e africana, só ressalta que é por ter várias qualidades, deve estar entre os conteúdos a serem ensinados. Para Zilá, se não contemplamos as várias culturas e origens do povo brasileiro, essa não pode ser considerada a História do Brasil, que não se faz a partir de uma única cultura, mas várias culturas como indígena e afro-brasileira. Anderson Oliva assim defende:

Um dos objetivos principais da Educação Básica brasileira sinaliza para a necessidade de que estudantes e professores devam reconhecer e valorizar a “pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro”, e, ao mesmo tempo, conhecer também os “aspectos socioculturais de outros povos [...] posicionando-se contra qualquer discriminação.”<sup>301</sup>

Para Lourdes, é uma forma de resgatar a História de um dos povos que tiveram suas Histórias negadas, até então, como forma de ressarcimento de memórias que não eram contemporizadas no ensino de História. Mas que isso, não é feito, mas que precisa de

<sup>296</sup> GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Entrevista: Kabenguele Munanga. Políticas Curriculares e Descolonização dos Currículos: A Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1, jan./jul., 2013, p. 31.

<sup>297</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016.

<sup>298</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

<sup>299</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

<sup>300</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

<sup>301</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 1, Jun., 2012, p. 32. Disponível em: <<https://rhjh.anpuh.org/RHHJ/article/view/5>> . Acesso em: 26 jun. 2014.



mudança. Abreu<sup>302</sup> considera que grupos que foram submetidos à opressão lutaram no final do século XX, não somente políticas de reparação, mas o “dever de memória”, isto é, “a garantia, por parte do Estado e da sociedade, de que determinados acontecimentos não serão esquecidos, que continuarão lembrados na memória de grupos e nações e registrados na história do país.”<sup>303</sup>

A professora Saan colocou vários apontamentos em relação às populações negras, afirmando que é um grupo de risco que sofre discriminação, estudos como o Atlas da Violência mostram que jovens e negros são as principais vítimas de violência no país.<sup>304</sup> A Professora apresenta que uma forma de romper com essa realidade é trabalhar com a História Africana, mostrando as qualidades que a África tem, assim como os negros. Munanga também faz esse apontamento: “reconhecer que a África tem história é o ponto de partida para discutir a história da diáspora negra que na historiografia dos países beneficiados pelo tráfico negreiro foi também ora negada, ora distorcida, ora falsificada.”<sup>305</sup>

Não podemos esquecer que o continente africano é muitas vezes descrito de forma pejorativa pela mídia. A imagem que se veicula da África faz com as pessoas vejam esse continente de forma negativa, já que, o que a imprensa procura mostrar e escrever somente sobre os aspectos negativos que assolam esse continente. No entanto, temos que aprender a abordar e trabalhar com a História desse continente, mostrando também seus aspectos positivos, da qual somos descendentes, mas nos falta coragem para desvendar a nossa própria História.

O historiador Anderson Oliva analisando a inclusão da História da África nos documentos do Ministério da educação considera que: “Outra ênfase encontrada nas indicações de conteúdos é a tentativa de quebrar as tendências em ler as sociedades africanas apenas pelas faces negativas do continente ou pelo grande conjunto de estereótipos que recaem sobre elas.”<sup>306</sup> Isso porque a maioria dos alunos acaba ressaltando essa imagem negativa, pude constatar isso, em algumas vezes, quando ia trabalhar com esse continente, me

---

<sup>302</sup>ABREU, Martha et al. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, v. 3, n. 5, jan./jun., 2010, p. 21-22.

<sup>303</sup> Ibidem.

<sup>304</sup> Atlas da Violência. IPEA 2017. Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP) apontou que negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2017.

<sup>305</sup> MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, dez. 2015. p.28.

<sup>306</sup> OLIVA, AR. A história africana nas salas de aula: diálogos e silêncios entre a Lei nº 10.639/03 e os especialistas. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, p.199.

recordo que uma vez antes de iniciar o conteúdo, falei para os alunos levarem para a aula, imagens de África e de negros no Brasil, a maioria das imagens que apareceu mostrava um continente de pobreza, miséria, guerras ou o lado exótico, e os negros brasileiros como escravizados, ou pobres, questionei com eles o porquê daquelas imagens. A partir daí, mostrei a eles outras imagens e vídeos<sup>307</sup> que mostravam outros aspectos da cultura africana.

Quando a África do Sul foi sede da copa mundial de futebol, a Professora Saan realizou uma atividade sobre esse país e seu continente. Essa atividade foi registrada em uma revista<sup>308</sup>, com a fala da professora e o um depoimento de uma aluna relatando como foi realizar uma pesquisa sobre o país africano, sede da copa.

Segundo a professora, mesmo pesquisando os países africanos envolvidos no evento do mundial, suas diferentes regiões, não foi possível mudar a concepção dos alunos sobre a visão negativa. A aluna assim descreveu sua pesquisa do povo da África do Sul.

Povo de origem pobre e alma simples, cultura de se admirar. História de um povo sofrido, mas que venceu, não por completo, mas venceu. A África do Sul está sendo privilegiada por estar sediando a copa do mundo de 2010, nos mostrando uma beleza antes conhecida de poucos. A África do Sul está tendo a chance de mostrar para o mundo sua fauna, sua flora, seus estádios, maravilhosos onde estão sendo realizados os jogos do mundial, desse ano e o mais importante está mostrando hospitalidade (trecho, do texto de Maria Beatriz, aluna do 9º ano).<sup>309</sup>

É possível notar que a aluna ressalta aspectos pobreza, simplicidade, beleza de forma exótica, coloca que o pouco do conhecimento que ela e outras pessoas de várias partes do mundo obtiveram deve-se pelo fato do evento de futebol, com uma história de luta, mas que por encontrarem-se na condição de pobreza não pode ser considerado um povo vencedor. Talvez um trabalho mais contínuo e aprofundado sobre esse e outros países africanos poderia mudar essa visão em relação aos povos africanos.

### 3.5 Formação inicial e continuada das professoras

Todas relataram que não tiveram formação quanto a essa temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana durante suas graduações, sendo que três delas se formaram antes da lei, e mesmo a que se formou em 2007, relatou que não teve qualquer tipo disciplina que discutisse as questões de África e da Cultura Afro-brasileira e africana. Segundo Saan

<sup>307</sup> Vídeo - Tombuctu: a cidade dos livros que está disponível no Youtube, um material didático para o ensino de História da África, produzido em 2009 durante o curso de Licenciatura em História da UFRJ, pelos professores Mônica Lima e Amílcar Pereira e pelos licenciandos Fernando Berçot e Martha de Freitas. E os vídeos do Reino de Kush feitos pela professora Joelza Ester Domingues autora de livros didáticos de História.

<sup>308</sup> No período havia um grupo de pesquisa da área de exatas na escola, que registrou essa atividade.

<sup>309</sup> Nome fictício.

“Não. Não tive.”<sup>310</sup> Ilza também relatou: “Não, no tempo que eu estudei não. Isso foi vindo depois, com a necessidade de fazer esse trabalho, a interação com os alunos, a questão da individualidade de cada um.”<sup>311</sup>

A fala de Ilza nos revela que a necessidade de trabalhar com a individualidade do aluno, que veio depois de sua formação inicial, isto sugere que os documentos referentes a educação começaram a colocar que não era possível formar cidadãos de maneira comum, mas era preciso saber lidar com suas particularidades, suas próprias identidades.

De fato, essa mudança fez se sentir mais especificamente nas últimas décadas do século XX, em documentos relacionados à educação como os Parâmetros Curriculares Nacionais, que tinha como objetivo promover uma formação para a cidadania, de acordo com Mattos<sup>312</sup> representou uma das primeiras formas de luta contra a discriminação, especialmente, por empregar o tema transversal “Pluralidade Cultural”. Mattos defende a separação dos conceitos de cultura e identidade.

Se uma cultura corresponde a uma identidade, só há dois modelos possíveis para a construção de uma noção de identidade, de uma identidade brasileira mestiça versus um novo modelo multiculturalista, formado a partir de subculturas=identidades, formadas da nacionalidade brasileira (afro-brasileira, ítalo-brasileira, polo-brasileira, germano-brasileira etc.) todas cortadas por subidentidades de cultura de gênero e de classe. Este segundo modelo é a leitura mais óbvia para a proposição dos PCNs, mas me parece que eles podem ser abordados, na prática, por outro ângulo, se o problema for formulado de outra maneira. O que proponho é separar, de forma radical, do ponto de vista teórico, as noções de cultura e identidade.<sup>313</sup>

Dessa forma ela crítica a ideia de identidade única, e defende que as identidades devem ser pensadas de formas plurais, como construções históricas e relacionais e dependem de como nas fronteiras entre “nós e os outros” são construídas, reproduzidas e modificadas. Assim como a cultura deve ser pensada como um processo, no qual a tradição ou práticas, transformam-se e modificam-se, ou seja, a cultura é híbrida. A disciplina de História é fundamental nesse trabalho do educar para a “valorização do respeito e tolerância entre identidades plurais” e culturas diferenciadas para o combate do racismo.<sup>314</sup>

A professora Zilá nos relatou:

- Muito, muito, muito de leve. Tive como conteúdo mesmo, a questão dos escravos, a questão do negro no Brasil, mas nunca tive uma formação

<sup>310</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

<sup>311</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016

<sup>312</sup> MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003, p. 126.

<sup>313</sup> Ibidem, p.128.

<sup>314</sup> Ibidem, p.129.

específica- Muito, muito, muito de leve. Tive como conteúdo mesmo, a questão dos escravos, a questão do negro no Brasil, mas nunca tive uma formação específica, só tive formação específica a partir do momento que eu fiz o cursinho sobre a lei 10.639. Chamou Décio Guedes, Décio Cate, a pessoa que deu o curso pra gente. Depois dessa minha participação no curso eu montei uma feira cultural que foi muito linda aqui na escola sobre a lei 10.639.<sup>315</sup>

Zilá conta que a formação que teve foi somente sob o viés do negro enquanto escravo, que as questões raciais ficaram mais claras para ela, depois que teve um curso de formação voltada para a implementação da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, no qual pode absorver os ensinamentos e aplicar no seu local de trabalho. Evidenciando o quanto a formação continuada é importante.

Assim como também falou Lourdes:

Não. Não tive. Mesmo na minha formação, na minha época escolar, não houve-se muito, porque não se falava da importância do negro nem do índio. Eram duas alegóricas, só se estudava a cultura europeia, só se estudava a cultura do branco. Hoje eu vejo que mudou. Mas se o professor não tiver vontade e se o aluno não tiver interesse, essa lei não vai ser trabalhada, não vai haver mudança. É um direito do movimento negro.<sup>316</sup>

A professora Lourdes, também ressalta que os povos indígenas e as populações negras eram simples alegorias do processo de ensino aprendizagem na sua formação, o diferencial é que ela se forma em 2007, quatro anos após a assinatura da lei 10639/03, e nos ressalta que os conteúdos privilegiavam somente uma cultura como hegemônica e digna de conhecimento, as outras eram ignoradas ou tratadas de forma superficial. Mas percebe que mudou, fazendo referência a lei, no entanto, ressalta que a sua implementação depende do professor querer trabalhar com ela na sala de aula, mesmo sendo o seu conteúdo obrigatório. E salienta que a lei é uma conquista dos movimentos negros, que conseguiram o direito de terem suas Histórias e culturas contadas nas escolas.

Em consonância temos o artigo “Em torno das Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” de Abreu e Mattos,<sup>317</sup> ressaltando que a História da África foi introduzida pelos PCNs, e que esses dois documentos, mesmo sendo feitos por governos de orientação política diferente, demonstram a força política dos movimentos negros na sociedade brasileira no pós- redemocratização e que não é mais possível pensar o país sem discutir a questão racial. E apontam: “As “Diretrizes”

<sup>315</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

<sup>316</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

<sup>317</sup> ABREU, Martha ; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan./jun., 2008, p.6.

trazem para o âmbito da escola, pela primeira vez, a importante discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial.”<sup>318</sup>

Gomes e Jesus comentam da importância da formação.

A implementação da Lei n.º 10.639/03 depende não apenas de ações e políticas intersetoriais, articulação com a comunidade e com os movimentos sociais, mudança nos currículos das Licenciaturas e da Pedagogia, mas também de regulamentação e normatização no âmbito estadual e municipal, de formação inicial, continuada e em serviço dos profissionais da educação e gestores(as) do sistema de ensino e das escolas.<sup>319</sup>

A falta de uma formação inicial com relação a História e Cultura Afro-brasileira tem sido apontada como um dos empecilhos para a implementação da lei 10639/03 nas escolas, uma possível solução para essa problemática tem sido os cursos de formação continuada sugerido nas diretrizes curriculares como forma de suprir essa lacuna da formação inicial dos educadores.

### 3.5.1 Formação continuada para trabalhar com o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana

As professoras da rede municipal relataram que tiveram uma formação em cursos oferecidos pelo Centro de Formação de Professores da cidade, e as duas que atuavam no estado, relataram que não, mesmo assim uma das entrevistas da rede estadual, disse que a convite da formadora do Centro de Formação, passou a frequentar cursos por livre e espontânea vontade. Ilza assim contou “Não. Teve somente reuniões, tivemos palestras, tivemos apostilas pra estudar, encontros com algumas equipes. Isso foi possível fazer”<sup>320</sup>.

Ilza nos dá conta das pequenas ações que a superintendência tomou em relação a implantação da lei, mas coloca que apesar dessas ações, elas não chegaram a ser uma formação para executar a lei na prática. Como nos fala Lima.

Infelizmente não é necessário apenas aprovar a lei, esta tem que está amparada pela formação de professores, os quais devem ser capacitados para fazer com que a lei seja implementada de forma que venha dar visibilidade à

<sup>318</sup> ABREU, Martha ; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan./jun., 2008, p.9.

<sup>319</sup> GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a Política Educacional e Desafios para a Pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 47, jan./mar. 2013.p. 24-25.

<sup>320</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016.

história de luta e resistência da comunidade negra e ajudando a eliminar desigualdades raciais e sociais.<sup>321</sup>

Saan disse: “- Não. Sempre tentei buscar fora. Sempre. Igual, essa amiga de Brasília ela é socióloga. Então ela sempre tá trabalhando também com essa temática. Então ela sempre tá me passando informação pra mim trabalhar.”<sup>322</sup>

Saan disse que nunca esperou por uma formação dentro da rede estadual, sempre teve a iniciativa de buscar conhecimento, e que uma amiga que trabalhava com a lei que a orientava como ela deveria trabalhar. E que participou de um curso de formação continuada no município<sup>323</sup>. Em relação como era o curso Saan nos disse: “nós estudávamos os textos que ela passava pra gente estudar. Implantava esses estudos pra alguns professores da rede do município, e tinha algumas palestras também que acontecia nesses cursos.”<sup>324</sup>

Abreu e Mattos ressaltam que o interesse de professores e secretarias de educação em implementarem a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, demonstra uma “demanda social na luta contra o racismo.”<sup>325</sup>

Professora Lourdes falou da sua experiência de fazer o curso de formação: “- Sim. Tive já dois cursos que foram a demanda foi da Secretaria Municipal de Educação, que nos ajudaram a orientar como trabalhar. Mas fica muito vago. Mesmo assim, acho que teria que ter mais, pra nos ajudar.”<sup>326</sup>

Em relação ao conteúdo do curso ela disse “Passam livros, passam textos, material didático, alguma atividade que a gente pode fazer. Mas eu acho que teria que se fazer mais e mais vezes pra se tornar uma prática normal dentro de sala.”<sup>327</sup>

A professora Zilá disse também ter feito curso de formação oferecido pela Secretaria municipal de educação.

- O CEMAP deu um curso, se não me engano, de seis meses, sobre a lei 10.639. Eu lia muito também na época, eu procurava me informar e aí eles me convidaram pra ser implantadora da lei. Eu fui implantadora da lei aqui na escola e em mais duas outras escolas que eu não me lembro o nome.<sup>328</sup>

<sup>321</sup> LIMA, Alda Lobo. **Implementação da Lei 10.639/03**: Estudo comparativo em duas escolas municipais de Salvador. 2010. 41f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Departamento em Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, p. 36. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/MONOGRRAFIA-ALDA-LOBO-LIMA.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2011.

<sup>322</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

<sup>323</sup> Curso de formação do CEMAP.

<sup>324</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

<sup>325</sup> ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan. /jun., 2008, p.12.

<sup>326</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

<sup>327</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

<sup>328</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

Lourdes admite que apesar de ter feito dois cursos de formação, estes não foram suficientes para que ela estivesse preparada para trabalhar com a temática em sala de aula. Zilá disse ter feito o curso no mesmo centro de formação, disse que não ficou somente com os conhecimentos do curso, que buscava maiores informações e lia sobre o assunto, o que a permitiu ser uma replicadora desse conhecimento, não só na escola de trabalho, mas também em outras instituições. Silva aponta que a formação deve ter objetivo

[...] os cursos fornecem informações e dados que os ajudam a fortalecer objetivos e procedimentos de ensino, a criticar ações, corrigir materiais didáticos com conteúdo racista. Entretanto, se o projeto de sociedade que professoras e professores visam a fortalecer com o ensino que oferecem não admitir equidade social, certamente lhes faltará empenho para reeducar relações étnico-raciais. Assim sendo, tais cursos só lhes valem enquanto meio de obter pontuação para progredir na carreira.<sup>329</sup>

### 3.6 Prática pedagógica e materiais de trabalho

Questionadas de como trabalhavam em suas disciplinas, somente uma das entrevistadas disse que trabalhava a partir de projetos que realizava, das diferentes temáticas, outras mesmo admitindo que deveriam trabalhar de forma diferenciada reconheceram que não trabalhavam com projetos em suas aulas, duas relataram que essa prática somente passa a fazer parte de suas aulas, depois que começam a trabalhar em parceria com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).<sup>330</sup>

Em relação a sua prática pedagógica professora Ilza relatou:

- O trabalho na sala de aula com aluno ele é pouco diversificado porque varia de turma pra turma. Então o primeiro passo que nós, professores, devemos fazer é fazer com que o aluno possa ter interesse com o tema qual vai ser trabalhado e procurar disfrutar o máximo daquele tema, envolvendo o aluno.<sup>331</sup>

Ilza destaca a importância de o docente perceber as diferenças de suas turmas, e fazer aulas adaptadas com suas realidades, para que possa chamar atenção do aluno, se não ele pode ter interesse pelo tema a ser desenvolvido na sala de aula, e acaba não aprendendo determinadas temáticas.

Apesar de Zilá relatar que trabalhava a partir de projetos “Eu trabalhava muito com projetos. Eu contava muita história pros meninos na sala de aula e a história que eu contava

<sup>329</sup> SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, 2015, p.171.

<sup>330</sup> Algumas dessas práticas pedagógicas são mencionadas mais adiante nesse trabalho.

<sup>331</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016.

acabava envolvendo o conteúdo. Eu procurava não ficar na mesmice.”<sup>332</sup> Não apresentou nenhum trabalho, disse já está em processo de aposentadoria e que todos os seus materiais haviam sido jogados fora, mas disse que procurava trabalhar de forma lúdica para despertar o interesse dos alunos. Sempre criticando a mesmice, que para ela, era trabalhar sempre da mesma forma e não procurar novas formas de despertar o conhecimento. Relatou como prática em sala de aula.

- Ah, eu montei uma historinha, eu lembro assim, da princesa, arrumei uma boneca negra. Eu contava pros meninos, especialmente em séries menores, a história de um país que tinha uma princesa, que a princesa era negra, eu usava a música, e por aí.<sup>333</sup>

Em relação às questões étnico-raciais todas disseram trabalhar. Seja pelo fato de ser uma lei, ou relacionarem com a História que deve trabalhar com todos os povos e etnias que formam a população brasileira, ou como engajamento político. Embora uma tenha admitido trabalhar, somente no campo das discussões e conscientização através da fala do que com atividades que possam estar relacionadas com aspectos da cultura africana e afro-brasileira. Professora Ilza assim comentou:

Muito. Muito. Muito. Porque o que o ensino de história mostra. A humanidade. Que que a humanidade tem em comum? A igualdade. O ser humano é um só. Indiferente do credo, da cor, dos conceitos políticos, sociais. Quando surgia a oportunidade dentro do tema ou mesmo no enfoque na sala de aula era feito o trabalho, de acordo com o momento.<sup>334</sup>

Ilza nos aponta um discurso do qual muitos de nós professores fomos formados antes da legislação, o discurso da igualdade, que coloca todos em condição de igualdade, mas mascara a diferenças que marcam a identidade de cada pessoa. Em relação a essa questão Nilma Gomes nos diz que:

Aprender essa diversidade, conviver e enfrentá-la parece ser um receio da pedagogia e da educação escolar. Por quê? Porque nós, professores, ainda somos formados, com o discurso da igualdade, o qual sempre encontrou grande aceitação entre os docentes, de todos os segmentos: progressistas, conservadores, de diferentes crenças e posições ideológicas.<sup>335</sup>

Para a professora Zilá,

[...] é fundamental, porque faz parte da história do país. O Brasil é um país de mistura de raças e se a gente não estudar a gente não está contando a história como ela é. Eu trabalhava com feiras, eu trabalhava com desenho,

<sup>332</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

<sup>333</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

<sup>334</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016

<sup>335</sup> GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006, p.29.



com arte, com teatro. Tem muita forma de trabalhar a cultura étnico brasileira. É só mexer com o aluno, com a curiosidade do aluno, com a vontade do aluno que a aula flui.<sup>336</sup>

Segundo Zilá ela trabalhava de diferentes formas, porque coloca que a História do país não deve ser contada de somente um viés, mas que todas as culturas deveriam ser contempladas e destaca que isso não era somente de uma única maneira, mas que procurava trabalhar com diferentes atividades, que é somente trabalhando com atividades diferenciadas que o aluno vai ter interesse pela aula.

A Professora Lourdes assim relatou:

- Sim. Toda vez que tenho oportunidade. Na disciplina de História é mais fácil para mim. Mas eu acho que mesmo que não fosse lei eu trabalharia, porque a gente tem que parar com essa ideia de que se pôs uma lei, não necessariamente temos que cumpri-la. Se há a lei que tem que ser cumprida, e se há interesse do país, se há uma democracia social, racial, no Brasil, tem que ser cumprida.<sup>337</sup>

Para professora Lourdes sua disciplina permite que as questões da legislação sejam trabalhadas, e que independente de lei, trabalharia com os conteúdos estabelecidos pela lei, que interessa a todos os brasileiros. Assim ressalta Munanga:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas.<sup>338</sup>

A Professora Saan coloca quando trabalha com as questões étnico-raciais:

Sim. O ano todo. Não trabalho só no dia 20 de novembro não. Sempre tô levando pra sala de aula esse estudo pros alunos relacionar que a gente não pode só estudar o negro no dia 20 de novembro, que é acostumado nas escolas. Chega 20 de novembro, que quer preparar alguma coisa, quer fazer uma faixa, quer fazer uma camiseta, quer fazer uma passeata. Então, assim, eu sempre trabalho o ano todo com os alunos.<sup>339</sup>

A professora lembra uma coisa que muito tem se repetido por algumas escolas, para disserem que estão cumprindo a lei, realizam atividades somente para o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, quando são feitos eventos relacionados com a cultura africana e afro-brasileira. Ela ressalta que não tem essa postura. Mendes aponta o prejuízo dessa postura para o ensino.

<sup>336</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

<sup>337</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

<sup>338</sup> MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 16.

<sup>339</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

Infelizmente apesar da lei, observa-se que as escolas ainda reproduzem o hábito de discutir a história dos povos indígenas ou dos afrodescendentes somente em datas comemorativas como o dia do índio ou no dia da consciência negra. Isso, inevitavelmente, corrobora para a manutenção da visão preconceituosa e fragmentada da história dos povos repetindo os equívocos e distorções históricas.<sup>340</sup>

A professora Saan comenta porque a temática é prática em suas aulas:

- Sempre trabalhei antes da lei. Porque a gente sempre presenciou muita discriminação na escola com os alunos, com professores, principalmente professor de História. Que é só professor de história que trabalha sobre África, sobre o dia 20 de novembro. Então tudo que tem na escola fala: ah, vou falar com o professor de História. Só ele que serve pra trabalhar.<sup>341</sup>

A professora aponta que a discriminação é a razão principal dela trabalhar com a temática, mesmo antes da legislação, e que tanto alunos quanto os professores sofrem isso dentro das escolas, e que o trabalho sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana na escola recai sobre somente uma disciplina.

A discriminação às vezes é cometida pelos próprios professores, em relação a alunos negros na sala de aula, fato que me foi relatado pela especialista que trabalhava no meu turno, no ano de 2015, segundo ela chegou um pai na escola e queria falar com uma professora, então, ela dirigiu-se até a sala de aula para chamar a docente, que estava aplicando uma atividade em dupla na sala, mas somente dois alunos estavam sentados sozinhos, cabe mencionar que ambos são negros e tinham dificuldade de aprendizagem, a especialista então, questionou porque ambos não estavam agrupados como o restante da sala, e a resposta que deram é que eles quiseram realizar a atividade sozinhos. Mas se a professora fez a proposta de uma atividade em dupla não fazia sentido deixar dois alunos fazerem sozinhos porque queriam. Se ambos apresentavam dificuldades de aprendizagem, tinha que procurar enturmá-los.

Eu trabalhava nessa turma, ambos os alunos eram muito tímidos, e usavam o mesmo argumento para não fazerem atividade com os colegas, na verdade os colegas não queriam fazer as atividades com eles pelo fato de terem dificuldade, mas que eu não aceitava e os colocava nos grupos, geralmente nos que tinham mais facilidade para ajudá-los, e que se eu percebesse que não estavam os deixando participarem chamava a atenção do grupo. Dessa forma:

---

<sup>340</sup> MENDES, Lilian Marta Grisolio. O Ensino De História Indígena E Afro-Brasileira: Avanços E Entraves Das Políticas Públicas Nas Escolas Brasileiras. **Emblemas**: Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC, p. 51.

<sup>341</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

[...] os professores assumem a direção de uma sala de aula sem ter noção dos problemas que irão enfrentar; na maioria das vezes as soluções para os conflitos emergentes são buscadas no bom senso, na prática cotidiana, independentemente de qualquer lastro pedagógico.<sup>342</sup>

Segundo a professora Saan, a escola tende a fazer uma cobrança maior quando chega o mês de novembro, momento que às vezes a superintendência envia algum ofício, para desenvolverem alguma atividade. Ela me relatou o que no final de 2015, para o Dia 20 de novembro a secretaria estadual de educação havia lançado a campanha, da Primeira Marcha pela Igualdade Racial, segundo Saan a especialista pediu para ela fazer uma frase contra o racismo para colocar na faixa da escola, que seria levada para a caminhada. Além de sempre trabalhar com a temática, disse ter desenvolvido um trabalho com mais afinco sobre a cultura negra local junto com o PIBID naquele ano.<sup>343</sup> Mas, nem ela e nem seus alunos foram convidados a participar da Marcha, segundo ela, a turma escolhida foi a de uma colega que era nova na escola e não trabalhava com a temática. Essa atividade teria a presença somente de alunos de uma única sala do ensino Médio, eu trabalhava no turno vespertino, e neste dia eu estava na instituição de manhã, porque iria levar meus alunos do 7º ano ao museu do índio, em Uberlândia. Lembro-me da vice-diretora comentar comigo que eles haviam convocado uma sala para participar da Marcha, mas que muitos haviam faltado vários alunos naquele dia, por isso poucos iriam para o evento. Sem ter conhecimento de como tudo estava se desenvolvendo, comentei com a vice que eles deveriam ter convidado pelo menos duas salas, para terem um público considerável de alunos. Pouco depois, a funcionária que acompanharia os alunos na Marcha passou com os alunos para irem para a caminhada, ignorando minha presença. Até mesmo no momento em que as pessoas vão protestar e fazer um movimento contra a discriminação comete o racismo institucional de ignorar o trabalho e as turmas de professores negras na escola. Em relação a esse tipo de atitude Silva comenta:

[...] as escolas tanto podem favorecer relações de dominação, atualizar racismos, discriminações entre grupos e pessoas, como podem, se houver sincero empenho para tanto, reeducar no sentido do respeito, reconhecimento, valorização, convívio construtivo.<sup>344</sup>

Desse fato podemos tirar algumas conclusões. A grande preocupação de alguns gestores é cumprir as exigências das secretarias. Outro fator, não foi considerado o trabalho dos alunos da professora desenvolvido durante o ano, a frase deveria ser feita pelos alunos e

<sup>342</sup> SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. MUNANGA, Kabengele.(org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC-SECAD, 2005,p. 56.

<sup>343</sup> Essa atividade está descrita entre as atividades desenvolvidas com o PIBID.

<sup>344</sup> SILVA Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, 2015.p. 169.

não pela docente, o que nos revela que nem sempre os trabalhos apresentados são feitos pelos alunos, e o porquê de não ter levado os alunos dela. Demonstra que a gestão não está preocupada ou não percebe quem trabalha ou não com a temática da História e Cultura Afro-brasileira e africana nas escolas.

Trabalhos e práticas que são demonstradas como “provas” de que a legislação está sendo cumprida também foi falada por uma das militantes do movimento negro que trabalhou como especialista, contou como agiu em uma instituição quando foi cobrada cumprimento da lei 10639/03.

- Mas não tem fiscalização! Porque. Deixa eu falar pra você. 2004 eu trabalhei aqui na Escola Camilo Chaves Júnior. E eu gosto desses trem. Eu gosto de trabalhar com menino. Aí não tinha, faltou professor. Eu era supervisora. Aí numa sala, eu acho que era quarta série, a menina adoeceu e pra colocar outra no lugar é uma problemática danada, você sabe como é que é que funciona. E eu pegava esses meninos e ia pra quadra. E lá nessa quadra eu montei dois times de futebol. Um amarelo e outro vermelho. Aí fizeram aquela coisa diferente. Corta aqui só pra diferenciar de cor. E eu trabalhei com essas crianças lá, mas era bom demais porque eles queriam que professora faltasse pra gente brincar de jogar bola.

(Risos)

- Onde eles tinham que me dar sossego? Era na bola, né? Aí arrumei uma pessoa que apitava, e as meninas era plateia, e ficava bom, né? Aí eu fotografei o time, os dois times, o amarelo e o vermelho. Aí depois, ou ganhava ou perdia. Você entendeu? E eu fotografava esse negócio e ficou bonitinho as fotos. Aí, em 2005, veio uma ordem pra que as escolas mostrassem o trabalho que estava fazendo em termos de movimento negro. Você captou? Aí eles ficaram doidos. Cadê? Tinha que mostrar, né? Que mostrar através de projeto. Aí a Luzineide, não sei se você conhece, a Luzineide era orientadora. Eu era supervisora e ela era orientadora. Que que ela fez? Porque não trabalhava! Ela juntou aquelas fotos, porque estava colorido, e juntou aquilo e falou que aquilo era movimento negro. Você acredita? Mas não fazia, não fazia. Mas como veio a cobrança de Belo Horizonte, tinha que mostrar. E não tinha. Mostrou o que tinha na foto na escola, dos meninos. Só pra você ver como é que é que funciona as coisas. Né?

- E fotografia aceita tudo, né?

- E fotografia aceita tudo. Papel você escreveu, leu aconteceu. Não é não? Aí, nessa época, em 2005 (é de rir mesmo). Eu me lembro de rir, de passar e de rir e de falar, não tem jeito, se eu for abrir a boca hoje, que tem esse zap zap, e denunciar, eles estavam ferrados. Mas não trabalha não.<sup>345</sup>

Pelo relato nota-se que até mesmo, na hora de comprovar o cumprimento da lei, as escolas tendem a forjar documentos como sendo provas de que realizam um trabalho que não fazem. Revelando o descaso com a implementação da lei 10639/03.

---

<sup>345</sup> Adirce Maria, entrevista realizada 20 agosto de 2016.

### 3.7 Dúvidas e anseios de como trabalhar a lei 10639/03 e parceria com o PIBID

Duas das entrevistadas disseram não terem dúvidas quanto trabalhar a temática. As outras duas que estão atuando em sala de aula, dizem terem dúvidas e sentem que ainda não estão preparadas o suficiente para implementarem a lei. “Não, porque a própria história já mostra isso aí pra nós ao longo do estudo da história, ao longo também da técnica que você aplica em sala de aula no convívio social com o educando.”<sup>346</sup> A Professora Saan disse que:

- Às vezes sim. Às vezes eu tenho dúvida de como trabalhar. Porque fica... por exemplo, eu trabalho muito a questão do respeito. Do espaço que os negros têm, tal. Mas às vezes me dá dúvida sim, de como trabalhar. Porque quando a gente fala de lei, as pessoas pensam assim ... Ah, é porque vai processar. Vai me processar, é isso e aquilo. Então, às vezes a gente tenta esclarecer pro aluno, mas falta, às vezes, um suporte maior.<sup>347</sup>

A Professora Lourdes fez um alerta:

- Sim. Como tudo nesse país, a lei é imposta, mas não se prepara o professor para estar trabalhando. Não tem material. Então fica muito da vontade do professor. Isso não é impossível. O que me entristece, é que essa lei, apesar de já ter doze anos, ela ainda está engatinhando. Em muitos lugares ela não está sendo cumprida.<sup>348</sup>

Ilza disse não ter dúvida porque acredita que a temática é um assunto natural no ensino de História, portanto, a partir das atividades os alunos vão adquirir esse conhecimento. Munanga comenta o quanto a formação inicial interfere vivência do educador:

Educadores foram formados em uma visão monocultural, baseada na perspectiva ocidental, que nós chamamos de visão eurocêntrica. Além disso, esses educadores viveram suas relações cotidianas dentro do universo racista brasileiro, introjetando a ideia limitante de democracia racial e naturalizando a invisibilidade do outro.<sup>349</sup>

Já Saan e Lourdes demonstraram ter dificuldades de trabalharem com a temática, para Lourdes o professor não tem recebido a devida formação, falta material didático adequado, e que, portanto, fica a cargo do professor, e que apesar da lei já ter mais de uma década, ainda não caminhou para a sua completa implementação. Para Saan, falta uma formação e apoio para que possa realizar um trabalho, mas profundo em relação ao respeito e o lugar do negro na sociedade que são importantes, para a construção de uma sociedade em que o Outro, esteja

<sup>346</sup> Ilza Firmino, entrevista realizada dia 20 de junho de 2016

<sup>347</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016

<sup>348</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015

<sup>349</sup> GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Entrevista: Kabenguele Munanga. Políticas Curriculares E Descolonização Dos Currículos: A Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1, jan./jul. 2013, p. 30.

em pé de equidade. E enfatiza que a lei é mal interpretada, pelas pessoas que acreditam que se lei não for cumprida podem ser punidas.

### 3.7.1 A parceria com o PIBID

A abertura de um campus avançado da Universidade Federal de Uberlândia-UFU em 2007 na cidade de Ituiutaba foi de extrema importância, especialmente na área de ensino dos 11 cursos de graduação ofertados pela instituição, 7 são cursos de licenciatura, revelando que a principal demanda, é o ensino. O PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência oferece bolsas para que alunos da graduação possam se dedicar a fazer estágio nas escolas da rede pública, estes são coordenados por um professor da graduação e supervisor que é o professor da disciplina que atua na escola.

As duas colaboradoras da pesquisa que relataram terem dúvida em como trabalharem com História e Cultura afro-brasileira e indígena, ao mesmo tempo disseram terem desenvolvido atividades mais precisas, sobre a temática quando eram supervisoras do PIBID, que envolvia estudo e pesquisa, as possibilitavam executar a atividade com mais confiança. Consideraram positivo, que essa foi uma experiência que as auxiliaram a melhoram o planejamento de suas aulas, bem torna-las mais dinâmicas e diferenciadas.

A professora Saan assim relatou como foi a experiência dessa parceria “utilizava textos trazidos pelo PIBID, que eles me mandava, pesquisas na internet, que eu pegava também pra mim trabalhar com os meus alunos.”<sup>350</sup> E sobre como eram essas atividades narrou:

- A gente trabalhava vários textos, fazia as oficinas. Além das oficinas, nós trabalhávamos também, criamos também uma página no face pra relatar sobre o processo da discriminação social. Trabalhávamos também com construção de materiais didáticos com o PIBID também. Muita leitura. Leitura e pesquisa.<sup>351</sup>

Nota-se que a atuação dela enquanto supervisora permitia que ela tivesse uma formação continuada, já que tinha que estudar os textos proposto pelo professor coordenador, e pesquisar para que fizessem um bom trabalho, que era divulgado em uma rede social, fazendo uso das chamadas novas mídias. Um desses trabalhos foi descrito pela professora.

- Quando nós fizemos oficina nós tentamos retratar o grafite com a discriminação racial. Porque o grafite também tem uma discriminação. E quando nós trabalhamos também, por exemplo, nas oficinas. Os Meninos do Tráfico, que era daquele MV Bill, daquele documentário. Então a gente

<sup>350</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

<sup>351</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

sempre trazia algum documentário, alguma história crítica pra estar trabalhando com as crianças nas oficinas e mostrando pra elas.<sup>352</sup>

A prática pedagógica procurou aliar uma arte praticada por vários jovens, o grafite que é uma manifestação artística em espaços públicos, mais especificamente uma inscrita em paredes. No entanto, ela é confundida com atos de vandalismo que são praticados em muros, monumentos e vias públicas. Dessa forma, a arte do grafite também é discriminada por algumas pessoas.

Outro recurso utilizado foi um documentário que fazia uma crítica social, abordando temas como repressão policial, racismo, e Hip hop, retratando a vida de jovens que moram em favelas envolvidos com o tráfico de drogas. Falcão - Meninos do Tráfico foi feito pelo rapper MV Bill, seu empresário Celso Athayde e o centro audiovisual da Central das Favelas, em 2006. Dessa forma buscou-se através de duas abordagens diferentes, levar para a sala de aula, a temática da discriminação racial, vivenciada por jovens.

Outro trabalho que a professora Saan relatou foi a ida de um terno de congado à escola, como já havia trabalhado vários textos e atividades com os alunos, procurou-se dessa forma promover uma aproximação entre uma prática cultural local e a escola. Mas, segundo ela encontrou dificuldades para realizar essa atividade por parte da gestão que não lhe prestava suporte para desenvolver as atividades com o PIBID, quando demandavam recursos financeiros.<sup>353</sup> Porém, mesmo assim conseguiu levar um terno de congada na escola Coronel Tônico Franco, promovendo a interação entre escola e as comunidades negras locais.

Essa é uma prática de ensino é descrita como estratégia de ensino por Abreu e Mattos como:

Em uma outra estratégia de ensino, um certo sentido de valorização do tradicional como aquilo que formalmente resiste a mudanças não deixa de estar presente quando o texto das 'Diretrizes' sugere que se traga para a escola congadas, moçambiques, rodas de samba ou maracatus, como formas de ser e viver da cultura negra. No entanto, tais manifestações têm história, precisam de tempo e lugar para acontecer, e isso pode ser destacado pelo professor, para não se correr o risco de mumificar tais manifestações no

<sup>352</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

<sup>353</sup> Uma das exigências dos ternos de congada para fazerem apresentação é o transporte e um lanche para os congadeiros. Como a professora Saan tinha parceria com o PIBID, o transporte da universidade foi usado para locomover os membros do terno do quartel até a escola, o lanche foi viabilizado pela vice-diretora. Mas, num primeiro momento, quando a professora foi procurar quem responde pela escola e a secretaria elas disseram não ter recurso para atividade. Essa não foi a primeira vez que teve dificuldade com recursos financeiros, a professora disse que comprou a tinta para fazerem o grafite na escola com seu próprio dinheiro. Porém, segundo a especialista que trabalhava a tarde comigo a escola recebia um recurso financeiro para investir em projetos, caso a escola não realizasse nenhum o projeto os recursos eram devolvidos para o governo. Com esse recurso, trabalhando sobre povos indígenas meus alunos foram visitar o museu do índio em Uberlândia e foi pago uma palestra sobre o congado para os alunos do turno da tarde, que foi ministrada pela formadora do CEMAP no ano de 2015.

trabalho em sala de aula, com resultados contrários aos que pretendem as ‘Diretrizes’ aprovadas. Sempre que possível, tal abordagem pode ser feita associada a grupos e associações que desenvolvem essas manifestações hoje, de forma que elas sejam percebidas como manifestações culturais vivas, ligadas a lutas políticas e sociais atuais e, portanto, sujeitas a transformações de significados ao longo do tempo.<sup>354</sup>

Segundo Saan, todos os discentes da escola, mesmo os que não eram seus alunos desceram e ficaram na quadra prestigiando a apresentação do terno de congado, junto com ela e um colega, os outros docentes ficaram na sala dos professores, demonstrando a falta de interesse pela atividade, como relatou para seus colegas esse era um trabalho a ser desenvolvido por ela, por ser professora de História e negra, portanto, ela que deveria realizá-lo sozinha. Souza comenta essas iniciativas e como são interpretadas no ambiente de trabalho:

[...] depoimentos de professores que, para atender à lei ou por interesse particular, propõem medidas às coordenações das escolas nas quais dão aulas, sem serem ouvidos. As ações tomadas nesse sentido ficam, então, geralmente restritas às iniciativas pontuais e individuais, que além de não terem apoio institucional muitas vezes são mal vistas pelos colegas e superiores.<sup>355</sup>

Para Felice a dificuldade da implementação está na visão que os responsáveis pela implementação têm de que vivemos em uma democracia racial, ou que as questões raciais é “problema de negro”, que se sente inferior, “e não resultado de uma estrutura social racializada que o exclui pela cor da pele.”<sup>356</sup>

Esse tipo de ação na escola revela por um lado uma micro ação em que somente um ou mais docentes tem a preocupação em desenvolver a temática da História e cultura afro-brasileira e africana na escola, que podem ser consideradas como micro resistência em trabalhar pela tolerância, respeito e valorização da cultura negra. Por outro, o descaso pelos outros profissionais em implementar a temática no seu ambiente de trabalho.

A professora Lourdes, também disse ter realizado um trabalho mais voltado para a História e cultura afro-brasileira e africana, quando foi supervisora do PIBID, “Trabalho com o PIBID e sempre tem essa temática da cultura afro brasileira. Toda vez que tenho oportunidade eu trabalho essa questão da religiosidade, sobre culinária [...]”<sup>357</sup>

<sup>354</sup> ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n.41, jan./jun., 2008. p. 15.

<sup>355</sup> SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 1, 2012. p. 19.

<sup>356</sup> FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: cultura na implementação de políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2011, p.150.

<sup>357</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.



Ela nos cedeu uma folha com uma das atividades que realizou junto com o PIBID. Tratava-se de uma entrevista do filme *Uma onda no ar*, que retrata a vida de quatro jovens que vivem em uma favela de Belo Horizonte que criaram uma rádio comunitária para dar voz a seus moradores e enfrentaram a repressão policial e a extinção da rádio.

Na folha fornecida pela professora havia um texto que fazia referência à entrevista do filme e a sua pouca repercussão na mídia, e dos temas abordados como exclusão social, envolvimento com tráfico de drogas, violência policial, lugar comum dos jovens, democracia racial, descaso do governo com a população da favela. No final, havia quatro questões para serem analisadas pelos alunos. Porém, nenhuma das questões abordou os temas abordados pelo texto em relação ao recorte racial. Felice também notou essa atitude

Ao contrário, o que se percebe, apesar da visibilidade adquirida, é um movimento contraditório, de afirmação, mas de também negação da importância da questão racial quando se discutem temas como desigualdade social, pobreza e exclusão social.<sup>358</sup>

Apesar de a atividade permitir a discussão de temas que envolvem as populações negras na sala de aula, na hora da análise houve ausência da questão racial. Porém, a parceria do PIBID com as professoras as permitiram fazer um trabalho com mais segurança, apesar do programa estar em extinção pelo governo federal, demonstra o quanto ele tem sido importante para a formação inicial e continuada de professores. Segundo Gomes a formação é a chave central para a implementação da lei:

Mas o lugar central cabe à formação. Formação que auxilie os professores a desconstruir as suas práticas e a reconhecer nelas o peso destas estruturas. Formação para sugerir práticas alternativas. Mas, acima de tudo, formação para dar segurança às pessoas que encetam um processo de mudança que não se limite à alteração das estruturas mas que pressupõe, igualmente, a transformação da cultura escolar.<sup>359</sup>

### 3.8 Comportamento dos alunos mediante a temática e implementação da lei

O comportamento dos alunos mediante a temática é importante para percebermos como o ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana tem provocado ou não a consciência de valorização dessas culturas nos discentes. Questionadas se os alunos demonstravam interesse quando a temática era abordada. A Professora Zilá assim respondeu:

<sup>358</sup> FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: cultura na implementação de políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2011, p.159.

<sup>359</sup> BARROSO, João. Cultura, Cultura Escolar, Cultura de Escola. Unesp/UNIVESP v.1.2012 p.14. Disponível em: <[https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1\\_d26\\_v1\\_t06.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2015.

- Demonstravam sim, porque a história sempre ensinou o negro na senzala e o branco na casa grande. A gente pode mostrar pra eles que o negro não era só senzala, que o negro não era só escravo, que o negro tem cultura, que tem uma tradição, que tem uma culinária, que tem música. Então tem muitos ganchos que a gente pode utilizar pra trabalhar [...].<sup>360</sup>

Segundo Zilá, a partir de suas aulas, ela procurava romper com a imagem de dicotomia entre negros pobres e escravizados e brancos ricos, quando menciona que a “a história sempre ensinou” faz referência à história reproduzida nos livros didáticos que estavam disponíveis quando trabalhava na sala de aula, já que a maior parte do tempo que atuou na escola foi período de lutas das populações negras para que a imagem do negro e de suas histórias fossem revistas. E que procurou demonstrar outros aspectos da população negra para os alunos. Para Zilá cabe ao professor, tirar a imagem estereotipada os alunos de que a História do Negro é a História da escravidão, para ela o professor deve mostrar que ele é mais do que cativo, não é simplesmente um objeto, tem uma cultura, que influenciou a nossa e na qual convivemos.

A Professora Lourdes também comentou:

- Eles têm interesse, eles perguntam, eles questionam. E eu sinto também que eles entendem que é um estudo da etnia deles, da história deles. Não é só a história do branco, do negro, da escravidão. Isso é importante. O negro no Brasil. Eles se identificam. Ele vai ver uma novela e o negro geralmente é cozinheiro, motorista. Então a realidade no Brasil é que negro é importante no Brasil. Então mostrando isso na escola [...].<sup>361</sup>

Para Lourdes os alunos demonstram ter uma boa recepção com a temática porque eles estão tomando conhecimento de suas próprias Histórias, e tendo a possibilidade de ver o negro de uma forma diferente da que é demonstrada na televisão, como exercendo cargos de baixa remuneração como motorista, empregada doméstica, e que na escola ele é além dos estereótipos. Os alunos conseguem se sentir presentes quando a temática é abordada, que possibilita a eles terem uma outra visão histórica, também ressalta a visão eurocêntrica da História de privilegiar uma única etnia como vencedora, e o negro sob o viés da escravidão. Munanga comenta sobre esse imaginário.

[...] que esse imaginário e essas representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão onde brotam e são cultivadas as crenças, os estereótipos e os valores que codificam as atitudes, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações.<sup>362</sup>

A professora Saan disse que:

<sup>360</sup> Zilá Resende, entrevista realizada dia 08 de outubro de 2015.

<sup>361</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

<sup>362</sup> MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC-SECAD, 2005, p. 19.

- Quando iniciei na minha carreira trabalhando, negro era motivo de piadas pra eles. Tudo que eu falava de negro era mais fácil eles rirem do que eles refletirem. Agora eles estão mais amadurecendo essa ideia de estar trabalhando. Então muitos alunos levam a sério e até a gente conscientizar, tocar na ferida deles, ainda dão muitas risadas na cara da gente.<sup>363</sup>

Já professora Saan conta que os alunos têm resistência de lidar com as questões do negro, para eles é tudo piada e brincadeiras, que não devem ser levadas a sério, porém, ressalta que essa atitude era mais comum no início de sua carreira, mas que vem diminuindo aos poucos, para ela ainda falta promover a conscientização. Talvez, pelo fato de ter a resistência de trabalhar os conteúdos os alunos foram aprendendo que a questão precisa ser refletida e não de motivo de zombaria. Para Munanga:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.<sup>364</sup>

Outro fato que podemos atribuir, é que pelo fato da temática não ser desenvolvida por outras disciplinas, acaba se tornando quase uma atitude isolada da professora, que os alunos acreditam que ela esteja defendendo a própria causa por ser negra, e não conseguem perceber suas atitudes para com colegas na sala de aula, ou outras no seu cotidiano.

Em relação se perceberam mudança em suas escolas após a aprovação da lei 10639/03 e se ela é a implementada em suas instituições de ensino Lourdes comentou “Sinceramente não. Por isso que eu estou te falando. Apesar de ela estar aí há doze anos, ela está engatinhando.”<sup>365</sup> Para a professora Saan: “- Não. Não acho que teve mudança. Acho que teve pressão. Porque eles são obrigados a trabalhar. Não é uma coisa que eles acham necessário trabalhar. Veio a lei, tem a lei, então vamos trabalhar porque a lei existe agora.”<sup>366</sup>

As atividades quando acontecem é porque as pessoas sentem-se pressionadas para realizar alguma atividade. Não por terem consciência de que o racismo e a discriminação estão presentes no cotidiano escolar, e que as crianças negras não conseguem enxergarem-se nesse ambiente.

O pleno funcionamento da Lei 10.639/03 encontra algumas barreiras que tem haver com os limites da democracia racial. Existem pessoas que acham

<sup>363</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

<sup>364</sup> MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC-SECAD, 2005, p. 17.

<sup>365</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

<sup>366</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

que essa lei provoca problemas por acreditarem que não somos racistas. Acredito que o maior avanço é a própria confissão.<sup>367</sup>

Como deve ser feita a implementação, as duas professoras que ainda estão na sala de aula disse e uma militante que foi supervisora falou :

- Primeiro conscientizar a direção, professores. Todos vestirem a mesma camisa. Que todas as disciplinas são importantes. Então é conscientização e amadurecimento desses profissionais pra gente ver essa lei de uma forma diferente. Não de uma coisa que é imposta, mas de uma coisa que é necessária pra nós.<sup>368</sup>

Para a professora é necessário que todos da escola tomem consciência da importância de trabalhar com a História e Cultura afro-brasileira, somente assim seria possível mudar a cultura escolar dessa instituição, para que ela deixe de ser uma ação de um ou outro professor e passe a ser um objetivo que todos queiram atingir.

Para a Adirce, que foi especialista:

- Viviane, tem que ter alguém lá dentro. Alguém que tem essa visão. Entendeu? Que o negro é importante, e enquanto cultura ele é importante, e enquanto pessoa. Ele é importante em termos de Brasil. Isso tem que ser falado dia... É igualzinho água mole em pedra dura. Nós somos a maioria. E o nosso negro também tem que se sentir negro, bonito, inteligente. Tudo. Ele tem que sentir isso.<sup>369</sup>

Adirce considera que as escolas somente vão conseguir realizar esse trabalho, se houver quem incentive esse trabalho e que demonstre que o negro tem sua própria identidade. E que esse trabalho deve ser constante, para que ocorra a tomada de consciência de que a cultura é importante para história do país. Dessa forma os alunos negros conseguiram ter uma autoestima positiva. Para Gomes

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros.<sup>370</sup>

Lourdes ressalta que:

- Ela deve ser realmente fiscalizada. Deve cobrar do professor, deve cobrar da direção da escola. Porque senão, se não houve isso, infelizmente tem estamos num país que tem que haver pressão. Se não fizer isso [...]. As pessoas, os professores não vão se sentir na obrigação de trabalhar.<sup>371</sup>

<sup>367</sup> GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Entrevista: Kabengele Munanga. Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a Lei nº 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1, jan./jul., 2013, p.30.

<sup>368</sup> Saan Cristia, entrevista realizada dia 17 de junho de 2016.

<sup>369</sup> Adirce Maria, entrevista realizada 20 agosto de 2016.

<sup>370</sup> GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, , jan./jun., 2003 p. 171.

<sup>371</sup> Lourdes de Freitas, entrevista realizada dia 10 de novembro de 2015.

A cobrança deve ser uma constante para todos os membros da escola, para Lourdes não somente o professor tem responsabilidade pela implementação da lei, mais os que se encontram em cargos de direção também. Para ela se não for dessa forma, a temática não será ensinada nas escolas, porque os professores não vão agir por conscientização, mas se forem pressionados.

Esse questionamento foi levando durante a entrevista com Adirce, se o professor deveria ser incentivado ou obrigado a trabalhar com a temática. Ela me disse:

- Incentivado. Obrigado ninguém faz. Tem que ser incentivado, motivado, sensibilizado, esse “ado” da vida. Obrigado ninguém faz. Tem que sensibilizar. Tem que sentir que ele precisa. Sentir que ele ... Eu acho que ele não faz também, é a parte de não conhecimento. Às vezes até não é vontade, falta de vontade. Falta do conhecimento. Falta da segurança de dar esse, essa, pra passar isso pra criança. Entendeu? Eu acho que tá falando isso nos nossos professores, nos nossos educadores, na nossa direção. Porque tem diretor que não gosta de negro de jeito nenhum. Né? Não gosta. Então se não gosta, o lugar dele não é lá, porque a maioria do povo brasileiro é negro.<sup>372</sup>

Para ela o professor não trabalha por falta de vontade, mas por não ter o conhecimento que o possibilite fazer um bom trabalho nas escolas, isso não pode ser um trabalho forçado, mas de conscientização de que tem alunos negros em suas salas de aula que precisam sentir-se valorizados. Ela também ressalta que esse trabalho deve envolver a direção. No entanto, revela que alguns diretores de escolas na cidade têm preconceito com pessoas negras. Os personagens que devem atuar contra a discriminação nas escolas, segundo Silva:

[...] professores, gestores e outras pessoas, que garantem o funcionamento das escolas, desconstruírem as crenças de que, no Brasil, se vive numa democracia racial. Será preciso que todos reconheçam e desconstruam os preconceitos que privilegiam pessoas pelo simples fato de serem brancas e desfavorecem outras, notadamente as negras. É necessário que educadores se preparem e se empenhem para combater o racismo que nas escolas, não diferente de outras instituições, marca as relações entre as pessoas.<sup>373</sup>

Apesar de Adirce ter relatado durante todo esse trabalho seus esforços e de alguns membros da comunidade negra para promover uma educação que valorize e permita que os negros tenham uma identidade negra, ela nos relata que está cansada e me questiona:

Isso tem que partir de baixo. Tem que levantar isso aí. Como é que nós vamos fazer isso? Você tá fazendo mestrado, eu tô te perguntando. Como é que nós vamos fazer isso?  
- É complicado, né? É. Realmente é um trabalho que tem que ser de formiguinha trabalhando dia a dia.

<sup>372</sup> Adirce Maria, entrevista realizada 20 agosto de 2016.

<sup>373</sup> SILVA Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, 2015, p.170.

- Pois é, mas essa formiguinha tá difícil. Ela não tá andando. Ela tá rodeando no mesmo lugar. Tá difícil. Olha. 2003-2013. 10 anos. 13 anos agora e antes a gente trabalhava. Que formiga é essa que não anda?<sup>374</sup>

A implementação nas escolas tem caminhado em passos lentos dentro das escolas, isso tem sido notado por membros da comunidade negra como Adirce sempre teve a resistência de trabalhar com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas em que trabalhou e nos espaços de militância negra, que tem lutado há décadas sem ver um resultado satisfatório. As narrativas das professoras nos revelaram o ensino da temática tem concretizado por pequenas ações dentro das escolas, que podem ser consideradas como táticas da arte do fazer cotidiano<sup>375</sup> em meio a ambientes escolares que tem negligenciado ou que adotam posturas de cumprem uma legislação da qual parecem terem pouco ou nenhum conhecimento.

### **3.9 História e Cultura Afro-brasileira na sala de aula**

Deixo aqui o relato de duas atividades que me surgiram no cotidiano escolar realizadas no ano de 2017, por conta do tempo e de não ter guardado registro de outras atividades desenvolvidas que envolvem a Cultura Afro-brasileira e Africana. Não representam grandes projetos, mas atividade que podem ser consideradas como sequências didáticas.

Na primeira metade do século XX, o Brasil vivenciou a sua Primeira fase republicana, que foi interrompida com a tomada de poder, por Getúlio Vargas em 1930 e ficou até 1945, trabalhando esse período histórico em turmas de 9º ano na sala de aula, é notório que os livros didáticos, não trazem maiores informações de como viviam as populações negras, especificamente as desse período, aparecendo somente as vezes, através de aspectos culturais como o samba, portanto, as lutas e associações negras como Frente Negra, clubes negros, e jornais de imprensa negra que representam parte de uma intelectualidade negra do final do século XIX e início do século XX que escreveram sobre seus cotidianos e vivências nas primeiras décadas do pós abolição são temas negligenciados no material didático.

O jornal é um recurso didático pode ser usado com várias finalidades dentre elas, desenvolver a leitura e a escrita de nossos alunos com objetivo de que os mesmos possam se expressar melhor. Dessa forma, durante dois bimestres foi proposta aos alunos uma atividade a ser realizada semanalmente, que consistia em fazer com que tomassem conhecimento de uma notícia atual em qualquer veículo de comunicação impresso, *online*, audiovisual, anotassem o título, data, fonte e escrevessem um comentário relacionado com a notícia, e

<sup>374</sup> Adirce Maria, entrevista realizada 20 agosto de 2016.

<sup>375</sup> CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 104.

apresentassem na terceira aula da semana, cinco alunos eram escolhidos para apresentarem a atividade.

Dessa forma, foi proposta aos alunos do 9º ano, a pesquisa de jornais das primeiras décadas do século XX, para que eles pudessem perceber como era retratado o cotidiano da população negra, quais as suas demandas e formas de convívio e entidades de luta. Para que pudesse fazer uma relação com o hoje os jornais dos dias atuais seriam investigados também. O produto final seria um jornal da pesquisa.

No primeiro momento, foi apresentada a fonte de pesquisa aos alunos, os jornais de imprensa negra, assim como um roteiro de análise dos jornais, isto é, os passos que eles deveriam seguir para realizarem a pesquisa. Os alunos foram divididos em grupos de no máximo cinco alunos, e foi sorteado o nome do jornal a ser examinado.

No roteiro, constava o endereço de sites como da USP e Hemeroteca, onde os jornais de imprensa negra estão digitalizados, e os pontos a serem investigados. Primeiro, se o jornal pertencia uma alguma entidade negra, como por exemplo, o jornal a voz da raça que era ligada à Frente Negra. Se o jornal estivesse ligado a uma entidade, eles deveriam anotar, o nome, local, líderes, a função dela, como atuava, quanto tempo durou, origem de seus membros, ou seja, informações para que pudessem produzir um pequeno histórico sobre a entidade.

O próximo passo era observar a primeira página do jornal, como o título, data, local, tiragem, preço. Depois, a manchete principal do jornal, como tipo de letra, ilustração, conteúdo, os resumos das outras notícias que compunham o jornal.

A seguir eles teriam que escolher uma notícia para examinar e escrever um texto com as palavras deles, relacionando com hoje. Então, teriam que analisar do que se tratava, quando, onde, pessoas envolvidas.

O segundo momento, com o roteiro de pesquisa em mãos os alunos foram para o laboratório de informática, vale fazer uma ressalva em relação ao uso do laboratório na escola, ele não é utilizado pela maioria dos professores, dentre vários fatores poucos computadores realmente funcionam<sup>376</sup> sendo assim os alunos ficaram reunidos em seus grupos para fazerem a pesquisas.

O terceiro momento referia-se a como os alunos deveriam construir um texto a partir de uma notícia. Passei meu endereço de eletrônico para que eles enviassem os trabalhos, com

---

<sup>376</sup> Apesar da gestão de falar que os professores devemos utilizar o laboratório de informática, em suas práticas pedagógicas, ao mesmo tempo alerta que se aparelhos forem estragos pelos alunos, o docente deve arcar com as despesas do conserto, dessa forma raríssimos docentes usam o laboratório, a maioria dos professores nunca levaram seus alunos no laboratório de informática para realizarem uma atividade.

dados do jornal e edição para que pudesse tirar as dúvidas. Novamente foi esclarecido que eles deveriam seguir um mesmo roteiro e analisar uma notícia atual relacionada com a população negra e para escreverem um texto.

Os textos produzidos pelos alunos deveriam ser colocados em formato de jornal, nesse momento apresentei imagens de jornais eletrônicos que poderiam ser pesquisados e como poderiam montar seus jornais, com as notícias produzidas por eles.

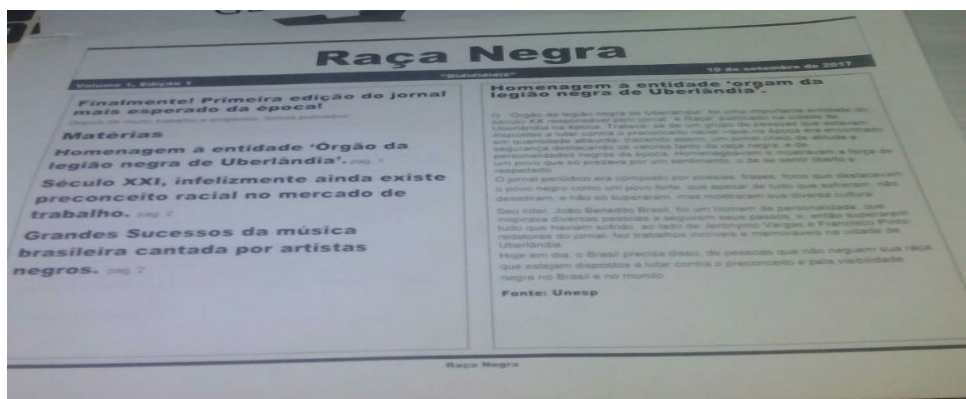


Figura 8 - Imagem da Primeira Página do jornal feito pelos alunos

No jornal os alunos colocaram na primeira página a pesquisa sobre a entidade negra do jornal pesquisado a “Raça de Uberlândia”, procuram responder as informações do roteiro e no último parágrafo escreveram. “Hoje em dia, o Brasil precisa disso, de pessoas que não neguem sua raça, que estejam dispostos a lutar contra o preconceito e pela visibilidade negra no Brasil e no mundo.”

Ao analisarem o papel de uma entidade negra os alunos puderam perceber que ela lutava pela valorização da cor da sua pele, e promoveram várias lutas contra o preconceito racial, no entanto, para eles essa luta não parece ser visível nos dias atuais.<sup>377</sup>

A notícia analisada pelos alunos para a produção do segundo texto foi sobre a dificuldade de pessoas encontrarem emprego por conta da discriminação na década de 1930, através do jornal a “Raça”, eles escrevem o segundo texto relacionando com outra atual do site UOL, relataram dois casos de discriminação que ficaram bastante conhecidos pela mídia, da professora de História Luana Tolentino, que foi abordada por uma desconhecida quando ia para o trabalho que a perguntou “Você faz faxina?”, e ela responde que “Não sou professora, faço mestrado”, os alunos comentam “O caso deixa clara a dificuldade que a sociedade tem de imaginar negros em cargos ditos ‘importantes’ na sociedade”.

<sup>377</sup> Caberia aqui ter ampliado o trabalho e relacionado com a luta dos movimentos negros atuais e locais.



Para os alunos, a sociedade impõe papéis de lugar ao negro, e tem dificuldade de lidar com a situação, e consideram que o fato da professora ter estudo seu cargo difere da maioria da população negra que ocupa cargos de menor prestígio e valorização como de empregados domésticos, trabalhadores braçais na construção, faxineiros, lixeiros, serventes. Mas, casos como a professora Luana revela a imagem algumas pessoas no Brasil acreditam serem funções que devam ser exclusivamente de negros. Este caso me lembrou um outro que teve muita repercussão na mídia, quando em 2013 o governo federal implantou o Programa Mais Médico, para suprir a carência desse profissional em algumas regiões brasileiras, médicos cubanos vieram trabalhar no Brasil nesses locais, na época uma jornalista fez o seguinte comentário em uma rede social:

Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas têm uma Cara de empregada doméstica. Será que São médicas Mesmo? Afe que terrível. Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência...Coitada da nossa população. Será que eles entendem de dengue? Febre amarela? Deus proteja O nosso povo! (sic).<sup>378</sup>

A jornalista expressa uma imagem construída de que os negros devem ocupar cargos de baixa remuneração, e de que seus corpos carregam marcas que definem o lugar que determinada pessoas acreditam que eles devem ocupar. Essa postura é definida por Chartier como “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.”<sup>379</sup>

O outro caso apresentado pelo grupo foi de um professor universitário, que foi ofendido dentro da própria instituição em que trabalha, revelando que este ambiente é permeado pelo racismo, que algumas pessoas consideram que está na condição de intelectual, é está no seu não lugar.

Outra experiência de trabalho foi desenvolvida com alunos do 8º a partir de um caso que foi apresentado nas mídias, e ocorreu nos Estados Unidos os Atos de supremacia de brancos que entraram em conflito com manifestantes de esquerda<sup>380</sup>, alguns alunos apresentaram notícias referente ao episódio na atividade semanal, resolvi trabalhar com o

<sup>378</sup> Jornalista diz que médicas cubanas parecem 'empregadas domésticas'. **G1 RN**. 27 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

<sup>379</sup> CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p.17.

<sup>380</sup> WELLE, Deutsche. Caos em ato supremacista branco nos EUA. **Carta Capital**, 13 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/caos-em-ato-supremacista-branco-nos-eua>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

tema. Que envolvia questões de intolerância e desrespeito de uma forma quase que naturalizada.

No primeiro momento, foi exibida para os alunos uma reportagem especial sobre os atos.<sup>381</sup> Depois eles foram questionados sobre o movimento. Para você os atos de supremacia branca mostrados no vídeo representam atitudes intolerância ou de liberdade de expressão? A maioria dos alunos considera como intolerância, outros consideraram como expressão de liberdade.

Em seguida, apresentei a eles alguns conceitos nos slides e questionava como eles definiriam aquele conceito, após a discussão apresentava a definição. Os termos discutido foram: Respeito, Tolerância, Liberdade de expressão, Racismo, Preconceito, Discriminação racial, Segregação racial, Democracia racial, Equidade.

Na sequência foi feito alguns questionamentos como “Você é racista?”. A resposta foi um unanime Não. “Você conhece alguém racista?”. Todos relataram conhecer pessoas racistas. “Você já presenciou uma atitude de discriminação?”. Alguns relataram casos vivenciados na escola e fora dela. “Que atitude deve ser tomada com pessoas que cometem atos de discriminação?” Alguns responderam prisão; outros, conscientização, que deveria aprender que aquele era uma atitude errônea.

No segundo momento foi trabalhada a origem do movimento ku klux klan que tinha inspirado os atos de supremacia e como os negros que foram marginalizados durante esse período perderam seus direitos civis nos Estados Unidos. Então, foi proposto aos alunos um trabalho em que eles deveriam pesquisar sobre lideranças negras que lutaram pela reconquista dos direitos civis ou contra a discriminação racial em outros países e sobre intelectuais negros brasileiros.

Em um terceiro momento eles teriam que produzir uma biografia de líder mundial, e de um intelectual negro brasileiro, foi passado um roteiro de como deveriam conduzir a pesquisa e como deveriam apresentar o biografado. A orientação foi de que eles se apresentassem como se fossem o personagem pesquisado, como nos vídeos “Heróis de todo mundo”, do projeto “A cor da cultura”.

Verena apresenta como as experiências de biografias negras podem ser um recurso de trabalho das populações negras: “o uso de biografias no estudo da história permite tornar

---

<sup>381</sup> Reportagem especial do fantástico dia 13 ago. 2017.

concretas experiências vividas no passado, bem como colocar em xeque visões generalizadas a respeito de trajetórias e modos de vida que desconhecemos.”<sup>382</sup>

Dessa forma, com essa atividade buscou-se que os alunos tomassem conhecimento como personagens negros lutaram contra a discriminação e por direitos em diferentes realidades, e que outros, que não aparecem nos livros didáticos, também têm contribuído com a produção do conhecimento em nossa sociedade.

---

<sup>382</sup> ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. **História Hoje**, Anpuh, v.1, 2012, p.61-88.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou conhecer as práticas educacionais antirracistas e de valorização da cultura afro-brasileira e africana em espaços escolares e não escolares ao longo do século XX na cidade de Ituiutaba. Como mecanismo de superação do racismo presente na sociedade.

Verificou-se que práticas educativas antirracistas e valorizativas da cultura negra e africana foi uma realidade implementada por professoras negras que procuraram colocar em prática em espaços escolares e não escolares, com aulas de reforço no Palmeira Clube, em suas casas, na Biblioteca Solano Trindade. E escolares como escola 13 de Maio, palestras nas escolas que promoviam momentos de esclarecimento para os alunos e formação para as profissionais que ali atuavam, que essas ações não demandaram de uma legislação municipal ou federal, mas que sempre se fizeram presentes como objetivo de luta dessas mulheres, desde que formaram o grupo de estudo consciência negra.

A educação foi usada como tática de luta pelas populações negras contra a desigualdade racial, desde os primeiros tempos da pós-abolição, por compreenderem que a instrução era uma forma de inserção no mercado de trabalho, e também tomada de conhecimento da questão racial.

A Escola 13 de Maio em Ituiutaba revelou como negros que aqui residiam na década de 1930, começavam a mobilizar-se para terem acesso ao conhecimento e lutar por direitos civis como o voto, buscando assim talvez eleger representantes que pudessem colocar suas demandas em prática. Mesmo, a instituição não sendo exclusivamente frequentada por negros, mas por trabalhadores que não tinham como estudar em uma escola pública durante o dia. A cultura da escolar demonstrou que as condições de trabalho eram precárias, que interferia na aprendizagem dos alunos, com uma sala cheia, de alunos nos mais diferentes níveis de aprendizagem, que levava o cansaço de ambas as partes aluno e docentes e não alcançarem o rendimento esperado.

Mesmo a população negra sendo uma parcela significativa na cidade de Ituiutaba na primeira metade do século XX, a construção de um clube para negros, demarcava não somente a conquista de um espaço, mas também de separação. Em uma sociedade formada por uma elite rural, que não queria dividir espaço em seu clube social. Demonstrando o preconceito racial para com as pessoas negras e pobres.

Dessa forma, a população negra se unia no Palmeira Clube não somente para fazer suas festividades, mas como momentos de discussão de espaço na sociedade e superação do

racismo. O espaço que também usado como reforço escolar, demonstrando que a educação acontecia também em espaços não escolares.

As lutas empreendidas pelos movimentos negros ao longo do século XX começaram a ser materializadas através de ações do governo de reconhecimento da população negra. Isto foi observado nos conselhos municipais, em Ituiutaba. Este conselho tornou-se uma instituição de promoção de políticas para a comunidade negra vinculada à prefeitura municipal, que arca com suas despesas.

Assim, a Fundação Zumbi dos Palmares em Ituiutaba nasce ligada ao projeto de uma Biblioteca Comunitária, com objetivo de aprofundar e espalhar conhecimento. À medida que as ações foram se aprofundando e mais pessoas precisavam estar melhor preparadas para o mercado de trabalho, surgiu a necessidade de organizar cursos preparatórios para o ingresso na universidade e concursos públicos e, nesse contexto, surgiu o PREVESTI que tem se mostrado positivo há mais de duas décadas.

É notável que a conquista da lei 10639/03, uma legislação federal que trouxe uma mudança curricular em todos os níveis, é uma das vitórias mais significativas do movimento negro, que estabeleceram a educação como estratégia de luta, nos seus três momentos analisados, embora esses movimentos tenham sido interrompidas por golpes políticos que vão afetar diretamente as conquistas e atuações os movimentos negros, isso foi percebido no primeiro momento do pós-abolição que foi interrompido com a instalação do Estado Novo e fechamento da Frente Negra. No segundo momento, durante as ações do Teatro Experimental do Negro e de outras entidades negras envolvidas em oferecer educação e luta pelo acesso ao ensino básico na década de 1960, com a implantação da ditadura militar, essas organizações foram reprimidas e silenciadas, sem contar que o termo raça deixa de ser mencionada nos documentos oficiais, em nome da democracia racial, e não reconhecimento das desigualdades raciais. E o terceiro momento dos movimentos negros foi o de maiores conquistas com criminalização do racismo, estabelecimento ações afirmativas na educação como de cotas raciais, obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana na educação básica, o Estatuto da Igualdade Racial. Porém, todas essas conquistas parecem estar ameaçadas desde o Michel Temer assumiu a presidência da República, após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

Dentre as medidas tomadas pelo presidente em exercício Michel Temer em relação às populações negras com a perda da autonomia da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial a (SEPPIR) criada em 2003, tinha quase a mesma independência de um

Ministério, atualmente por medida provisória encontra-se vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos,<sup>383</sup> o que coloca em risco as conquistas alcançadas.

Sem contar que o próprio ensino de História também está ameaçado, pois com medida provisória de Reforma do Ensino Médio, o conteúdo não consta como componente curricular obrigatório. Além disso, outra medida foi a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 – PEC do Teto dos Gastos Públicos estabeleceu um teto mínimo investimentos em áreas básicas como saúde e educação que afetam diretamente as populações negras que são as que mais utilizam esses serviços. Embora a sociedade civil não tenha se mantido estática, no ano de 2016, em várias partes do país houve ocupações de escolas por parte dos alunos.

A Escola Coronel Tônico Franco foi a primeira escola de Ituiutaba a ser ocupada nesse período, liderada por um aluno do ensino médio, negro e congadeiro, que por mais de um mês manteve a escola ocupada, alguns professores se dispuseram a dar aulas, em momentos de muita aprendizagem e troca de experiências, revelando que a luta não é somente seguir calendário escolar mais resistir, nos momentos oportunos. Esse aluno do com ajuda de alguns colegas professores montou toda a estrutura para o estabelecimento de um Grêmio Estudantil na escola, devido ao fato dele ter liderado as ocupações, ele não era muito bem visto por alguns colegas, especialmente no turno vespertino que funcionava somente o ensino fundamental e houve uma redução no número de alunos, por conta de política do governo do estado se encarregar somente com o ensino médio, mas os colegas atribuíam a perda de alunos as ocupações. Durante a eleição para escolher o presidente do Grêmio estudantil, uma colega chegou a me pedir para que eu convencesse os meus alunos a votarem em branco ou anular os votos para que Zivaldo<sup>384</sup> não fosse eleito presidente do Grêmio, fato que me pegou de surpresa. Eu estava torcendo para ele ser eleito porque ele é um dos poucos alunos pretos que temos na escola e seria uma representatividade negra, no qual outros alunos negros poderiam se inspirar. Não fiz qualquer comentário de voto branco ou nulo e Zivaldo foi eleito presidente do Grêmio Estudantil, desenvolvendo um belo trabalho no último ano.

A representação do negro passou por mudanças no campo na historiografia e foi fundamental para que até mesmo datas referenciais para populações negras sofressem modificações, como o dia 13 de maio, antes comemorado como dia da Abolição da escravidão e atualmente como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, embora em alguns lugares, como em Ituiutaba, suas práticas culturais, como a Congada, sejam celebradas

---

<sup>383</sup> Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

<sup>384</sup> Nome fictício, do aluno que liderou a ocupação na Escola Estadual Coronel Tônico Franco.

ainda no Mês de maio. Porém, para os movimentos negros o referencial a ser seguido de luta e determinação é o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares.

Para a consolidação desses novos marcos, buscou-se dentro das escolas que algumas professoras negras passassem a ocupar cargos de liderança, mas, isso não foi sentido de maneira natural posto que a comunidade escolar não compreendia a eleição, demonstrando que embora algumas tenham ocupado de cargos de diretoras nas escolas, essa medida não foi bem vista.

A aprovação da lei 10639/03 mostrou ser uma reivindicação das bases e luta conjunta dos mais diferentes movimentos sociais, que buscavam alcançar seus direitos no contexto da redemocratização do país. O estabelecimento dessa legislação federal trouxe maior legitimidade para que o movimento negro local passasse a exigir que o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana fosse implementado nas escolas e passou-se a pressionar pela implementação de cursos de formação continuada a fim de que os professores pudessem estar preparados para colocar o tema em prática, medida que foi possível somente a nível municipal em Ituiutaba, onde as lideranças municipais estão mais presentes.

As entrevistas com as professoras de História demonstraram que a implementação do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana não é uma realidade nas escolas em que trabalharam, mas que acontecem ações isoladas por parte de professoras que têm consciência que é necessário trabalhar essa temática. A própria cultura escolar de não reconhecer o racismo como um problema a ser superado nas escolas tem impedido que a legislação federal seja reconhecida e efetivada na prática. Os estudantes têm dificuldade de se reconhecerem na história ensinada e tendem a olhar com preconceito a cultura africana e afro-brasileira.

Embora não tenha sido capaz de acolher todas as sugestões da banca de qualificação e esta pesquisa contenha limitações e restrições, espero ter aberto o diálogo para o reconhecimento de que as populações negras em Ituiutaba lutaram desde longas datas pela inclusão e acesso à educação e têm implementado práticas educativas antirracistas e de valorização da cultura negra e africana em espaços escolares e não-escolares. Assim, nas escolas, embora as conquistas sejam poucas, a formiguinha segue caminhando a passos curtos e lentos, mas caminha.

Foi percebido que um longo caminho deve ainda ser percorrido com intensas leituras, novas pesquisas, principalmente sobre a História da África e sobre as relações entre África e Brasil, pois ainda sabemos muito pouco desse continente e das populações negras. O conhecimento aqui produzido é parte de um longo processo, que espero que motive e incentive novos debates tendo em vista que meu intuito foi o de abrir um diálogo com as áreas

e segmentos afins sobre a temática abordada, evitando provocar um fechamento dos questionamentos aqui colocados.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha et al. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. **Antíteses**, v. 3, n. 5, jan./jun., 2010, p. 21-37.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan. /jun., 2008, p. 5-20.
- ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. **História Hoje**, Anpuh, v.1, 2012, p.61-88.
- ALBURQUERQUE, W.R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006.
- BARBOSA FILHO, Elson Luiz. **Pré-Vestibulares Comunitários: Movimentos Sociais de Educação da década de 1990**.2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.
- BARROS, Clarissa do Rêgo. Educação e Inclusão: A experiência do Pvc nos anos 90. In: **Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade [CD-ROM]** /. Associação Nacional de História-Seção Bahia. Caetité: UNEB, 2007.
- BARROSO, João. Cultura, Cultura Escolar, Cultura de Escola. Unesp/UNIVESP v.1.2012 p.14. Disponível em: <[https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1\\_d26\\_v1\\_t06.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- BATISTA, Eliane Ribeiro Dias. **Trajetórias de Professoras Negras em Ituiutaba: de normalistas a professoras do Ensino Fundamental (1965-1971)**.2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás. Catalão. 2016. p.52-54.
- BISPO, Denise Maria de Souza. **História e Cultura Afro-brasileira em Sergipe: Antecedentes da Lei 10639/03**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidades Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015, p. 14
- BRAGA, Alexandre Francisco. Educação Afro-Indígena: caminhos para a construção de uma sociedade igualitária. **Cadernos da Escola do Legislativo**. p. 158. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/20/capitulo\\_cinco.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/20/capitulo_cinco.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Oo Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRITO, Vanessa Silveira; GONÇALVES, Maria Alice Rezende. **O PVNC na perspectiva dos egressos Social em Questão**, ano XX, n.37, Jan./Abr., 2017.

CARVALHO. João do Prado Ferraz de. Ensino de História e cultura escolar: resistências no contexto de uma tradição inventada. **Nova Escola**. 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/548/ensino-de-historia-e-cultura-escolar-resistencia-no-contexto-de-uma-tradicao-inventada>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CARVALHO FILHO, Roper Pires. Ensino de História: políticas curriculares, cultura escolar, Saberes e práticas docentes. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 2, jul./dez., 2012.

CAPEL, Heloisa Selma Fernandes; DIAS, Ana Raquel Costa. Estudos Culturais e História da Educação: trajetórias e confluências. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 7-25, ago., 2016.

CAVALHEIRO, Eliane S. Introdução. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/0. Brasília: MEC-SEC D, 2005.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CORREIA Janaína Santos, Maria Firmina dos Reis, Vida e Obra: Uma contribuição para a escrita da História das Mulheres e dos afrodescendentes no Brasil. **Revista**, v.1, n.3 set.- dez., p.1-24, 2013.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a História da educação do negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016. p. 105-106.

\_\_\_\_\_. **A nova abolição**. São Paulo: Selo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, v.1, 2008.

\_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização**: a Escola Estadual João Pinheiro-Ituiutaba (MG). 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira**: cultura na implementação de políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas. **Revista brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 228, maio/ago. 2010. p. 390-407.

FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2016.

FONSECA, Marcus Vinicius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 13, 2007.

GINZBURG. C. **O queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr., 2012.

\_\_\_\_\_. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC- SECAD, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v.29, n.1, 2003. p.167-182. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>

\_\_\_\_\_. Corpo e cabelo como símbolos da identidade. **Ação educativa**. [20..]. p. 3. Disponível em:<<http://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em 23 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Diversidade cultural, currículo e questão racial. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.): **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

\_\_\_\_\_. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012. p.738. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson, As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a Política Educacional e Desafios para a Pesquisa. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set. out./nov./dez. 2000.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Entrevista: Kabenguele Munanga. Políticas Curriculares e Descolonização dos Currículos: A Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1, jan./jul., 2013.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. In: **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, 1997.

HUNT, Lynn. Devemos reiniciar a História? **Faces da História**, Assis-SP, v.2, n.2, jun. dez., 2015.

JACCOUD, Luciana. O Combate ao Racismo e à Desigualdade: O desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea. 2008.

\_\_\_\_\_. Racismo e República: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea. 2008.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista brasileira de história da educação**. n°1, jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Alda Lobo. **Implementação da Lei 10.639/03**: Estudo comparativo em duas escolas municipais de Salvador. 2010. 41f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Departamento em Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, p. 36. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/MONOGRAFIA-ALDA-LOBO-LIMA.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2011.

MACEDO NETO, Manoel Pereira. Parâmetros Curriculares Nacionais de História: desafios e possibilidades da história ensinada na educação básica. **Revista História em Reflexão: UFGD**, Dourados, v.3, n. 6, jul/dez., 2009.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania porque ensinar história hoje? In: SOIHET, Rachel; ABREU, Martha. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como Fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v.2, n.1, 2011.

MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

MENDES, Lilian Marta Grisolio. O Ensino De História Indígena E Afro-Brasileira: Avanços E Entraves Das Políticas Públicas Nas Escolas Brasileiras. **Emblemas - Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC** [201..].

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

\_\_\_\_\_. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

\_\_\_\_\_. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

MUNIZ, Ana Maria Alves. **Da luz da lamparina ao opaco refletor: Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980**. 2004. 175f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2004. p. 56.

NASCIMENTO, Alexandre do. Universidade e cidadania: o movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. **Lugar Comum**, n.17,2002.

\_\_\_\_\_. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares como Prática de Ação Afirmativa e Valorização da Diversidade. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas da (Orgs). **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista**. Brasília: SECAD-UNESCO, 2007.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. **Revista História Hoje**, v.1, n. 1, Jun., 2012. Disponível em: <<https://rhj.anpuh.org/RHJ/article/view/5>>. Acesso em: 26 jun 2014.

\_\_\_\_\_. A história africana nas salas de aula: diálogos e silêncios entre a Lei nº 10.639/03 e os especialistas. In: MACEDO, JR. (Org.). **Desvendando a história da África** Porto Alegre: Editora da UFRGS, (Série Diversidades). 2008.

OLIVEIRA, Marli Solange. **A Representação dos Negros em Livros Didáticos de História: Mudanças e permanências após a promulgação da Lei 10.639/03**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas gerais, Belo Horizonte, 2009.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, Amílcar Araújo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História Hoje**, v. 1, nº 1, 2012.

\_\_\_\_\_. Memória, democracia e educação: reflexões sobre diversidade étnica e história oral. **História Oral**, v. 16, n. 1, jan./jun., 2013.

PINTO, Regina Pahim. A Educação do Negro: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 62, ago., 1987.

PINSKY, Jaime. Nação e ensino de História no Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Contexto, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo; OLIVEIRA, Viviane Pereira Ribeiro. Os caminhos sinuosos para uma educação antirracista: o projeto do vereador Carlos Modesto. Ituiutaba no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa do Centro de Documentação e Pesquisa em História**, Uberlândia, v. 29, n.1, jan./jun., 2016.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza. Grupo Escolar João Pinheiro na cidade de Ituiutaba (MG): do arranjo majestoso ao movimento da Legião Negra para implementar a Escola 13 de maio. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5, 2009, Montes Claros. p.8. Disponível em: <  
[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/901.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/901.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. **Cadernos de História da Educação**, v. 9, n. 2 – jul./dez. 2010. p. 368. Disponível em: <  
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11451/6714>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza et al. A Instrução Pública Primária no Interior das Geraes: uma Análise Histórica do Grupo Escolar de Villa Platina (1908-1950). **Publicatio**: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. Ponta Grossa, nº 17 (2): 199-207, dez. 2009. p. 204.  
<https://doi.org/10.5212/PublicatioHum.v.17i2.199207>

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza et al. Escola Pública Noturna No Interior Mineiro\_ Articulação Do Poder Local. In: Anais Jornada HISTEDBR. Campinas, SP, v.1, n.1, jul. 2010 p. 1. Disponível em: <  
[www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada9/\\_files/SfrDyzVe.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/SfrDyzVe.doc)>. Acesso em 25 de fev. 2016.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, E.F. Samba como tática para a educação: A ilusão de inclusão social do movimento da legião negra, no Brasil da década de 30 do Século XX. IN:CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÕES E CIDADANIA,7, 2008. Porto, Portugal.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; VILELA, Claudia Oliveira Cury. Gênese e apogeu de uma instituição escolar no Triângulo Mineiro: etnia, ensino noturno e ressignificação. **V Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**. 2009.

ROMÃO, Jeruse. Introdução. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Ministério da Educação, 2005.p. 11-18.

SANGER, Dircenara dos Santos. Radiografando dois Cursos Pré-Vestibulares para Negros E Carentes em Porto Alegre-Rs . In: **Reunião Anual da Anped**,27, GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais, 2004

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 161.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 157.

SANTOS, Renato Emerson. A difusão do ideário antirracista nos pré-vestibulares para negros e carentes. In: SANTOS. Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005.

\_\_\_\_\_. **Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes**. 2006. 607f. Tese (doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2006. p.272.

SANTOS, Sales Augusto dos. “A lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro”. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. MEC-SECAD. 2005

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento

\_\_\_\_\_. **Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: um Balanço**. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/3185/2787>>. Acesso em: 18 out. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Clara Enigma. 2012.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Representação e Memórias Sociais Compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da História. **Caderno: Cedes**, Campinas, v. 25, n.67, p.348-365, set./dez. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000300007>

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes & SOUSA, José Josberto Montenegro. Ser e Tornar-se Professor de História: Um estudo em escolas no meio rural e urbano. **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 3, set./dez. 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e as relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, v.63, n. 3, set./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**. v. 9, n. 2, 2015.

SILVA, Renata Nogueira da. O poder da memória e a negociação da memória do patrimônio: Traduções das práticas congadeiras em tempos de vivificação da ideia de cultura. 2012. 154 f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. 2012. p.129. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11818>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento e Identidade**: uma introdução as teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Métis: História & Cultura**, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 1, p. 17-28, 2012.  
<https://doi.org/10.20949/rhhj.v1i1.3>

VASCONCELOS, S.D; SILVA, E.G. Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, dez. 2005.

VILELA, Claudia Oliveira Cury. **Escola Noturna “Machado de Assis”**: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960). 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.



## FONTES

### Legislação.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC- SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município de Ituiutaba, Minas Gerais**. Ituiutaba, MG, Câmara Municipal de Ituiutaba, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município Belo Horizonte**.1990.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia Minas Gerais**. Uberlândia, MG, Câmara Municipal de Uberlândia, 1992.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3134 de 25 de maio de 1995**. Autoriza o Executivo a erigir um monumento na Praça 13 de Maio, em homenagem à raça negra e dá outras providências. Ituiutaba, Minas Gerais. 1995.

\_\_\_\_\_. **Plano Decenal Municipal de Educação de Ituiutaba-MG**. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte - MG. 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Coronel Tonico Franco**. Ituiutaba, Minas Gerais. 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Manuel Alves Vilela**. Ituiutaba, Minas Gerais. 2014.

### Jornais

DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5629, 23 set. 1995. p. 01.

DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5666, 18 nov. 1995. p. 03.

DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5669, 23 nov. 1995. p. 03.

JORNAL DO PONTAL. Ituiutaba, n. 1359, 10 mai. de 2003.p.24.

JORNAL DO PONTAL. Ituiutaba. n. 1419, 07 ago. 2003. p.2.

## Orais

Iza Firmino Barbosa foi professora de História na Escola Estadual Coronel Tonico Franco, encontrava-se em afastamento preliminar para aposentadoria. Entrevista realizada na casa da entrevistada em 20 de junho de 2016.

Saan Cristia Baldoia da Silva Santos professora de História trabalhava na Escola Estadual Coronel Tonico Franco. Entrevista realizada na casa da entrevistada em 17 de junho de 2016.

Zilá Rezende Reis foi professora de História na Escola Municipal Manuel Alves Vilela encontrava-se em ajustamento pedagógico. Entrevista realizada na escola em 8 de outubro de 2015.

Lourdes de Freitas Garcia professora de História trabalhava na Escola Municipal Manuel Alves Vilela. Entrevista realizada na escola em 10 de novembro de 2015.

Sônia Maria do Carmo foi a organizadora em termos de documentação e legitimação da Fundação Zumbi dos Palmares, atuou como professora e supervisora escolar nas escolas estaduais do município de Ituiutaba, mencionada por outras de nossas entrevistadas como uma das principais militantes que buscou, bem antes dos anos 2000 trabalhar e disseminar a História e Cultura Afro-brasileira nas escolas estaduais. (In memória.) Entrevista realizada em de 20 de outubro de 2016 na casa da entrevista.

Maria Silva é militante do movimento negro de Ituiutaba, vice presidente da Fundação Zumbi dos Palmares, professora de História. Entrevista realizada em 16 de junho de 2016 na casa da entrevistada.

Luzia Eterna Ribeiro, militante do movimento negro de Ituiutaba, foi funcionária da Fundação Educacional de Ituiutaba e presidente da Fundação Zumbi dos Palmares, atualmente está aposentada. Entrevista realizada em 17 de junho de 2016 na Fundação Zumbi dos Palmares.

Adirce Maria dos Santos, é militante do movimento negro de Ituiutaba, atualmente está aposentada atuou como professora, diretora e supervisora pedagógica nas escolas públicas do Estado em Ituiutaba. Entrevista realizada em 20 de agosto de 2016 na casa da entrevistada.

## ANEXOS

### Anexo 1- Termo de consentimento livre e esclarecido

UFU- Universidade Federal de Uberlândia

Nome da Pesquisa: Uma História das Práticas Educacionais Antirracistas em Ituiutaba No Século XX: Culturas Escolares ensinando O Brasil e a África

Responsável pelo Projeto: Viviane Pereira Ribeiro Oliveira

Orientadora: Ana Paula Spini

Telefone para contato: (34) 3262-5053

Endereço: R: Santa Catarina n° 214 B. Camargo

Ituiutaba, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Este projeto consiste em analisar práticas educacionais antirracista e de valorização das histórias e culturas dos povos negros e africanos. Tendo como lócus de pesquisa duas escolas públicas do município de Ituiutaba visando analisar essas práticas antes e após a Lei 10.639/03 que alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN) e tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas de ensino fundamental e médio do Brasil. Para a análise dessa realidade na prática escolar os objetivos assim se delineiam: - Investigar como a História e Cultura africanas e afro-brasileiras são ensinadas nas escolas. Verificar as mudanças e permanências no ensino de História. Caracterizar o cumprimento da lei 10639/03. Desenvolve-se mediante abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental.

Neste sentido, você está convidado (a) a participar como sujeito desta pesquisa contribuindo com o preenchimento de um questionário estruturado e participando da entrevista semiestruturada sobre aspectos relacionados com a implantação da lei na prática pedagógica, que serão analisados à luz do referencial teórico, definido nesse estudo, a fim de contribuir com a reflexão sistemática e científica sobre o processo de implantação da lei e os desafios por ela apresentados.

Cabe esclarecer que o destino dos dados será exclusivamente para fins científicos. A confidencialidade e o sigilo de sua identidade serão preservados.

Mediante as informações acima apresentadas, você poderá decidir pela sua participação ou não, sem nenhuma consequência ou prejuízo para sua pessoa. Da sua participação neste estudo, de natureza qualitativa, poderão advir contribuições para a construção de novos conhecimentos e ações para a implantação da Lei 10639/03.

Eu, \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_, abaixo assinado, declaro ter recebido informações sobre a natureza e os objetivos da pesquisa, bem como sobre os procedimentos a serem nela adotados. Estou ciente e concordo em participar do estudo, depondo sobre as temáticas que me forem apresentadas.

Concordo com as condições postas, autorizo a publicação de informações por mim fornecidas, com a segurança de que será mantido o seu caráter confidencial e que eu não serei identificado sem consentimento.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do sujeito da pesquisa

## Anexo 2- Questionário

### Dados de identificação:

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) feminino ( ) masculino

Cidade e Estado em que

nasceu: \_\_\_\_\_

### Estado civil:

( ) solteiro(a) ( ) casado(a) ( ) separado(a) ( ) divorciado(a) ( ) outros: \_\_\_\_\_

Tem filhos? ( ) sim Quantos? \_\_\_\_\_ ( ) não

### Cor/raça:

( ) preta ( ) parda ( ) branca ( ) amarela ( ) indígena ( ) outra: \_\_\_\_\_

Cidade /bairro de residência atual \_\_\_\_\_

### 2.Dados sobre experiência de trabalho:

#### Formação profissional:

( ) Magistério ( ) Normal Superior ( ) Pedagogia ( ) História ( ) Geografia

( ) Especialização Qual?--

#### Área de atuação:

( ) Gestão ( ) Docência ( ) Outra

Especifique: \_\_\_\_\_

Ano de ingresso nessa  
área? \_\_\_\_\_

Quanto tempo atua nessa  
área? \_\_\_\_\_

#### Qual rede de educação pública atua?

( ) municipal ( ) estadual ( ) federal

#### Qual disciplina você leciona?

Em que série ou ano escolar você leciona?

### **Anexo 3- Roteiro para a entrevista semiestruturada com as docentes**

1. Você tem conhecimento da Lei 10639 aprovada em 2003, pelo governo federal? Quais são suas principais dúvidas e anseios diante do tratamento desta temática?
2. Você recebeu alguma orientação por parte de órgãos institucionais (escola, secretarias, centros de formação) sobre a lei 10639?
3. Para você, qual a importância da cultura afro-brasileira para o ensino? Como você procura trabalhá-la em sua disciplina?
4. Quais os materiais usados? Você trabalha com projetos? De que maneira eram desenvolvidos o projeto?
5. Os alunos demonstram interesse em saber sobre a cultura afro-brasileira? Como os alunos se comportam?